

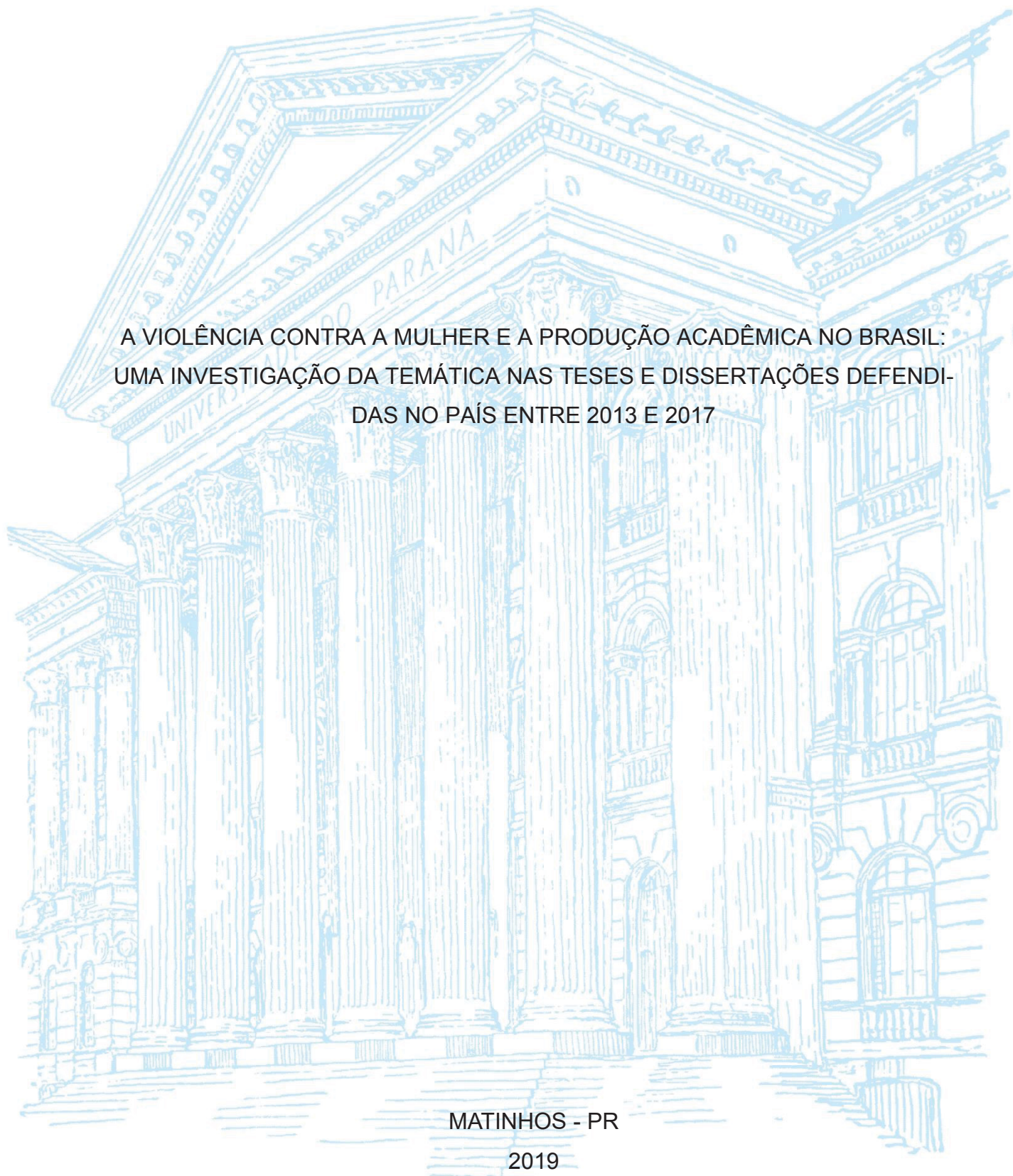
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANA LEVINSKI HAMANN

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL:
UMA INVESTIGAÇÃO DA TEMÁTICA NAS TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDI-
DAS NO PAÍS ENTRE 2013 E 2017

MATINHOS - PR

2019



ADRIANA LEVINSKI HAMANN

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL:
UMA INVESTIGAÇÃO DA TEMÁTICA NAS TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDI-
DAS NO PAÍS ENTRE 2013 E 2017

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Jairo Junckes

MATINHOS - PR

2019

CATALOGAÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

H198	<p>Hamann, Adriana Levinski</p> <p>A violência contra a mulher e a produção acadêmica no Brasil: uma investigação da temática nas teses e dissertações defendidas no país entre 2013 e 2017 / Adriana Levinski Hamann ; orientador Ivan Jairo Junckes. – 2019. 158 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2019.</p> <p>1. Violência contra a mulher. 2. Teses e dissertações. 3. Gênero. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.</p> <p>CDD – 362.8292</p>
------	--

TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de ADRIANA LEVINSKI HAMANN intitulada: **A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO DA TEMÁTICA NAS TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PAÍS ENTRE 2013 E 2017**, sob orientação do Prof. Dr. IVAN JAIRO JUNCKES, que após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 31 de Julho de 2019.

IVAN JAIRO JUNCKES

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

MARCOS CLÁUDIO SIGNORELLI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DEDICATÓRIA

"Quem não quer aplicar novos remédios
deve esperar novos males".

(Francis Bacon)

A todos e todas que de alguma forma
contribuíram e têm contribuído para mudar
a história e a liberdade das mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Universo ao me proporcionar estar, conhecer pessoas maravilhosas que foram colocadas na minha vida. Aprendi com elas que nem sempre as situações de violências são eternas. E como tudo na Vida é passageiro, precisamos apenas ter mais confiança em nós mesmos e no Universo, pois é ele que nos conduzirá (ao menos eu acredito nisso) ao propósito a que estamos destinados.

Entre as pessoas que jamais pensei um dia conhecer e trabalhar foram: Professor: Ivan Jairo Junckes, Professora Nádia Terezinha Covolan, Professor Marcos Cláudio Signorelli, cada um desses professores e professora estavam e estão presentes num dos capítulos da minha história de vida profissional e pessoal, e que me conduziram nesta chegada, mais precisamente na materialização desta dissertação. Não sei até onde irei como os meus estudos, mas tenho certeza que estas pessoas caminharam sempre ao meu lado, neste longo e eterno processo de desenvolvimento humano, intelectual e espiritual.

Minha Querida Amiga Berenice Marie Ballande Romanelli, que está ao meu lado (pessoalmente e em pensamentos) sempre me incentivado nos processos de estudos e mudanças de vida.

A minha querida e amada irmã Emília Juza Levinski, que apesar das dificuldades de compreender exatamente o porquê de tantas mudanças na minha vida pessoal e profissional, está sempre ao meu lado.

Ao meu querido caçula Arthur Willian Hamann, com apenas 8 anos hoje, foi muito compreensivo ao “tentar” entender as minhas ausências e rotinas de estudos. Pelo fato de que quando explicava a ele, que não podia naquele exato momento assistir um Filme do *Scoob-Doo* ou Jogar um jogo de Tabuleiro, era porque precisava terminar essa etapa do meu processo de “desenvolvimento”.

A minha inspiração de humanidade, perseverança e dedicação em tudo que faz, minha amada e querida mãe Cecilia Levinski, hoje com 88 anos, analfabeta, filha de imigrantes poloneses. Deu do seu jeito um exemplo inspirador para que não percamos as nossas motivações. Quando um dos meus filhos pedia a ela para ler uma historinha antes de dormir, ela nunca recusou ou admitiu que não sabia ler para os netos. Pegava um livro e fazia de conta que lia! Mas que de fato, ela contava as histórias através da sua imaginação e das ilustrações disponíveis nas páginas dos livros.

Enfim, estas são algumas das pessoas que foram colocadas no meu caminho para que eu me tornasse esta mulher. Muito melhor que fui, isso tenho certeza! Porque tive no caminho pessoas como vocês!

Continuo a minha busca, porque não sou perfeita, admito a minha humanidade. Mas o fato é que aprendi à reconhecer e descobrir a humanidade em cada um de vocês, de uma forma ou outra. Seja nos diálogos, nos momentos descontraídos, orientações, puxões de orelha, cada um a sua maneira. Inspirando-me de alguma forma a continuar e enfrentar as minhas batalhas, as minhas próprias escolhas, sem medo, criando condições para que muitas vezes pudesse enxergar as minhas liberdades e limitações, estabelecendo possibilidades para o desenvolvimento das minhas capacidades...

Nas palavras de Cora Coralina:

“Mesmo quando tudo parece desabar,
Cabe a mim decidir
entre RIR ou CHORAR,
IR ou FICAR.
DESISTIR ou LUTAR;
Porque descobri no caminho incerto
da minha vida, que o mais
importante é o DECIDIR”.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar a produção da temática da violência contra a mulher nos programas de pós-graduações brasileiros, tendo como recorte temporal os anos de 2013 a 2017. Para realizar este processo investigativo, realizamos a seguinte pergunta de partida: Qual é o perfil da produção acadêmica relativa à temática da violência contra a mulher registrada nas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação no Brasil entre 2013 e 2017? No banco de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram selecionados 826 trabalhos. Os procedimentos e métodos utilizados foram a busca por termos para coleta, a preparação e depuração por palavras-chave no programa *Open Refine* e a análise no programa *Gephi*. O período do desenvolvimento dos trabalhos foi de março de 2018 a junho de 2019 e os resultados permitem responder ao questionamento inicial, contribuindo para fomentar iniciativas de redes de saber sobre o tema violência contra mulher e o que isso significa quando se fala nas limitações impostas a elas ao acesso das liberdades substantivas.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher. Programas de Pós-graduação. Análise de Redes Sociais. Análise semântica.

ABSTRACT

This research investigates the production of the theme of violence against women in Brazilian postgraduate programs, from 2013 to 2017. To conduct this investigative process, we ask the following starting question: What is the profile of the academic production on the theme of violence against women recorded in theses and dissertations produced in postgraduate programs in Brazil between 2013 and 2017?

In the database of theses and dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), 826 papers were selected. The procedures and methods used were the search for terms for collection, the preparation and debugging of keywords in the Open Refine program and the analysis in the Gephi program. The period of development of the works was from March 2018 to June 2019 and the results allowed answering the initial question, contributing to foment knowledge networks initiatives on the theme violence against women and what this means when it comes to limitations imposed to them and access to substantive freedoms.

Keywords: Violence against Women. Graduate Programs. Social Network Analysis. Semantic Analysis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - IMAGEM DE TELA DO PROGRAMA OPENREFINE	49
FIGURA 02 - IMAGEM DE TELA DO OPENREFINE COM A LISTA DE DÍADES DE REDE	51
FIGURA 03-GRAFO DA REDE EXEMPLO DUAL MODE TRABALHO E PALAVRAS-CHAVE	53
FIGURA 04 - GRAFO DA CONVERSÃO DA REDE EXEMPLO DUAL MODE EM ONE MODE PALAVRAS-CHAVE	55
FIGURA 05 - GRAFO DE MODULARIDADES NA REDE EXEMPLO ONE MODE PALAVRAS-CHAVE.....	56
FIGURA 06 - GRAFO DA REDE GERAL CONTENDO TRABALHOS E PALAVRAS-CHAVE (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD)	58
FIGURA 07 - GRAFO DA REDE GERAL CONTENDO TRABALHOS E PALAVRAS-CHAVE (DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D).....	60
FIGURA 08 - GRAFO DA REDE UNIMODAL (PALAVRAS-CHAVE EM DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)	61
FIGURA 09 - GRAFO DA REDE PALAVRAS-CHAVE COLORIDO POR COMUNIDADES (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD)	64
FIGURA 10 - GRAFO DA REDE PALAVRAS-CHAVE COLORIDO POR COMUNIDADES (DISTRIBUIÇÃO RADIAL AXIS LAYOUT).....	66
FIGURA 11 - GRAFO DA COMUNIDADE GÊNERO (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD).....	68
FIGURA 12 - GRAFO DA COMUNIDADE GÊNERO (DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)	70
FIGURA 13 - NÚCLEO DO GRAFO DA COMUNIDADE SAÚDE (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD).....	80
FIGURA 14 - GRAFO DA COMUNIDADE SAÚDE (DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)	82
FIGURA 15 - GRAFO DA COMUNIDADE DOMÉSTICA (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD).....	89
FIGURA 16 - GRAFO DA COMUNIDADE DOMÉSTICA (DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)	91

FIGURA 17 - GRAFO DA COMUNIDADE PÚBLICA (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD).....	100
FIGURA 18 - GRAFO DA COMUNIDADE PÚBLICA (DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)	102
FIGURA 19 - GRAFO DA COMUNIDADE SOCIAIS (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD)	114
FIGURA 20 - GRAFO DA COMUNIDADE SOCIAIS (DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)	116
FIGURA 21 - GRAFO DA COMUNIDADE SEXUAL (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD)	122
FIGURA 22 - GRAFO DA COMUNIDADE SEXUAL (DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)	124

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - NÚMERO DE TRABALHOS ANO A ANO.....	43
TABELA 02 - QUANTITATIVO DE TRABALHOS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....	44
TABELA 03 - QUANTITATIVO DE TRABALHOS POR ÁREA DE CONCENTRAÇÃO.....	45
TABELA 04 - QUANTITATIVO DE TRABALHOS POR UNIDADES FEDERATIVAS	45
TABELA 05 - QUANTITATIVO DE TRABALHOS POR REGIÃO.....	46
TABELA 06 - QUANTITATIVO DE TRABALHOS POR ÁREA DE AVALIAÇÃO.....	46
TABELA 07 - MÉTRICAS TOPOLÓGICAS DA REDE EXEMPLO.....	54
TABELA 08 - MÉTRICAS TOPOLÓGICAS E MODULARES DA REDE EXEMPLO ONE MODE.....	57
TABELA 09 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE NA REDE DE TRABALHOS.....	59
TABELA 10 - RELACIONAMENTO DAS PALAVRAS-CHAVE NA REDE DE PALAVRAS-CHAVE.....	62
TABELA 11 - DESCRITIVO BÁSICO DAS COMUNIDADES DA REDE DE PALAVRAS-CHAVE.....	66
TABELA 12 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA COMUNIDADE GÊNERO	69
TABELA 13 - PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS ENTRE PALAVRAS-CHAVE NA COMUNIDADE GÊNERO.....	70
TABELA 14 - PALAVRA FEMINISMO E OS RELACIONAMENTOS.....	75
TABELA 15 - PALAVRA SEXUALIDADES E TODOS OS RELACIONAMENTOS NA REDE.....	77
TABELA 16 - PALAVRA PODER E TODOS OS RELACIONAMENTOS.....	78
TABELA 17 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA COMUNIDADE SAÚDE	81
TABELA 18 - PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS ENTRE PALAVRAS-CHAVE NA COMUNIDADE SAÚDE.....	82
TABELA 19 - PALAVRA SAÚDE E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE SAÚDE.....	86

TABELA 20 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA COMUNIDADE DOMÉSTICA.....	90
TABELA 21 - PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS ENTRE PALAVRAS-CHAVE NA COMUNIDADE DOMÉSTICA.....	91
TABELA 22 - PALAVRA DOMÉSTICA E SEUS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE DOMÉSTICA.....	95
TABELA 23 - PALAVRA MARIA DA PENHA E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE DOMÉSTICA.....	96
TABELA 24 - PALAVRA-CHAVE FAMÍLIA E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE DOMÉSTICA.....	97
TABELA 25 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA COMUNIDADE PÚBLICA	101
TABELA 26 - PALAVRA-CHAVE PÚBLICA E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE PÚBLICA.....	105
TABELA 27 - PALAVRA DIREITO E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE PÚBLICA.....	108
TABELA 28 - PALAVRA-CHAVE HUMANO E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE PÚBLICA.....	109
TABELA 29 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA COMUNIDADE SOCIAIS	115
TABELA 30 - PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS ENTRE PALAVRAS-CHAVE NA COMUNIDADE SOCIAIS.....	116
TABELA 31 - PALAVRA RAÇA E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE SOCIAIS.....	119
TABELA 32 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA COMUNIDADE SEXUAL	123
TABELA 33 - PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS ENTRE PALAVRAS-CHAVE NA COMUNIDADE SEXUAL.....	124
TABELA 34 - PALAVRA-CHAVE SEXUAL E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE SEXUAL.....	132
TABELA 35 - PALAVRA-CHAVE ABORTO E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE SEXUAL.....	133
TABELA 36 - PALAVRA-CHAVE PSICANÁLISE E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE SEXUAL.....	134

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - COLUNAS DOS ARQUIVOS REFERENTES ÀS TESES E DISSERTAÇÕES NO REPOSITÓRIO DADOS ABERTOS DA CAPES.....	41
QUADRO 02 - DEPURAÇÃO DAS PALAVRAS CHAVES.....	50
QUADRO 03 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE <i>GÊNERO</i>	72
QUADRO 04 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE <i>SAÚDE</i>	83
QUADRO 05 - TRABALHOS QUE COMPÕEM A COMUNIDADE TEMÁTICA DOMÉSTICA.....	93
QUADRO 06 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE PÚBLICA.....	103
QUADRO 07 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE SOCIAIS.....	117
QUADRO 08 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE SEXUAIS.....	125

LISTA DE SIGLAS

AIDS - *Acquired Immune Deficiency Syndrome*, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

DEAM - Delegacia Especializada no Atendimento à mulher

ESF - Estratégia Saúde da Família

HIV - *Human Immuno deficiency Virus*, Vírus da imunodeficiência humana

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LAI - Lei de Acesso a Informação

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MEC - Ministério da Educação

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONGS - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

ONU BRASIL - Nações Unidas Brasil

OSCI - Organizações da Sociedade Civil

PPG - Programa de Pós-Graduação

PPGDTS - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania

REUNI - Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais

RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

TXT - Arquivo de texto acessível

UBS - Unidade Básica de Saúde

UFPR - Universidade Federal do Paraná

VPI - Violência por Parceiro Íntimo

WHO - *World Health Organization*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA E AS MULHERES: CONCEITOS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO	27
CAPÍTULO II – REFINAMENTO DE DADOS ABERTOS E ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: UMA PRODUTIVA COMBINAÇÃO DE DADOS E MÉTODOS	40
A FONTE DOS DADOS	40
EXPLORAÇÃO DOS DADOS E SELEÇÃO DOS TRABALHOS	42
O PROCESSAMENTO/DEPURAÇÃO DOS DADOS	47
A MONTAGEM DA REDE ONE-MODE E O MÉTODO DE ANÁLISE	51
CAPÍTULO III – A CLUSTERIZAÇÃO TEMÁTICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	58
AS COMUNIDADES TEMÁTICAS	64
1 - COMUNIDADE TEMÁTICA GÊNERO	67
2 - COMUNIDADE TEMÁTICA SAÚDE	80
3 - COMUNIDADE TEMÁTICA DOMÉSTICA	89
4 - COMUNIDADE TEMÁTICA PÚBLICA	100
5 - COMUNIDADE TEMÁTICA SOCIAL	113
6 - COMUNIDADE TEMÁTICA SEXUAL	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

A violência tem graves consequências para a saúde das mulheres, desde ferimentos a gravidezes indesejadas, infecções sexualmente transmissíveis, depressão e doenças crônicas. Em alguns territórios no mundo chega a 71% o percentual de mulheres que sofreram violência física e/ou sexual cometida por um parceiro íntimo do sexo masculino em algum momento de suas vidas. Uma em cada cinco mulheres são vítimas de abuso sexual antes dos 15 anos (WHO, GENDER, 2009). O abuso atravessa as fronteiras sociais e econômicas. De acordo com os estudos realizados em 2010 por ABRAHAMS e demais colegas, em todo o mundo 7,2% das mulheres com 15 anos ou mais relataram violência sexual por não-parceiros durante suas vidas (ABRAHAMS et al. p.1652, 2014).

Cerca de 100 a 140 milhões de meninas e mulheres em todo o mundo sofreram Mutilação Genital Feminina (MGF) e mais de 3 milhões de meninas estão em risco de MGF todos os anos apenas na África (FELDMAN, 2014). Quase 70 milhões de meninas em todo o mundo se casaram antes dos 18 anos, muitas delas contra a vontade (WHO, GENDER, 2009). Nos EUA, por exemplo, um país com altas taxas de homicídios, 45% das mulheres e 5% dos homicídios masculinos foram cometidos por um parceiro íntimo em 2008 (STÖCKL, p. 859, 2013).

A proporção de mulheres assassinadas por um parceiro é seis vezes mais alta do que a quantidade de assassinatos em que homens mataram um parceiro, 38.6% e 6.3% respectivamente (STÖCKL, p. 863, 2013). Segundo dados oficiais compilados pelo observatório de igualdade de gênero da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ao menos 2.795 mulheres foram assassinadas em 2017 por razões de gênero em 23 países da América Latina e do Caribe. No ranking de feminicídios, o Brasil lidera em números absolutos com 1.133 vítimas em 2017. Porém, se for comparada a taxa para cada 100 mil mulheres, em El Salvador o fenômeno alcança uma extensão sem paralelos com outros países da região – 10,2 feminicídios para cada 100 mil mulheres (CEPAL, ONU, 2017). A secretária-executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, nos diz que “o feminicídio é a expressão mais extrema da violência contra as mulheres. Nem a tipificação do crime nem sua visibilização estatística foram

suficientes para abalar esse flagelo que nos alarma e horroriza a cada dia” (CEPAL, ONU, 2017).

Os homicídios de mulheres no Brasil vêm deixando marcas inquietantes na história, como foi o assassinato de Marielle Franco, mulher, negra, mãe, moradora da favela da Maré, defensora de direitos e vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o crime aconteceu no início de 2018. Tragédia em que houve sensibilização e mobilização pública por se tratar de um atentado considerado político, além das intersecções de raça/etnia, gênero e classe social. O nome dessa mulher transformou-se em mais um dos ícones da sociedade brasileira para demonstrar a indignação e resistência, como também desnaturalizar qualquer tipo de violência contra a mulher (BRASIL, IPEA, p.44, 2018).

De acordo com o Atlas da Violência do Brasil de 2018, em 2016 foram assassinadas 4.645 mulheres, constituindo uma taxa de homicídios (quando o homicídio ocorre sem um vínculo específico pelo fato de ser mulher) de 4,5 em cada 100 mil mulheres, em dez anos (2006 a 2016) observa-se um aumento de 6,4% (BRASIL, IPEA, p. 44, 2018). O Atlas da Violência 2019 indica que houve o crescimento dos homicídios femininos no Brasil, com cerca de 13 assassinatos por dia, resultando em 4.936 mulheres mortas, o maior número registrado desde 2007 (BRASIL, IPEA, Atlas da Violência, p. 35, 2019).

Entre 2007 e 2017 houve aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, quando ela passou de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres (BRASIL, IPEA, Atlas da Violência, p.35, 2019). Estes dados de letalidade violenta representam a ponta do *iceberg* das violências físicas, sexuais, psicológicas e patrimoniais/materiais que afligem a população feminina e que são motivadas por uma cultura sexista, onde o feminino tem sempre menor valência, e que naturalizadas, tornam-se invisíveis aos olhos da sociedade.

Os efeitos de qualquer tipo de violência contra as mulheres e (meninas) sobre sua saúde e bem-estar de forma geral, bem como de suas famílias e de toda a comunidade é substancial e tem custos, tanto diretos quanto indiretos. Para as famílias é um fato trágico, para a economia, para as políticas públicas e para os grupos de prevenção e proteção de violência baseada em gênero o fenômeno torna-se um dos itens mais desafiadores para o enfrentamento (DEVRIES, MAK, BACCHUS, *et al.*, 2013; Work Bank Group, 2014).

A violência contra as mulheres e meninas é uma violação dos direitos

humanos globais e um desafio imponente para o desenvolvimento. Os efeitos das violências contra as mulheres comprometem o próprio desenvolvimento humano e sustentável da sociedade. De acordo com Ignacy Sachs, os objetivos do desenvolvimento direcionam-se além dos aspectos materiais, de somente multiplicação de riqueza como hoje é vislumbrada: “O crescimento econômico é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS, p.13, 2008).

Para Amartya Sen, a centralidade do conceito de desenvolvimento humano se consolida mediante a expansão das liberdades e na remoção de obstáculos para o exercício cidadão e cidadã (SEN, p.55, 2010).

Ao compreendemos que a violência contra as mulheres é um forte limitador do desenvolvimento humano, entendemos que ao privarmos qualquer mulher de conviver livre de qualquer tipo de violência nos espaços públicos e/ou privado, é uma violação dos direitos humanos. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Art. II:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça/cor, sexo, idioma, religião opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (DUDH, p. 5, 2009).

Para que de fato possamos avançar nas discussões sobre o cerceamento de liberdades humanas, SEN nos apresenta que não há como as mulheres se tornarem “protagonistas” de suas vidas, pois não é lhes dado “instrumentos” que viabilizem e facilitem como agentes de suas próprias vidas, tampouco são estimuladas a exercer suas capacidades. “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas em exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, p. 10, 2010).

Desta forma, as mulheres e (meninas) vítimas diretas ou indiretas de qualquer tipo de violência têm constantemente restrito o seu acesso às liberdades, seja elas oferecidas por meio de políticas públicas de segurança pública, educação, saúde, trabalho, ou enquanto seres humanos. Assim, se vêem condenadas a amargar os prejuízos do seu “desenvolvimento humano”. Tal qual aponta Amartya Sen se vêem limitadas para exercer a liberdade, ou seja, são impostas “liberdades” condicionantes

e cerceantes. E não libertadoras.

Existe uma acentuada complementariedade entre a condição de agente individual e as disposições sociais: é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força das influências sociais sobre o grau e o alcance da liberdade individual (SEN, p. 2010).

A liberdade como desenvolvimento do ser humano, é percebida na medida que as escolhas de cada pessoa possam desenvolver suas potencialidades e/ou capacidades. Neste sentido, entendemos que a exposição, discussão e o fomento da denúncia de qualquer tipo de violência contra a mulher de forma ampliada possam mediar a construção e a manutenção das liberdades de escolhas, estimular o desenvolvimento social e humano, tendo como foco – as mulheres – como agente de mudanças.

Um dos maiores desafios que se impõe para o desenvolvimento é como as mulheres que estão ou foram submetidas a qualquer tipo de violências poderão tornarem-se “agentes” de suas próprias liberdades, independentemente de sua classe social, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, identidade sexual. Um desafio adicional se estabelece quando verificamos mulheres que não compreendem que as violências são violações de direitos, como também “não percebem” os ciclos de violências que estão (en)volvidas e submetidas diariamente.

Segundo Minayo e Souza (1997/1998) e Hayeck (2009) a complexidade para definir a violência é caracterizada pela polissemia do seu conceito, ou seja, há vários significados, sendo assim, arriscado para não dizer ousado, definir um conceito fixo da palavra violência, pois ela pode ter vários sentidos, tais como: ataque físico, uso da força física, ameaça ou até mesmo um comportamento ingovernável. Assim compreendemos que a fluidez deste termo se torna difícil por meio de um conceito único e fixo.

O que se percebe sobre as dificuldades para elaborar um conceito ou compreender a complexidade deste fenômeno é dinâmica da violência, isto é, um fenômeno da ordem do vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma carga emocional de quem comete, de quem sofre e de quem presencia (MINAYO, p. 14, 2006 grifo nosso).

Conhecer as práticas que constituem os “ciclos das violências” (in)visibilizados pela sociedade tem o potencial de proporcionar às mulheres, e as

suas próximas gerações, liberdades de escolhas que fazem das mulheres agentes de suas próprias liberdades.

A discussão e análise do tema da violência contra a mulher em todas as esferas da sociedade impõe-se pela relevância humanitária que abrange. Enquanto mulher, não há como ficar apática frente as situações que estamos presenciando na sociedade, principalmente as condições de vida e das dinâmicas das violências que as mulheres são submetidas diariamente.

Desde 2005 venho trabalhando como assistente social em comunidades em situação de vulnerabilidade social e de alto risco na cidade de Curitiba e Região Metropolitana; com atendimento individual e familiar em instituições que prestam serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. Em um dos espaços de discussão sobre a garantia de direitos, nos centros profissionalizantes, atuei com grupo de mulheres que viveram situações de violações de direitos. As causas e consequências da violência vão muito além das demandas dos enfrentamentos diários realizados pelo/a(s) vários/as profissionais, independente das áreas que atuam e/ou da escolaridade que possuem.

Em busca de aperfeiçoamento profissional para compreender algumas das questões que foram postas no dia a dia, em 2014 ingressei no Curso Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, realizado pela UFPR, Setor Litoral, MEC/SECADI. Neste curso, foi possível compreender melhor a temática, e como as pessoas estão (en)volvidas por conceitos e dogmas que dificultam superar as fronteiras construídas pela sociedade.

A Universidade tem um papel fundamental quando se trata de discutir a questão de violência, seja na formação do/a(s) profissionais que atuarão no mercado de trabalho, como na continuidade dos estudos (especializações, capacitações, pós-graduações, extensões etc.). Seja na atualização profissional e/ou nas desconstruções de conceitos que foram estudados, é fundamental o contínuo fomento para reflexões sobre as formas e tipos de violências, e suas intersecções das categorias analíticas como gênero, raça/etnia e classe social.

Em 2015 fui selecionada como professora substituta na UFPR Setor Litoral, atuando até dezembro de 2017, nos Cursos de Graduação (Saúde Coletiva, Serviço Social e Informática e Cidadania) e na Especialização (A questão Social na perspectiva da interdisciplinar). Em sala de aula, pude perceber situações e relatos de

experiências das estudantes sobre as violências enfrentadas e quais as estratégias e atitudes adotadas para enfrentar os caminhos escolhidos.

Na busca por respostas sobre as inquietações profissionais e pessoais, em 2016 ingressei no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, da UFPR do Setor Litoral. Percebi lacunas da minha formação inicial sobre a questão de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, assim como a falta de divulgação e esclarecimento sobre os tipos de violências contra as mulheres e a extensão desse fenômeno na família, economia e políticas públicas. Percebi que minha passagem pelo mestrado poderia produzir resultados que contribuiriam no meu processo atualização e ampliação de conhecimentos sobre a violência contra as mulheres.

Resolvi juntar o espaço e a temática para realizar minha pesquisa. Passei a investigar como a academia, focando na produção dos programas de pós-graduação no país, tem abordado a temática da violência contra a mulher. Dado que Academia científica é um espaço privilegiado para a investigação, análise e elaboração de proposituras para enfrentamento e resolução dos problemas sociais, torna-se amplamente justificável conhecer como os programas de pós-graduação, produtores de conhecimento por excelência, têm abordado esta temática.

Em uma aproximação com o tema, encontrei vários textos que descrevem e analisam as condições de violências que as mulheres são submetidas. Além disso, despertou especial atenção os estudos que fazem análises sobre as publicações em periódicos, nos quais abordam: gênero e feminismo (CABRAL, 2008 e 2015, DINIZ e FOLTRAN, 2004), educação e políticas de masculinidades (SULZ, 2016) e a revisão sistemática de estudos que abordam os impactos e os resultados das intervenções do centro de Atenção Primária à Saúde (APS) que exploram a VPI (Violência por parceiro íntimo) contra mulheres em países de baixa e média renda. *Intimate partner violence (IPV) against women from low-income and middle-income countries LMIC* (SIGNORELLI, HILLEL, OLIVEIRA, *et al.*, 2018).

Além das temáticas exploradas, encontramos revistas internacionais que apresentam alguns dos resultados sobre pesquisas que utilizaram e/ou exploraram o método de Análise de Redes Social (ARS), por meio de softwares, como o Gephi, para facilitar o processo de análise e visualização de categorias em estudo, tal qual realizado no artigo *Social network analysis to characterize women victims of violence*, em que se demonstra estudos em numa região da Itália sobre as características das

mulheres vítimas de violência (LEONE, *et al.* 2019); e também no artigo O uso da bibliometria e sociometria como diferencial em pesquisa de Revisão, em que investiga os estudos recentes e relevantes sobre os procedimentos de pesquisa e de revisão, e descreve as principais ferramentas e softwares utilizados para a execução de técnicas de pesquisas, no Brasil e no mundo (FERREIRA e SILVA, p. 448, 2019). Em A organização de uma revisão de literatura por meio de Tree of Science (Árvore da Ciência): um exemplo sobre avaliação da pós-graduação, os autores Patrus e Silva apresentam ferramentas para a organização da revisão de literatura de teses e dissertações (PATRUS e SILVA, p. 68, 2019).

Todavia, não encontramos trabalhos que abordem a produção da Pós-Graduação no Brasil sobre o tema violência contra a mulher, e tampouco trabalhos sobre o tema violência contra a mulher que utilizassem ferramentas informacionais como processo de depuração dos dados secundários.

A reflexão foi sendo estimulada por meio de outras inquietações que expresse aqui na forma de quatro questões: (1) Em que medida e de que modo o tema violências contra as mulheres vem sendo estudadas nas Universidades brasileiras? (2) Sendo a universidade um espaço privilegiado de difusão de conhecimento, como este conhecimento está chegando até a sociedade? (3) Há uma relação entre as pesquisas das pós-graduações com as políticas públicas básicas na promoção do desenvolvimento humano? (4) Existem regiões ou universidades que vem estudando mais este fenômeno social? Esses foram alguns dos questionamentos iniciais, que ainda careciam de amadurecimento, mas que aguçavam o interesse pelo tema violência contra a mulher.

Diante das inquietações passei a perseguir a resposta para a seguinte questão: *Qual é a produção acadêmica relativa à temática da violência contra as mulheres registrada nas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação no Brasil entre 2013 e 2017?* Para orientar as reflexões elencamos como objetivo geral mapear a produção relativa à temática violência contra as mulheres nas teses e dissertações produzidas no Brasil de 2013 a 2017.

Os dados e informações coletadas para a realização desta pesquisa foram obtidos a partir do banco de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior (CAPES), tendo como recorte temporal o período de 2013 a 2016 na perspectiva da avaliação quadrienal CAPES, e

a inclusão dos dados do ano 2017 para oferecer uma margem de atualização sobre a violência contra a mulher nos Programas de Pós-graduação.

Para selecionar e analisar os dados pesquisados, utilizou-se o levantamento bibliométrico e Análise de Redes Sociais (ARS), e para trabalhar com os dados coletados, utilizou-se os softwares: Libre Office, *Libre Calc*, *Open Refine* e *Gephi*.

O processo de pesquisa realizou-se a partir das seguintes etapas:

1) Estudos Teóricos para o cumprimento dos 20 Créditos das seguintes disciplinas: Redes Sociais, Poder e Território (Disciplina Isolada em 2016), Desenvolvimento e Meio Ambiente (2017), Construção da Pesquisa Interdisciplinar I: Diagnóstico e Identificação de Problemáticas (2017), Construção de Pesquisa Interdisciplinar II: Elaboração do Projeto de Pesquisa (2017); Seminário de Projeto de Pesquisa (2018), Políticas Públicas, Participação Social e Governança (2018), Divulgação Científica e Popularização da Ciência: Prática Dialógica de Saberes (2018), Tópicos Especiais II – Ferramentas em Pesquisa Social: Estatística Básica e Análise de Redes Semânticas (2018).

2) Período de exploração e condução da pesquisa: agosto 2018 a fevereiro de 2019, período para o levantamento dos Metadados da Capes, exportação dos dados das teses e dissertações (2013 a 2017), organização, sistematização e tratamentos de dados explorados por meio das palavras-chaves e nome da produção que continham “Violência” e “Mulher”.

3) A análise e a construção da organização da pesquisa e resultados realizou-se no período de março a junho de 2019.

Para fins de organização para a demonstração esta pesquisa está descrita nos seguintes capítulos: primeiro capítulo apresenta-se o referencial teórico em que se trabalhou os conceitos de violência, gênero, desenvolvimento humano, utilizando-se das reflexões e contribuições de Maria Cecília Minayo, Joan Scott, Amartya Sen, entre outros. No segundo Capítulo apresenta-se o método utilizado para a exploração e a construção do perfil das pós-graduações brasileiras no que se refere ao fenômeno social violência contra a mulher, utilizou-se da Análise de Redes Sociais (ARS), tendo como autores Silva e Silva, Junckes e Clemente.

Os Resultados alcançados por meio desta pesquisa permitem traçar um perfil (2013 a 2017) nas pós-graduações sobre o tema da violência contra a mulher no Brasil, contribuindo assim como mais uma forma de visibilizar algumas das inquietações exploradas pelo/a (s) pesquisador/a (es/s) brasileiro/a (s).

Verificamos a importância da exploração dos dados secundários disponíveis nas plataformas por meio de ferramentas informacionais para agilizar o processo de condução das pesquisas sobre as categorias evidenciadas e sobre a desconstrução de conceitos que estão sob os efeitos da história e do processo de desenvolvimento humano.

O texto que segue para apresentação dos estudos está dividido em três capítulos, além desta introdução e de uma breve conclusão. No primeiro capítulo são discutidos os principais conceitos e referenciais que dão suporte teórico ao trabalho. No segundo capítulo descrevemos os materiais e os métodos utilizados no trabalho, e os resultados estão discutidos no terceiro e último capítulo dessa dissertação.

CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA E AS MULHERES: CONCEITOS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

O termo violência abrange diferentes conceitos e definições, sendo analisado por diferentes áreas do conhecimento e sob diferentes aspectos. Neste sentido, abordaremos algumas definições para que possamos compreender melhor a complexidade da violência e sua capilarização na vida cotidiana.

A violência não é novidade para a humanidade, talvez seja um dos temas mais antigos com suas múltiplas formas de se apresentar. Este fenômeno, considerado social, é uma herança comum, ou melhor, historicamente presente em todas as classes e estratos sociais, culturas e sociedades e, portanto, um fenômeno intrínseco ao processo civilizatório, constituindo-se enquanto elemento estrutural que participa da própria organização das sociedades, manifestando-se de diversas formas, assim como apontado por Santinon:

A violência tem seu cunho centrado na problemática social da história da civilização onde fatores importantes se inter-relacionam, vinculando sua origem ao sistema familiar patriarcal, embalados pelas diferenças de gênero, educação, sociedade e mundo atual, permeados pela mesma questão cultural que os nossos antepassados (SANTINON, 2015, p. 16).

Desde os tempos mais remotos os humanos utilizavam da violência como forma para garantir alimento (caça) e como meio de convivência estratégica para garantir a sobrevivência, criando comunidades e estabelecendo regras sociais. Isto provocou o surgimento de questões e conflitos das mais diversas ordens, a violência passa então a ser utilizada como forma de dominação e controle sobre o meio onde se vive e sobre seus semelhantes, tal qual aponta Odalia, “Viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela aparece em suas várias faces” (ODALIA, 2004, p. 13).

A violência toma a forma dos conflitos, das lutas pelo poder, de domínio e de posse, do aniquilamento do outro e de seus bens, podendo ser lícitos ou não, podendo variar de acordo com as normas e processos culturais de uma determinada época e em determinadas culturas. O que difere com o tempo é a rapidez de como a violência é “percebida”, ou seja, como estamos processando ou não, a informação sobre a “violência” apresentada socialmente.

Não queremos dizer com isso que a violência está no “gene” da humanidade, mas compreender que o ser humano está inserido num ambiente de jogos de interesses, o que o leva a relações conflituosas e de disputa, que produzem e reproduzem violências (barbáries) utilizadas por seus ancestrais, não rompendo com os ciclos das violências nas sociedades. Desta forma, são consideradas como “naturais” pela comunidade ou cultura onde vivemos, configurando o enraizamento o ciclo de violências, em outras palavras, não há um “estranhamento” as formas e tipos de violência.

Segundo Minayo (1994), os impactos da violência podem ser vistos em várias formas e em todas as partes do mundo e dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade; faz parte das relações humanas e sociais, e envolve o jogo de dominações e interesses alcançados por força, da ameaça ou das agressões, simbólicas ou da confrontação física. Não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente.

A história tem nos contado de como a violência e a humanidade estão em constante contato, em alguns momentos de “lucidez”, a humanidade tenta reduzir os atos violentos para se conduzir uma dita “civilização”, mas o que o/a (s) autor/a (es/s) têm nos apontado, é a condição do Poder sobre o/a outro/a. De acordo com a filósofa alemã Hannah Arendt, a violência seria um instrumento para conquistar o poder, embora estes sejam fenômenos distintos, a violência não é animalesca e nem irracional, seria em último recurso, para manter a estrutura do poder (ARENDT, 1985, pág. 25).

Sob a perspectiva de Santos (1996), a violência seria a relação social caracterizada pelo uso real e/ou virtual da coerção que impede o reconhecimento do outro, enquanto pessoa, classe, gênero ou raça, mediante o uso da força e/ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea.

O que se pode observar nos estudos é que Minayo e Souza (1997/1998) buscam maior especificidade, e conceituam o termo como ações humanas de indivíduos, grupos, classes e nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Outros autores e autoras, como Chaves, Ristum e Noronha (1998), entendem a violência como um problema de saúde pública e definida como qualquer ação intencional,

perpetrada por indivíduo, grupo ou instituição, dirigida a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais e/ou psicológicos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como violência “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (Relatório Mundial de prevenção a violência, 2014, p. 2 WHO, 1996). Nesta definição, a OMS associa a intencionalidade com a realização do ato, independente do resultado produzido. A inclusão da palavra poder, complementado a frase “uso de força física”, amplia a natureza de um ato violento e “expande o conceito usual de violência para incluir os atos que resultam de uma relação de poder, incluindo ameaças e intimidação” (DAHLBERG, KRUG, 2007, p. 1165).

O Ministério da Saúde do Brasil publicou um conceito semelhante na Política Nacional de Redução da Morbi-mortalidade por Acidentes e Violências: “consideram-se como violências ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam danos físicos, emocionais e espirituais a si próprios e aos outros” (BRASIL, 2001).

Considerando estes dois conceitos, Minayo (2006) chama a atenção que ambos ressaltam o sentido da intencionalidade da violência, o que situa a violência no âmbito humano e mostra que é um fenômeno sobre o qual existe responsabilidade dos sujeitos individuais e coletivos. Uma vez que as ações violentas se realizam por meio das pessoas dentro de sua cultura. Essa historicidade cultural, segundo a autora, dá a esperança de que a violência pode e deve ser analisada, compreendida, objeto de intervenção direta e indireta, e ser superada.

A violência também tem ocupado um lugar de destaque na conjuntura brasileira, atinge homens e mulheres com suas múltiplas formas e nos diferentes ciclos de vida, afetando as relações sociais e impondo desafios aos mais diversos setores, entre eles, o da segurança pública e o da saúde. Especialmente no setor saúde observa-se inúmeras repercussões, cada vez mais complexas, e como consequência, uma desafiadora agenda para as políticas públicas. A porta de entrada para o atendimento são os hospitais e unidades de pronto atendimento. É aqui que as vítimas fatais e não fatais das violências são de alguma forma visualizadas através das estatísticas.

A violência para Minayo (2006) é entendida como um fenômeno sócio-

histórico, não é em si uma questão de saúde pública ou um problema médico típico, contudo, afeta fortemente a saúde ao provocar a morte, lesões, traumas físicos e inúmeros agravos mentais, emocionais e espirituais. Além disso, diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades. E ainda mais, exige uma readequação da organização tradicional dos serviços de saúde, colocando o atendimento médico preventivo e de cunho curativos, novos e complexos problemas, que necessitam de uma atuação mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial, na perspectiva de realizar trabalhos em redes, engajando outros setores, visando atender mais adequadamente as necessidades do/a (s) cidadã/o(s). Neste sentido, nos últimos anos o setor de saúde incluiu em sua pauta, a questão da violência, tendo consciência de que pode contribuir nas discussões e prevenções.

Importante destacar que cada autor ou autora traz sua percepção sobre a violência, por isso da dificuldade de estabelecer uma definição para trabalhar. Desta forma, trazemos a contribuição da autora Marziale:

a violência é considerada um problema social e de saúde pública, que afeta a qualidade de vida e ameaça o desenvolvimento dos povos. A violência é um fenômeno que não distingue raça, idade, condição socioeconômica ou educação; e que atualmente atinge proporções epidêmicas, com ramificações na atenção à saúde (MARZIALE, 2004, p. 32).

Acrescenta-se a isso, a contribuição da autora Schraiber *et al.* (2008) para pertencer à saúde e partilhar dessa competência na intervenção, o fenômeno da violência deve se constituir em:

Um objeto de conhecimento técnico científico. Mesmo que se recuse igual naturalização dos objetos socioculturais, ainda assim resta a exigência de se ter conhecimento tecnológico: conhecimento capaz de gerar em curto prazo procedimentos de assistência individual e de saúde pública, com programas de prevenção e de promoção de saúde (SCHRAIBER, p. S208, 2009).

Ademais, concordamos com a autora acima, que também nos alerta:

A violência, é um importante ponto para gerar políticas públicas para intervenção. Pois reconhece a violência na sua magnitude social, devido aos grandes números e pelas certas regularidades de ocorrência populacional, o que representa a convergência dos propósitos da Saúde Pública e com as raízes históricas da produção em conhecimento, em especial a violência contra a mulher, introduzida como questão pelo movimento feminista (SCHRAIBER, p. S208, 2009).

Na resolução WHA49.25, a Assembleia Mundial da Saúde declarou a violência como um dos principais problemas de saúde pública e solicitou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) que desenvolvesse uma tipologia que caracterizasse os diferentes tipos de violência, bem como os vínculos entre eles. Essa tipologia fornece uma estrutura útil para se compreender os complexos padrões de violência que ocorrem no mundo, bem como a violência na vida diária das pessoas, das famílias e das comunidades. Contudo, tanto na pesquisa quanto na prática, as fronteiras entre os diferentes tipos de violência nem sempre são tão claras (WHA, 1996).

A tipologia proposta indica três grandes categorias de violência que correspondem às características daquele que comete o ato violento e caracteriza o fenômeno a partir de suas manifestações empíricas. A violência poderia ser: autoinfligida, interpessoal ou coletiva (KRUG *et al.* 2002).

A violência auto-infligida é subdividida em comportamentos suicidas e os auto-abusos. O primeiro caso contempla suicídio, ideação suicida e tentativas de suicídio. E o conceito de auto-abuso nomeia as agressões a si próprio e as automutilações.

A interpessoal é classificada em violência comunitária e violência familiar, esta inclui a violência entre parceiros íntimos e membros da família, principalmente no âmbito doméstico, mas não unicamente. Abrange as agressões contra homem ou mulher, crianças e idosos. A violência comunitária é aquela que ocorre no ambiente social geral e inclui a violência juvenil, atos aleatórios de violência, estupro ou ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, tais como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.

E por último a violência coletiva, é expressa pelos atos violentos que acontecem nos âmbitos macrossociais, políticos e econômicos e caracteriza a dominação de grupos e do Estado. Nessa categoria estão os crimes cometidos por grupos organizados, os atos terroristas, os crimes de multidões, as guerras e os processos de aniquilamento de determinados povos e nações; além de ataques econômicos entre grupos e nações motivados por interesses de dominação (KRUG *et al.* 2002, p. 35).

A esta classificação Minayo (2006) acrescenta a violência estrutural, que se refere aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem e mantêm a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia e mantêm o domínio adulto-cêntrico sobre crianças e adolescentes. Esta violência ocorre sem a

consciência explícita dos sujeitos e se naturaliza na cultura, sendo a base da maioria dos tipos de violência citados anteriormente.

Os tipos de violência elencados pela OMS também são classificados quanto à natureza dos atos, que podem ser: de natureza física, sexual, psicológica ou que envolva privação ou negligência. Esses quatro tipos de atos violentos ocorrem em cada uma das grandes categorias antes descritas, exceto na violência autoinfligida (KRUG *et al.*, 2002).

O abuso físico é o uso de força para produzir injúrias, feridas, dor ou incapacidade em outrem. Enquanto o abuso sexual diz respeito ao ato ou jogo sexual que visa estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças. O abuso psicológico inclui as agressões verbais ou gestuais utilizadas para aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir a liberdade ou isolá-la do convívio social. E a negligência ou abandono inclui a ausência, recusa ou a deserção de cuidados necessários a alguém que deveria recebê-los (KRUG *et al.* 2002).

Além desta classificação, a violência pode ser definida considerando a qual grupo ela é perpetrada, podendo ser cometida contra mulheres, homens, crianças, adolescentes e idosos, tendo características específicas de acordo com cada grupo.

O que se percebe lamentavelmente em nossa sociedade é que estes tipos de violências, especialmente aquelas praticadas contra as mulheres, ganham visibilidade somente quando ocorrem casos extremos, ou seja, vítimas fatais, que precisam de intervenção do Estado na sociedade. Como foi o caso dos estupros coletivos ocorridos no estado do Piauí e na cidade do Rio de Janeiro, entre maio e junho de 2016 e dos feminicídios, crimes tipificados pela Lei 13.104/2015. Esses, como alguns poucos casos ganharam visibilidade na mídia e nas redes sociais, demonstrando os inúmeros relatos de casos semelhantes e que não são “visibilidades”, dando a falsa impressão de que a violência contra as mulheres é um fenômeno de menor magnitude do que a violência que vitimiza os homens (GARCIA, 2016). De acordo com a OPAS (1994, p. 5):

A violência, pelo número de vítimas e pela magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em muitos países (...). O setor saúde constitui a encruzilhada para onde convergem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, atenção especializada, reabilitação física, psicológica e assistência social.

Os óbitos devido à violência, tanto no mundo como no Brasil, além de serem um problema social trazem repercussões na saúde pessoal e coletiva. Os danos, lesões, traumas e mortes causados por acidentes e violências correspondem a altos custos emocionais e sociais. Causam prejuízos econômicos devido aos dias de ausência no trabalho, pelos danos mentais e emocionais causados nas vítimas e seus familiares, e pelos anos de produtividade ou de vida perdidos. Ao sistema de assistência à saúde as consequências da violência levam a elevados gastos com estruturas pré-hospitalares, emergência, assistência e reabilitação, processos mais custosos que a maioria dos procedimentos médicos convencionais (MINAYO, 2006, p. 33). Oliveira aponta que

A violência nas relações de gênero e, particularmente, a violência sexual pode implicar a maior ocorrência de diversos problemas de saúde física, reprodutiva e mental, como também acarreta maior uso dos serviços de saúde por parte das mulheres. Os serviços de saúde, sobretudo os prontos socorros, são os mais procurados pelas mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, que têm de responder a dois dilemas: perceber/reconhecer a violência sofrida pela mulher, dando credibilidade a uma queixa e, romper com uma recorrente prática de medicalizar os eventos observados (OLIVEIRA, 2005).

Na saúde, a notificação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências foi implantada no SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificações em 2009, devendo ser realizada de forma universal, contínua e compulsória diante da suspeita ou confirmação de violências dirigidas a crianças, adolescentes, mulheres e idosos, atendendo às Leis 8.069/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente), 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e 10.778/2003 (notificação compulsória da violência contra a mulher). Essa notificação é realizada pelo gestor de saúde do SUS, mediante o preenchimento de uma ficha específica. No entanto, de acordo com o relatório mundial de 2014 e outras pesquisas, isso ainda não ocorre de forma efetiva, o que contraria o entendimento sobre levantamento de demandas para saúde ou qualquer outro equipamento público ou privado que pudesse utilizar estas informações para implantação de programas e projetos.

Para melhor abordagem da complexidade da violência contra a mulher é necessário a compreensão do conceito de “gênero”. Nesta pesquisa, adotamos como referência os trabalhos desenvolvidos por Joan Scott que “propõe o gênero como elemento constitutivo das relações sociais construídas sobre as diferenças percebidas

entre os sexos, sendo ele um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1989). Segundo Signorelli (p. 123, 2013), “a diferença entre homens e mulheres é um fato anatômico que não teria nenhuma significação, se não fossem os arranjos de gênero vigente, que reconhecem a diferença, hierarquizando-a”.

Concordamos com Delphy (p. 184, 1984) quando afirma que a transformação da diferença sexual em desigualdade é um fenômeno social. A hierarquização dos papéis sociais de gênero nos faz refletir sobre a condição da mulher no enfrentamento à violência doméstica, na atuação dos equipamentos do Estado e nas Instituições não governamentais, para atendimento mais qualificado e humanizado às situações de violências contra as mulheres. Considera-se aqui a importância da contínua necessidade de questionar padrões preestabelecidos, de uma ordem hegemônica, conservadora e que demarca territórios, entre o masculino e o feminino, sem compreender que se trata de grupos sociais que se relacionam.

Os estudos sobre a violência de gênero e violência simbólica, se tornam primordiais para que possamos confrontar com os tipos de violências contra as mulheres e a compreensão mais ampla sobre violação de direitos das mulheres, que podem ser realizados por parceiros íntimos ou de outro vínculo. Ao começarmos lançar olhares mais apurados e críticos a situações que continuam sendo visualizadas como problema privado e de resolução somente das mulheres, significa dizer nas palavras Signorelli, “Lançar um olhar sobre os modos que acontecem estas interações que envolvem essas mulheres, os profissionais de saúde e o sistema de saúde” (SIGNORELLI, p. 123, 2011).

Ao utilizarmos a palavra mulheres, entendemos contemplar todas as mulheres, independente da sua origem, etnia, sexo, classe social/estrato social, religião, orientação sexual ou identidade de gênero, enfim, incluir significa visibilizar muitas vozes da violência. Segundo o relatório mundial:

...pelo menos 60% dos países não dispõem de dados com qualidade sobre homicídios oriundos de sistemas de registro civil e de estatísticas vitais. Em muitos países que dispõem desses dados, frequentemente faltam informações tais como sexo e idade da vítima, relacionamento entre a vítima e o perpetrador, e o tipo de homicídio – dados necessários para planejar e monitorar esforços de prevenção. A maioria dos casos de violência contra mulheres, crianças e idosos não chega ao conhecimento de autoridades ou de prestadores de serviços, o que faz das pesquisas com a população uma fonte essencial de informações para a documentação da natureza e da extensão desses problemas. Mais de 50% dos países pesquisados relataram coletar dados sobre violência praticada por parceiro íntimo e violência sexual; no entanto, não chega a 50% a proporção daqueles que relataram realizar

levantamentos baseados na população sobre outros tipos de violência, como maus-tratos à criança, violência juvenil e abuso de idosos (Relatório Mundial de Violência, 2014).

A questão dos homicídios e/ou feminicídios não serão tratados nessa pesquisa, no entanto, optamos em trazer este debate, mesmo de forma muito reduzida para apontar esse tipo de violência fatal, que muitas vezes, há indicadores anteriores de outros tipos de violências vivenciadas pela vítima de homicídio e/ou feminicídios. Compreendemos que este é um desfecho trágico dos ciclos de violências enfrentados por homens, mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

No que se refere as violências doméstica e familiar contra as mulheres, possuímos definições legais no direito brasileiro, como a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a qual nos dá a qualificação de crime a violência doméstica e familiar contra a mulher. Segundo esta lei, nos artigos 5º e 6º:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos (BRASIL, 2006).

Nesta mesma lei, mais precisamente no artigo 7º, são listadas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, deixando de forma concreta em que situações entre outras, são consideradas violações de direitos:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006)

E ainda, no artigo 8º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), no item da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, cabe medidas integradas de prevenção, sendo:

A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça

ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha proporciona o arcabouço legal para a prevenção da violência doméstica contra as mulheres. A prevenção é ainda a maior estratégia para evitar tragédias como de tantas mulheres. No entanto, é necessário divulgar, discutir e operar a Lei para evitar sua caducidade. A advogada Maria Amélia de Almeida Teles – Amelinha, como é conhecida há décadas no movimento de mulheres, chama a atenção:

Precisamos dar muita ênfase às medidas preventivas, como a capacitação de profissionais, mas também campanhas junto à sociedade, à mídia, a todos os órgãos do Poder Judiciário e do Sistema de Segurança Pública, para discutir o que significa a violência contra as mulheres, para que a sociedade possa de fato aprofundar a democracia (TELES, 2014).

Além da lei acima referenciada, possuímos outro dispositivo legal, para proteção a violência contra a mulher, que é a Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015, a qual inseriu no Código Penal brasileiro a previsão legal do feminicídio, como modalidade do homicídio qualificado:

Contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:
Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:
I - violência doméstica e familiar;
II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
Aumento de pena
A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:
I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;
II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;
III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima (BRASIL, 2015).

Maíra Zapater (2016) faz algumas considerações importantes sobre a Lei Maria da Penha e a Lei que qualifica o feminicídio, no que se refere a tipificação, questão muito comum para ambas as definições legais:

As duas leis limitam a compreensão de um fenômeno social mais amplo: tanto a Lei Maria da Penha quanto a qualificadora do Feminicídio associam a violência contra a mulher à violência doméstica e o termo “gênero”, por sua vez, é simplesmente suprimido da definição legal de feminicídios, e (mal) substituído pelo inespecífico e incompreensível termo “razões da condição de sexo feminino” (ZAPATER, 2016).

As leis brasileiras estão se aprimorando para o enfrentamento da violência contra as mulheres, ou seja, trazendo definições legais, explorando situações de violências que até o estabelecimento da Lei Maria da Penha passavam de forma desconectadas e/ou invisibilizadas a condição das mulheres frente a violência urbana e doméstica ou infamiliar. Os mecanismos legais servem como instrumento para limitar e reduzir as “interpretações” sobre os tipos de violações de direitos que são perpetradas contra as mulheres.

As mulheres continuam em luta, buscam condições para usufruir o que a sociedade tem a oferecer, seja no público ou no privado, eliminar as fronteiras, limites e tetos de vidros impostos, ou seja, as indignações de todos os tipos de privações de liberdades que somos constantemente submetidas e por consequência limitam o nosso desenvolvimento, a capacidade de enfrentamento aos processos de pobreza, de violências, de abandono, de negligência. Nas palavras de Sen:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferências excessivas de Estados repressivos (SEN, p. 16-17, 2010).

Amartya Sen (2010, p. 16) considera que o desenvolvimento seja visto como um processo de expansão de liberdades reais em que as pessoas desfrutem. Compreendendo que o enfoque nas liberdades humanas que atualmente “consideramos” visões mais limitadas de desenvolvimento, como o exemplo de que o desenvolvimento está vinculado exclusivamente ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação, a industrialização, o avanço tecnológico, a modernização social e urbana.

O crescimento do Produto Nacional Bruto importa como um meio para aumentar as possibilidades de liberdades a serem desfrutadas pela sociedade. No entanto, não há como alcançar as reais liberdades de uma nação, sem perceber que há outros condicionantes, como os serviços de educação oferecidos a população, a segurança pública, a garantia de ir e vir, a questão da saúde universal, direitos civis preservados, e a participação democráticas nas discussões públicas e/ou interesse público, em outras palavras, a participação no controle social das políticas públicas disponíveis.

No próximo capítulo discorreremos sobre os procedimentos e métodos

utilizados para a coleta e tratamento dos dados que nos possibilitaram perguntar qual e a agenda da abordagem sobre a violência contra a mulher assumida nos trabalhos produzidos na pós-graduação no Brasil.

CAPÍTULO II – REFINAMENTO DE DADOS ABERTOS E ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: UMA PRODUTIVA COMBINAÇÃO DE DADOS E MÉTODOS

Abordamos neste capítulo os métodos e procedimentos adotados para operacionalização desta pesquisa: o levantamento bibliométrico dos dados no Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES e nos Dados Abertos da CAPES para o período 2013 a 2017; o tratamento dos dados em planilha de dados; a exploração e seleção dos 828 trabalhos utilizados para a pesquisa¹; a depuração de dados por meio do *software Open Refine*; a preparação dos dados depurados pelo *Open Refine* para o *software* GEPHI; a conversão da rede dual-mode para one-mode e a preparação para a descrição e análise dos dados por meio do *software* de análise de redes GEPHI.

A FONTE DOS DADOS

A exploração preliminar de dados para a pesquisa ocorreu em fevereiro de 2018 através da página eletrônica Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>). Embora tenha sido possível a verificação da viabilidade da pesquisa, os serviços de consulta e exportação apresentavam falhas e inconsistências que implicavam a impossibilidade de continuidade dos trabalhos. Em contato com os serviços de referência da Biblioteca do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e com o próprio portal do Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES, nos foi esclarecido que o sistema passava por um período de instabilidade e que as informações fornecidas realmente estavam apresentando inconsistências que seriam sanadas, mas que não havia prazo para tal correção.

Na busca de outra fonte encontramos o portal Dados Abertos da CAPES (<https://dadosabertos.capes.gov.br/>). Na aba “Conjunto de dados” foi possível localizar um conjunto de arquivos em formato.csv (*Comma Separated Values*) que continham dados referentes as teses e dissertações defendidas em todos os programas de pós-

¹ A planilha (.csv) com dados completos das teses e dissertações utilizadas para o trabalho está disponível em <https://bit.ly/329WvMI>

graduação no país, separados por ano desde 1987 até 2017. Dada a disponibilidade, efetuamos o *download* dos arquivos referentes a todos os anos e períodos disponíveis. A lista de todas as “cabeças-de-coluna” que organizam os arquivos originais da CAPES podem ser observadas no quadro a seguir, sendo que a descrição completa dos metadados pode ser obtida em <https://metadados.capes.gov.br/index.php/catalog>

QUADRO 01 - COLUNAS DOS ARQUIVOS REFERENTES ÀS TESES E DISSERTAÇÕES NO REPOSITÓRIO DADOS ABERTOS DA CAPES

Coluna	Conteúdo
A	AN_BASE
B	CD_PROGRAMA
C	NM_PROGRAMA
D	SG_ENTIDADE_ENSINO
E	NM_ENTIDADE_ENSINO
F	ID_ADD_PRODUCAO_INTELECTUAL
G	ID_PRODUCAO_INTELECTUAL
H	NM_PRODUCAO
I	ID_SUBTIPO_PRODUCAO
J	NM_SUBTIPO_PRODUCAO
K	ID_AREA_CONCENTRACAO
L	NM_AREA_CONCENTRACAO
M	ID_LINHA_PESQUISA
N	NM_LINHA_PESQUISA
O	ID_PROJETO
P	NM_PROJETO
Q	DH_INICIO_AREA_CONC
R	DH_FIM_AREA_CONC
S	DH_INICIO_LINHA
T	DH_FIM_LINHA
U	DT_TITULACAO
V	DS_PALAVRA_CHAVE
W	DS_ABSTRACT
X	DS_KEYWORD
Y	IN_TRABALHO_MESMA_AREA
Z	NM_TP_VINCULO
AA	IN_ORIENT_PARTICPOU_BANCA
AB	DS_BIBLIOTECA_DEPOSITARIA
AC	ID_TP_EXPECTATIVA_ATUACAO
AD	NM_EXPECTATIVA_ATUACAO
AE	ID_PESSOA_DISCENTE

Coluna	Conteúdo
AF	NM_DISCENTE
AG	DT_MATRICULA
AH	ID_GRAU_ACADEMICO
AI	NM_GRAU_ACADEMICO
AJ	NM_ORIENTADOR
AK	DS_CATEGORIA_ORIENTADOR
AL	NM_CATEGORIA_DOCENTE
AM	NM_REGIAO
NA	SG_UF_IES
AO	NM_UF_IES
AP	CD_GRANDE_AREA_CONHECIMENTO
AQ	NM_GRANDE_AREA_CONHECIMENTO
AR	CD_AREA_CONHECIMENTO
AS	NM_AREA_CONHECIMENTO
AT	CD_SUBAREA_CONHECIMENTO
AU	NM_SUBAREA_CONHECIMENTO
AV	CD_ESPECIALIDADE
AW	NM_ESPECIALIDADE
AX	NM_AREA_AVALIACAO
AY	DS_EMAIL_DISCENTE
AZ	NR_VOLUME
BA	NR_PAGINAS
BB	NM_IDIOMA
BC	DS_RESUMO
BD	DS_URL_TEXTO_COMPLETO
BE	ID_PESSOA_ORIENTADOR

FONTE: A autora (2019)

EXPLORAÇÃO DOS DADOS E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

O período de investigação desta pesquisa foi estabelecido em função da avaliação quadrienal (2013-2016) dos programas de pós-graduação adotada pela CAPES. Optou-se pela investigação apenas do último quadriênio, visto que o volume de dados e a cobertura deste período já possibilita uma ampla verificação de como o tema da violência contra a mulher tem sido abordado na produção acadêmica brasileira. Para ampliar a atualização das informações e tempestividade das análises, optou-se ainda por incluir o período disponível sobre ano de 2017, uma vez que a

análise dos dados ocorreria durante o ano de 2018/2019.

Os arquivos baixados referentes aos cinco anos do período de pesquisa contém dados referentes a 377.632 teses e dissertações em todas as áreas do conhecimento. Era necessário selecionar dentre esses trabalhos, aqueles que correspondessem à nossa pergunta de pesquisa.

O ideal para a exploração e operacionalização da seleção de trabalhos de interesse da pesquisa, teria sido agrupar todos os anos em um só arquivo e aplicar os filtros de seleção, todavia o volume de dados contido nos arquivos referentes aos cinco anos supera 21,5 milhões de registros (377.632 linhas com 57 colunas). Assim, operamos a seleção dos trabalhos ano a ano.

Em cada um dos arquivos das teses e dissertações dos anos de 2013 a 2017, aplicamos o filtro padrão disponível no software Libre Office Calc, selecionou-se as colunas para filtro das palavras 'Nome da produção' e "Palavras_Chave", e que obrigatoriamente deveriam conter as expressões "mulhe*" ou "violênci*".

Neste filtro de palavras conseguimos estabelecer a seleção de 6.481 trabalhos que continham no nome da produção ou/e palavras chaves, violência e mulher e suas variações de terminação. A partir desta seleção classificou-se e selecionou-se aqueles trabalhos que continham ambas as expressões, chegando ao número de 828 trabalhos.

Na Tabela 01, apresenta-se o recorte temporal e o número de trabalhos produzidos neste período, ano a ano, sendo que o ano de 2017 conta com os dados parciais disponíveis no momento da coleta de dados.

TABELA 1 – NÚMERO DE TRABALHOS ANO A ANO			
ANO BASE	Nº DE TRABALHOS	TOTAL %	TOTAL ACUMULADO %
2013	176	21,3	21,3
2014	175	21,1	42,4
2015	205	24,8	67,1
2016	228	27,5	94,7
2017 (*)	44	5,3	100,0
FONTE: Teses e Dissertações CAPES (2013 a 2017)			
FONTE: (*) Dados parciais devido ao período da coleta de dados para pesquisa.			

Na tabela a seguir, apresenta-se a composição das 10 Instituições de Ensino Superior que no período de 2013 a 2017 tiveram um maior destaque quanto ao número de publicações sobre o tema violência contra a mulher. Dentre as dez

primeiras, destaca-se a Universidade de Brasília (DF), que realizou 45 pesquisas com o tema violência contra a mulher, atingindo um percentual de 5.4% do montante de 828 trabalhos inicialmente selecionados. Seguida da Universidade Federal da Bahia com 4.5%, e assim sucessivamente como demonstra a tabela abaixo.

TABELA 2 – QUANTIDADE DE TRABALHOS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	QUANTIDADE DE TRABALHOS	TOTAL %	TOTAL ACUMULADO %
UNB	45	5,4	5,4
UFBA	37	4,5	9,9
USP	37	4,5	14,4
UFMG	36	4,3	18,7
UFPE	27	3,3	22
UFSC	24	2,9	24,9
UERJ	23	2,8	27,7
PUC/SP	21	2,5	30,2
UFPB/J.P	20	2,4	32,6
UECE	18	2,2	34,8

FONTE: Teses e Dissertações CAPES (2013 a 2017)

Na Tabela 03, as 10 (dez) primeiras áreas de Concentração que estudaram a Violência contra a Mulher na pós-graduação brasileira. Observa-se na tabela que as áreas de Psicologia e Psicologia Social, somadas, atingem 39 trabalhos ou 4.7% dos trabalhos publicados no período de 2013 a 2017, destaque para as Ciências Humanas.

TABELA 3 – QUANTITATIVO DE TRABALHOS POR ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

NOME DA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	QUANTIDADE DE TRABALHOS	TOTAL %
PSICOLOGIA	27	3,3
NÃO INFORMADO	22	2,7
SAÚDE COLETIVA	21	2,5
EDUCAÇÃO	17	2,1
SOCIOLOGIA	17	2,1
DIREITOS HUMANOS	14	1,7
CIÊNCIAS SOCIAIS	13	1,6
GÊNERO, CUIDADO E ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE	12	1,4
ANTROPOLOGIA SOCIAL	12	1,4
PSICOLOGIA SOCIAL	12	1,4

FONTE: Teses e Dissertações CAPES (2013 a 2017)

Na Tabela 04, apresenta-se o número de produções realizadas nas 10 (dez) primeiras Unidades Federativas que exploraram o tema Violência contra a Mulher. Destaca-se o estado de São Paulo com 146 trabalhos produzidos ou 17,6%; seguido do estado do Rio de Janeiro com 85 trabalhos ou 10.3%, e assim por diante.

TABELA 4 – QUANTITATIVO DE TRABALHOS POR UNIDADES FEDERATIVAS

NOME DA UNIDADE FEDERATIVA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	QUANTIDADE DE TRABALHOS	TOTAL %
SÃO PAULO	146	17,6
RIO DE JANEIRO	85	10,3
MINAS GERAIS	77	9,3
RIO GRANDE DO SUL	74	8,9
DISTRITO FEDERAL	60	7,2
BAHIA	56	6,8
PERNAMBUCO	42	5,1
CEARÁ	40	4,8
PARANÁ	37	4,5

FONTE: Teses e Dissertações CAPES (2013 a 2017)

Agregadas as unidades da federação em macrorregiões, podemos observar uma participação bastante expressiva da região sudeste, com 40% dos trabalhos, seguida da região Nordeste com pouco mais de 26% dos trabalhos selecionados. Tal distribuição pode ser observada na Tabela 05 a seguir.

TABELA 5 – QUANTITATIVO DE TRABALHOS POR REGIÃO NO BRASIL

REGIÃO BRASILEIRA	QUANTIDADE DE TRABALHOS	TOTAL %
SUDESTE	332	40,2
NORDESTE	218	26,4
SUL	143	17,3
CENTRO-OESTE	97	11,7
NORTE	36	4,4

FONTE: Teses e Dissertações CAPES (2013 a 2017)

Na Tabela 06 a seguir apresenta-se as dez primeiras áreas que são submetidas pela avaliação CAPES. A Grande área de Ciências humanas, ganha destaque na medida que a Psicologia registrou 122 trabalhos publicados, seguido da Grande Área Ciências da Saúde, tendo como destaque Enfermagem com 103 trabalhos produzidos e posteriormente Saúde Coletiva com 100 trabalhos publicados.

TABELA 6 – QUANTITATIVO DE TRABALHOS POR ÁREA DE AVALIAÇÃO

NOME DA ÁREA DE AVALIAÇÃO (CAPES)	QUANTIDADE DE TRABALHOS	TOTAL %
PSICOLOGIA	122	14,7
ENFERMAGEM	103	12,4
SAÚDE COLETIVA	100	12,1
INTERDISCIPLINAR	98	11,8
DIREITO	71	8,6
SOCIOLOGIA	67	8,1
LETRAS/LINGUÍSTICA	44	5,3
SERVIÇO SOCIAL	42	5,1
EDUCAÇÃO	26	3,1
HISTÓRIA	25	3,0

FONTE: Teses e Dissertações CAPES (2013 a 2017)

Diante deste perfil observa-se a concentração espacial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, há uma heterogeneidade de universidades e dos programas que exploraram esta temática no período de 2013 a 2017. As áreas de avaliação que tiveram maior destaque foram a Psicologia, Enfermagem e Saúde Coletiva. Já a área interdisciplinar está no processo de exploração para evidenciar as outras facetas que a violência contra a mulher vem se ramificando, uma vez que esta área está se desenvolvendo e construindo seus espaços de discussão e dimensionando formas combinadas de áreas de produção de ciência para explorar o fenômeno social que atinge a população feminina.

Os dados da produção da pós-graduação nos recortes dos estados, das regiões, áreas de avaliação, entre outros, evidenciam que há espaços territoriais e tempos que há um maior número de produção, ou seja, há uma maior exposição deste fenômeno nas pós-graduações sobre o tema Violência Contra a Mulher.

O PROCESSAMENTO/DEPURAÇÃO DOS DADOS

A medida que foi explorado o tema, mais especificamente no campo palavras-chave, percebeu-se uma elevada heterogeneidade entre essas palavras disponibilizadas nos trabalhos, tanto numérica quanto semântica. Há trabalhos que apresentam menor ou maior número de descritores, como também, a diversidade de palavras-chave definidas pelo/a(s) autor/a (es/s) e que representam o conteúdo dos trabalhos realizados nas pós-graduações brasileiras neste recorte temporal.

O que se percebe é que a escolha das palavras chaves parece ocorrer sem muito critério que expresse o conteúdo acadêmico conceitual do trabalho, por vezes ficando a cargo da “criatividade” polissêmica do/a (s) autor/a (es/s), com exceção da área Ciência da Saúde (DeCS – Descritores em Ciências da Saúde), disponível em: <http://decs.bvs.br/P/decsweb2019.htm>.

Percebe-se que não há uma ‘espécie’ de protocolo do que se deve ou não evidenciar nas palavras chaves, numa perspectiva mais geral. Mas o fato é que, estamos refletindo sobre palavras que estão disponibilizadas por áreas distintas (disciplinares, multidisciplinares e interdisciplinares), então, também compreende-se que cada área interpreta e disponibiliza o seu entendimento sobre o tema e segue as orientações de cada.

Apresentou-se esta reflexão devido as dificuldades que se encontrou no processo de filtragem das palavras, ou seja, na fase da verificação e seleção das palavras chaves, realizou-se a releitura dos títulos pela pesquisadora nos campos das palavras chaves e dos resumos, para verificar três situações.

A primeira, no campo ‘palavras chaves’, foram verificadas a quantidade de palavras disponíveis em cada um dos trabalhos selecionados. A segunda, a leitura do campo ‘nome da produção’, tendo como objetivo levantar quais as palavras que estavam disponibilizadas ou não no campo ‘palavras chaves’ e a terceira e última fase, foi a leitura dos ‘resumos’ para verificar e confirmar a correspondência entre os campos ‘Nome da Produção e/ou Palavras Chaves’. Estes procedimentos tiveram como base os estudos teóricos realizados anteriormente sobre este fenômeno social violência contra a mulher, e que foram fundamentais e que nos ajudaram a realizar esse tipo de varredura e da complementação de palavras chaves.

Este processo foi importante, uma vez que conseguimos compreender a importância de identificar as palavras chaves nos trabalhos explorados para o nosso objeto de estudo, violência contra a mulher.

Foram encontrados trabalhos com apenas duas ou três palavras-chave, enquanto outros apresentavam até oito. Buscando normalizar/padronizar a participação dos trabalhos no estudo, foi realizado um esforço incluir novas palavras-chave respeitando estritamente o conteúdo dos títulos e dos resumos, de forma que cada trabalho participasse com no mínimo cinco palavras-chave.

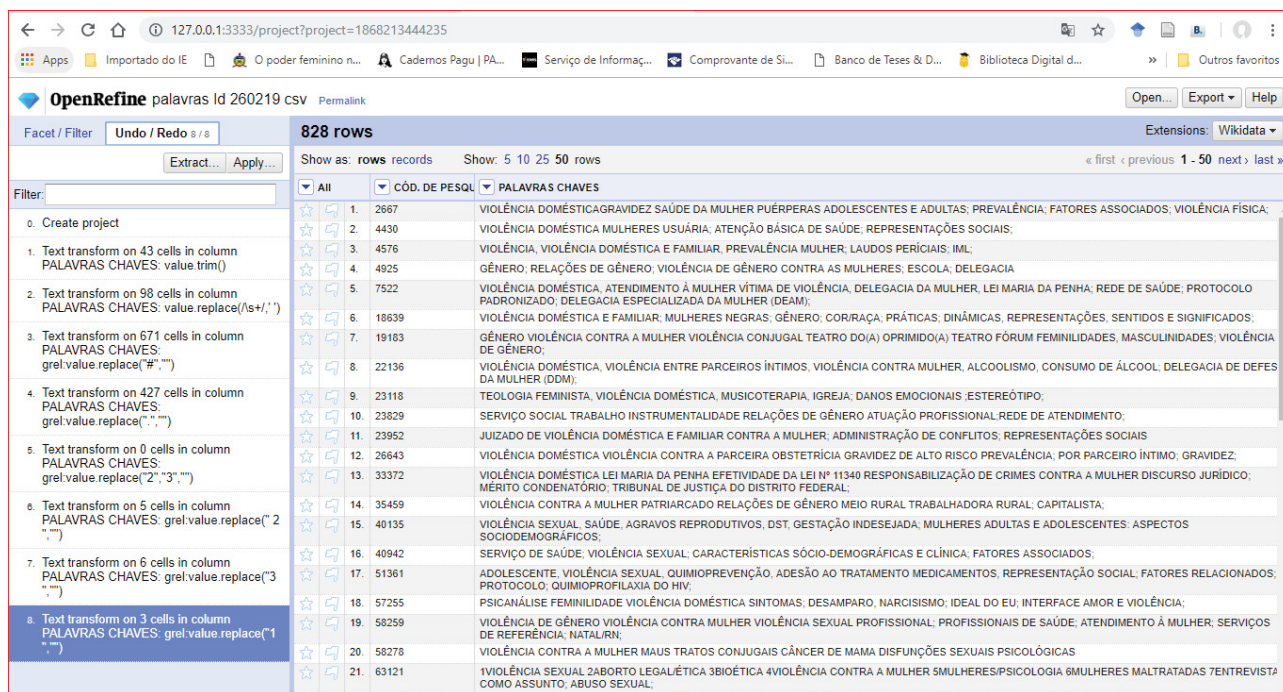
Após realizar o processo inicial de ‘depuração’ e as leituras dos resumos, verificamos que haviam dois trabalhos que possuíam uma baixa adesão ao escopo

da pesquisa, assim foram removidos do total de trabalhos para esta pesquisa, ou seja, a nossa pesquisa ficou com 826 (oitocentos e vinte e seis) trabalhos.

REMOÇÃO DAS *STOP WORDS* E REDUÇÃO DAS PALAVRAS AO RADICAL

Um procedimento importante para a sequência dos trabalhos foi a depuração das palavras-chave com a remoção das *stop words*, ou seja, os conectivos do tipo de, para, com, que, em etc. Para esta operação foi utilizado o programa *Open refine*. Cuja imagem de tela pode ser observada na Figura 01 a seguir:

FIGURA 01 - IMAGEM DE TELA DO PROGRAMA OPENREFINE



FONTE: Base de Dados das Teses e Dissertações (2013 a 2017)

O procedimento da remoção das *stop words* nas palavras chaves dos trabalhos selecionados, tem como objetivo a retirada das preposições, artigos

indefinidos, monossílabas, e outros termos característicos da língua portuguesa, mas que não influenciam na semântica.

Além disso, foram retirados os sinais de pontuação como ponto e vírgula (;), apóstrofo ('), asterisco (*), aspas (") e também a cerquilha (#). Como também a retirada de números (1, 2, 3...), igualmente utilizados por alguns autores e algumas autoras para dar a sequência numérica e/ou a ordem desejada para evidenciar as palavras chaves das pesquisas.

Outra medida adotada foi a separação de palavras-chave compostas, como políticas públicas, direitos humanos. Tal procedimento não traz prejuízos a conectividade entre as palavras visto que ambas aparecerão conectadas pelo trabalho do qual fazem parte.

No Quadro 02 a seguir se demonstra algumas informações sobre o processo de depuração dos dados.

QUADRO 02 - DEPURAÇÃO DAS PALAVRAS CHAVES

CÓDIGO DO TRABALHO	NOME DA PRODUÇÃO	PALAVRAS CHAVES DISPONIBILIZADAS NAS PRODUÇÕES	PALAVRAS-CHAVES DEPURADAS
76836	Sim, Eu sou vadia: Uma etnografia do coletivo Marcha das Vadias na Paraíba	Marcha das vadias. Cultura do estupro. Violência de Gênero.	Marchas; Vadias; Cultura, Estupro, Violência, Gênero.
149530	Mulheres em Rota Crítica: Percalços do enfrentamento à violência Doméstica em Teresina-PI.	Violência Doméstica; Rota Crítica; Políticas Públicas. # Delegacia Especializada de Atendimento da Mulher; Enfrentamento#	Violência, Doméstica, Rota Crítica, Políticas, Públicas, Delegacia, Enfrentamento.
218125	Atendimento a mulher em situação de violência sexual em um município do sul do Brasil: Análise na perspectiva da Bioética	Violência contra a mulher; Violência sexual; Bioética; Equipe Multiprofissional.	Violência, Mulher, Sexual, Bioética, Equipe, multiprofissional.

FONTE: A autora (2019)

Após os procedimentos já mencionados nos itens anteriores, as palavras chaves, foram submetidas ainda ao último processo de depuração no *Open Refine*. Significa dizer que foram reduzidas a uma significação comum, ou melhor, reduzir ao radical. Explicando, as palavras cognatas nascem da mesma raiz e apresentam a

mesma origem etimológica, assim temos como exemplos: Corpo – corporal, corporalidade; Profissional – profissionais, profissionalização; Crime – Criminal, criminalização, criminalidade. Desta forma, foram realizados este tipo de tratamento nas palavras chaves aqui exploradas para concretizar o material limpo para a próxima etapa do método.

Outro passo, foi verificar e uniformizar, no *Open Refine*, as siglas e abreviações disponibilizadas nos trabalhos, sejam elas mais conhecidas, como também outras que são menos utilizadas e que foram demonstradas nas palavras chaves, no nome da produção e no resumo. Dentre as abreviações utilizadas, apresenta-se o HIV (*Human Immunodeficiency Virus*); AIDS (*Acquired Immune Deficiency Syndrome*), VPI (Violência por Parceiro Íntimo); DEAM (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher); CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social); CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial), entre outras.

Após o processo de depuração das palavras chaves no *software Open Refine* foram realizados procedimentos para a geração de um arquivo para ser lido no *software Gephi*, para a análise de redes.

Para a montagem de um arquivo de díades de relacionamentos que sirva para a montagem de uma rede, cada código de trabalho foi repetido o número de vezes correspondente as palavras-chave contidas no respectivo trabalho. Para a geração dos pares de relacionamento (díades), os códigos de trabalho assumiram a condição de nó origem (*Source*) e cada palavra-chave assumiu a condição de nó destino (*Target*). A Figura 02 a seguir traz uma imagem de tela do *Open Refine* na qual pode ser observado o resultado destes procedimentos.

FIGURA 02 - IMAGEM DE TELA DO OPENREFINE COM A LISTA DE DÍADES DE REDE

The screenshot shows the OpenRefine web interface. The top bar indicates the project URL and provides buttons for 'Open', 'Export', and 'Help'. The main area displays a table of 8190 rows. The left sidebar shows a 'Target' list with various categories and their counts. The main table has columns for 'All', 'Source', and 'Target'.

All	Source	Target
8168	310364	DIREITO
8169	310364	LEI_MARIA_DA_PENHA
8170	310364	REDE
8171	310364	PROTEÇÃO
8172	310364	SOCIAL
8173	310364	POLÍTICA
8174	310364	PÚBLICA
8175	294688	MÍDIA
8176	294688	GÊNERO
8177	294688	ESTUPRO
8178	294688	COLETIVO
8179	294688	RACISMO
8180	294688	ESTADO
8181	294688	INDÍGENA
8182	294688	DISCURSO
8183	294688	SUBJETIVAÇÃO
8184	294688	SABER-PODER
8185	294688	BIOPOLÍTICA
8186	294688	RELAÇÕES
8187	294688	GÊNERO
8188	294688	CORPOS
8189	294688	FEMININO
8190	294688	DISCIPLINADOS

FONTE: Base de dados Teses e Dissertações CAPES (2013 a 2017)

Desse montante de trabalhos das pós-graduações, resultou em uma rede, constituindo-se como o ‘corpus’ de pesquisa, com 2.050 ‘nós’ resultante da composição entre os 826 trabalhos e as 1.224 palavras depuradas.

A MONTAGEM DA REDE ONE-MODE E O MÉTODO DE ANÁLISE

Para analisar os dados coletados, inicialmente utilizou-se a Análise de Redes Sociais (ARS) aplicada à análise semântica, tal qual proposto e realizado por (CLEMENTE 2015; SILVA E SILVA 2016; PANZA, LOPES e FREIRE, 2017). Esta conjugação de procedimentos tem apresentado consideráveis avanços em relação ao que podemos dizer metodologia corrente nos trabalhos que fazem análise do “estado da arte” de um determinado campo ou área temática do conhecimento acadêmico, pois permite o tratamento de grande volume de dados e possibilita a identificação dos temas e do/a (s) autor/a (es/s) centrais mediante a utilização de cálculos de modularidade de rede, baseados na teoria dos grafos.

O uso de ferramentas informacionais *Softwares* para a pesquisa qualitativa, segundo Silva e Silva (2016) permitem a percepção de tendências de sentidos em

grandes quantidades e diminuem a necessidade de intervenção manual. E ainda, de acordo com esses mesmos autores, os procedimentos de análise em uma pesquisa implicam recortar e reorganizar os elementos levantados em ‘documentos’. Neste caso, a planilha eletrônica com os metadados importados da base de dados de teses e dissertações da CAPES (2013 a 2017).

Em outras palavras, em vez de utilizar somente os recursos bibliométricos não relacionais, ou ainda da utilização de métricas pouco sistemáticas, utilizamos os cálculos de centralidade e modularidade para realizar análises topológicas e modulares. Com tais recursos tanto identificamos as palavras-chave centrais que estruturam a rede de produção acadêmica em torno da violência contra a mulher quanto identificamos as suas comunidades temáticas.

O programa utilizado para realizar os cálculos e para a visualização das redes foi o Gephi (disponível gratuitamente em <https://gephi.org/>).

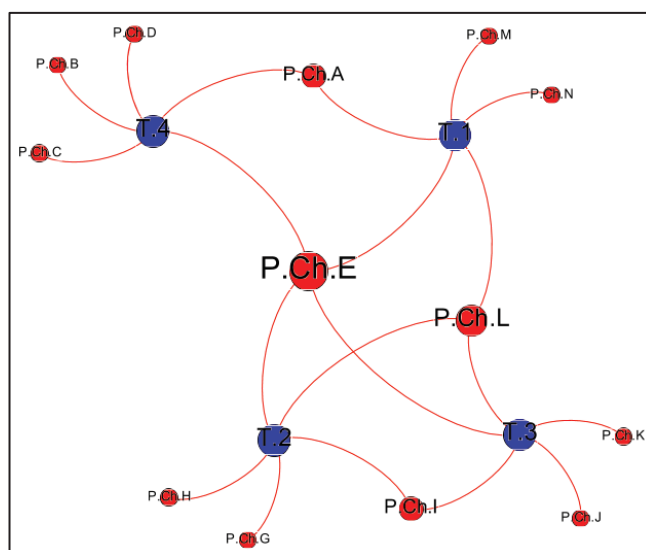
O programa *GEPHI* tem um papel fundamental nessa última fase dos dados, pois é ele que realizou os cálculos de proximidade e de periferia dos 826 trabalhos e suas respectivas palavras chaves. O programa ainda sistematiza as redes de significados/comunidades temáticas por meio de Grafos (representações gráficas), nas palavras de Silva e Silva, as “Redes Semânticas qualitativas”. Além de desenvolver relatórios onde demonstram as fontes das informações que foram verificadas e coletadas para criar as redes de relacionamentos.

A metáfora de “rede”, segundo Recuero (2011), tem servido ao estudo da sociedade pois estudar uma rede de relações entre pessoas, organizações ou palavras é identificar padrões de conexões, é explorar este recurso para entender a dinâmica da composição de como se estruturam grupos e subgrupos em uma rede.

Na organização do conhecimento, muitos estudos têm apontado a Análise de Redes Sociais (ARS) como um método a ser aplicado para os mais variados objetivos, notadamente em pesquisas sobre redes de coautoria e de interdisciplinaridade.

Utilizaremos a seguir alguns grafos de rede como exemplo da capacidade de cálculo, mediante as métricas de rede, e da visualização, mediante grafos de rede. A FIGURA 03 é uma representação simples de uma rede com 17 nós, representando hipoteticamente por quatro trabalhos (círculos azuis) e treze palavra-chave (círculos vermelhos) conectados por vinte arestas, ou linhas.

FIGURA 03 - GRAFO DA REDE EXEMPLO DUAL MODE TRABALHO E PALAVRAS-CHAVE



FONTE: A autora (2019)

No grafo anterior os nós, ou círculos, estão dimensionados de acordo com grau de centralidade que exercem junto aos demais nós na rede. O nó T4, por ex., representa um trabalho que tenha registrado cinco palavras-chave, sendo que três delas não foram citadas em nenhum outro trabalho (P.Ch.B, P.Ch.C e P.Ch.D) e duas (P.Ch.A e P.Ch.E) foram citadas em outros trabalhos. A exploração topológica desta pequena rede resultaria na hierarquização dos nós de acordo com o número de vínculos e da proximidade e centralidade dos mesmos na rede. A palavra-chave E (P.Ch.E) apresenta maior gradação e ocupa posição central em função de ter sido citada em todos os quatro trabalhos, enquanto as palavras-chave que foram citadas em apenas um dos trabalhos apresentam a menor gradação e ocupam as posições periféricas.

A Tabela 07 a seguir traz três métricas referentes a topologia rede exemplo: centralidade de grau (*degree*) que mede o número de conexões de cada nó da rede, centralidade de proximidade (*closeness centrality*) que mede o quanto cada nó está próximo dos demais da rede, e centralidade de intermediação (*betweenness centrality*) que mede o quanto cada nó exerce a função de mediador dos caminhos existentes na rede.

TABELA 07 – MÉTRICA TOPOLÓGICAS DA REDE (EXEMPLOS)

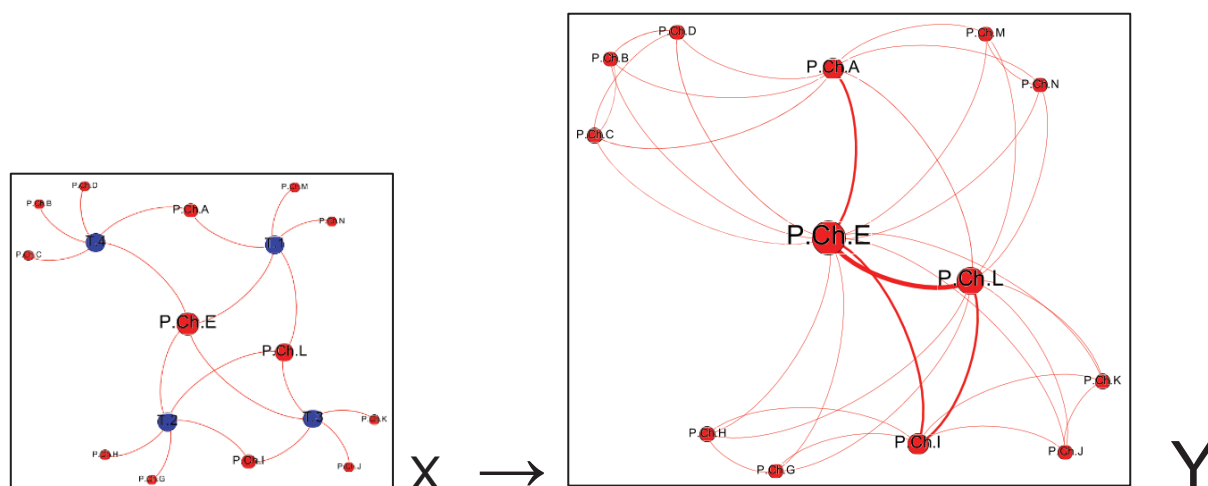
LABEL	DEGREE	CLOSENESS	BETWEENESS	TIPO DE NÓ
T.2	6	0,472	0,300	TRABALHO
T.4	6	0,472	0,384	TRABALHO
T.1	5	0,447	0,283	TRABALHO
T.3	5	0,447	0,268	TRABALHO
P.CH. E	4	0,567	0,365	PALAVRA-CHAVE
P.CH. L	3	0,447	0,125	PALAVRA-CHAVE
P.CH. A	2	0,386	0,056	PALAVRA-CHAVE
P.CH. I	2	0,370	0,028	PALAVRA-CHAVE
P.CH. N	1	0,315	0,000	PALAVRA-CHAVE
P.CH. M	1	0,315	0,000	PALAVRA-CHAVE
P.CH. G	1	0,327	0,000	PALAVRA-CHAVE
P.CH. H	1	0,327	0,000	PALAVRA-CHAVE
P.CH. J	1	0,315	0,000	PALAVRA-CHAVE
P.CH. K	1	0,315	0,000	PALAVRA-CHAVE
P.CH. B	1	0,327	0,000	PALAVRA-CHAVE
P.CH. C	1	0,327	0,000	PALAVRA-CHAVE
P.CH. D	1	0,327	0,000	PALAVRA-CHAVE

FONTE: A autora (2019)

Além da topologia, uma rede pode ser também ser explorada por sua modularidade, ou seja, pelas comunidades formadas em função da proximidade de um conjunto de nós. Para a construção da ‘rede’ de comunidades temáticas foram aplicados cálculos próprios de redes, ou melhor, da teoria de grafos, mediante algoritmos de modularidade de classe que funcionam como *pluguins* no *software GEPHI* (programa de código aberto e gratuito disponível para *download* em <https://gephi.org/>). Cada modularidade de classe/comunidade é o resultado de um agrupamento de ‘nós’ realizado pelo *GEPHI*, sendo que para tal agregação, o programa considera a importância de cada ‘nó’ (por sua posição central) e as ‘arestas’ (relações de proximidade (vizinhança)) constituídas em seus relacionamentos.

Todavia, para que fosse possível identificarmos comunidades temáticas foi necessário constituir uma rede apenas com palavras-chave, eliminando-se os nós relativos aos trabalhos. Para tal foi utilizado um recurso disponível no Gephi, de projeção multimodal de rede, que torna uma rede de dois modos (trabalhos e palavras-chave) em uma rede de um só modo (palavras-chave). O recurso utilizado conecta as palavras-chave através dos trabalhos. A Figura 04 a seguir demonstra a operação realizada.

FIGURA 04 - GRAFO DA CONVERSÃO DA REDE “EXEMPLO” DUAL MODE EM ONE MODE
PALAVRAS-CHAVE



FONTE: A Autora (2019)

A rede exemplo X, contendo 17 nós, sendo quatro trabalhos (círculos azuis) e treze palavra-chave (círculos vermelhos) conectados por vinte arestas, foi convertida em uma nova rede exemplo Y onde se encontram apenas as treze palavras-chave agora conectadas por 35 arestas constituídas através da projeção dos trabalhos conectores. Observe que na rede exemplo X não existia uma ligação direta entre as palavras-chave H e G (P.Ch.H e P.Ch.G), elas estavam conectadas através do trabalho 2 (T.2), formando a tríade P.Ch.H---T.2---P.Ch.G. Suprimindo-se o nó T.2 é possível projetar uma meta conexão que forme a díade P.Ch.H---P.Ch.G, estabelecendo-se uma ligação direta (projetada) entre ambos os nós relativos as palavras-chave P.Ch.H e P.Ch.G. Uma analogia interessante seria imaginar quando duas pessoas que não se conhecem são amigas de uma mesma outra pessoa.

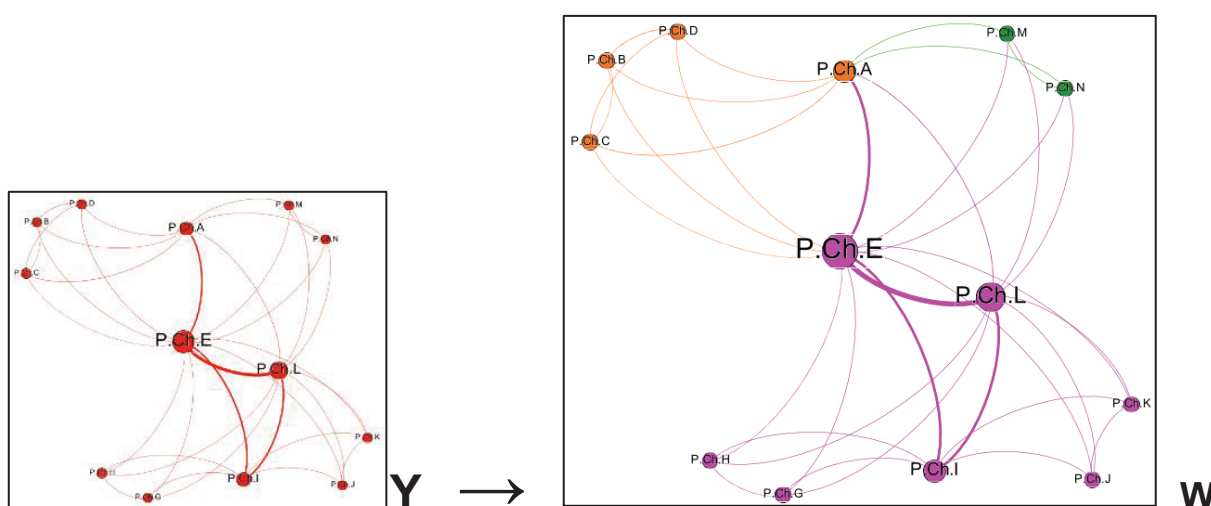
Pode-se dizer que ambas apresentam um “laço” de relacionamento entre si, através do amigo em comum, mesmo que não saibam da existência uma da outra. No caso de promovermos um encontro entre ambas sem a presença do amigo em comum, estabeleceremos um novo relacionamento que antes existia somente por projeção do vínculo do amigo conjunto.

A partir da conversão da rede para unimodal², obtendo-se as palavras-chave conectadas através dos trabalhos, alcançamos a possibilidade de identificar as

² Para compreender melhor a conversão de redes bipartite ver Newman (2010: 123-6).

comunidades temáticas. O Gephi utiliza um algoritmo³ para *clusterizar* os nós em “comunidades”, ou famílias de termos, ou temas de acordo com o conjunto de relacionamentos mais próximos entre todos os nós da rede. Algo como reunir os amigos dos amigos em um único bloco de amigos. Na Figura 05 a seguir é possível observar três comunidades na rede modelo W, cada qual representada por uma cor (rosa, verde e laranja), geradas a partir da rede modelo Y. As linhas apresentam-se mais ou menos espessas em função do número de relacionamentos (grau) que contém.

FIGURA 05 - GRAFO DE MODULARIDADES NA REDE EXEMPLO ONE MODE PALAVRAS-CHAVE



Fonte: A Autora (2019)

O programa *software GEPHI* não estabelece nenhuma relação hierárquica entre as comunidades temáticas. Todavia, algumas delas destacam-se pela extensão, ou seja, pelo número de membros que constituem os ‘nós’ e pela integração mais forte ou fraca entre os ‘nós’. Em nossa rede exemplo, é o caso da rede em cor rosa.

A nova rede formada a partir da conversão dual-mode para one-mode apresenta novos cálculos que podem ser observadas na Tabela 08 a seguir. Note-se que além das métricas de topologia (centralidades) podemos observar também a distribuição modular (*modularity class*), ambas permitem conjugar análises de hierarquias de palavras-chave quanto das comunidades temáticas da rede. Os nós P.Ch.E e P.Ch.A, apresentam maior centralidade de grau, 12 e 7 respectivamente, e tonam-se palavras “líderes”, ou de maior expressão, dentro de suas respectivas

³ Para consultar sobre o algoritmo de modularidade ver: Blondel *et al.* (2008) ou Lambiotte *et al.* (2008).

comunidades: 1, roda; e 2 laranja.

TABELA 08 – MÉTRICA TOPOLÓGICAS E MODULARES DA REDE EXEMPLO ONE MODE

LABEL	DEGREE	CLOSENESS	BETWEENESS	TIPO DE NÓ	MODULARY CLASS
P.CH. N	4	0,315	0,000	PALAVRA-CHAVE	0
P.CH. M	4	0,315	0,000	PALAVRA-CHAVE	0
P.CH. L	9	0,447	0,125	PALAVRA-CHAVE	1
P.CH. E	12	0,567	0,365	PALAVRA-CHAVE	1
P.CH. G	4	0,327	0,000	PALAVRA-CHAVE	1
P.CH. H	4	0,327	0,000	PALAVRA-CHAVE	1
P.CH. I	6	0,370	0,028	PALAVRA-CHAVE	1
P.CH. J	4	0,315	0,000	PALAVRA-CHAVE	1
P.CH. K	4	0,315	0,000	PALAVRA-CHAVE	1
P.CH. A	7	0,386	0,056	PALAVRA-CHAVE	2
P.CH. B	4	0,327	0,000	PALAVRA-CHAVE	2
P.CH. C	4	0,327	0,000	PALAVRA-CHAVE	2
P.CH. D	4	0,327	0,000	PALAVRA-CHAVE	2

FONTE: A Autora (2019)

Desenvolveremos a seguir a discussão dos resultados da pesquisa onde realizamos uma breve análise da rede geral bimodal (trabalhos e palavras-chave) objeto desta pesquisa e a exploração detalhada das seis comunidades identificadas na rede unimodal, ou seja, aquela formada por palavras-chave conectadas por trabalhos.

CAPÍTULO III – A CLUSTERIZAÇÃO TEMÁTICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ao longo deste capítulo apresentamos e discutimos os resultados da exploração da rede de trabalhos e palavras-chave e da rede de palavras-chave. Concentramos nossos esforços na discussão das comunidades temáticas identificadas na rede de palavras-chave registradas nas teses e dissertações pesquisadas.

A rede geral preparada para nossa investigação sobre as comunidades temáticas constituídas nas teses e dissertações produzidos na pós-graduação no Brasil entre 2013 e 2017 é composta por 2.050 nós, sendo 826 trabalhos e 1.224 palavras-chave, respectivamente representados na Figura 06, em que demonstra os pontos azuis e vermelhos que estão conectados por 7.317 arestas (linhas de cor azul claro).

FIGURA 06 - GRAFO DA REDE GERAL CONTENDO TRABALHOS E PALAVRAS-CHAVE (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD)

No grafo anterior (Figura 06) os nós vermelhos (palavra-chave) e azuis (trabalhos) estão dimensionados conforme sua centralidade de grau, ou seja, pela quantidade de relacionamentos que estabelecem na rede. Há uma maior centralidade das palavras-chave que foram as mais citadas nos trabalhos das pós-graduações de 2013 a 2017, desta forma, ocupam o ‘núcleo’ desta representação gráfica, em que as conexões/linhas aparecem na cor azul claro.

A Tabela 09 a seguir lista as trinta palavras-chave pela métrica de centralidade de grau, ou seja, aquelas vinculadas ao maior número de trabalhos na rede com a respectiva participação no total de trabalhos pesquisados.

TABELA 09 – PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS PALAVRAS CHAVES NA REDE DE TRABALHOS

PALAVRA-CHAVE	VINCULOS COM OS TRABALHOS	% NO TOTAL DOS 826 TRABALHOS PESQUISADOS
GÊNERO	337	40,8
DOMÉSTICA	212	25,7
SAÚDE	199	24,1
PÚBLICA	148	17,9
SOCIAIS	135	16,3
RELAÇÕES	122	14,8
POLÍTICA	119	14,4
DIREITO	118	14,3
LEI_MARIA_DA_PENHA	117	14,2
SEXUAL	104	12,6
FAMÍLIA	99	12,0
CONJUGAL	97	11,7
ATENÇÃO	85	10,3
REDE	75	9,1
PARCEIRO	73	8,8
HUMANO	70	8,5
FEMINISMO	67	8,1
PODE	62	7,5
ENFRENTAMENTO	61	7,4
DISCURSO	58	7,0
REPRESENTAÇÕES	54	6,5
CRIME	53	6,4
ENFERMAGEM	53	6,4
FEMININO	52	6,3
JUSTIÇA	51	6,2
MATERNIDADE	47	5,7
MASCULINO	43	5,2
PROFISSIONAL	42	5,1
HOMEM	39	4,7
GESTÃO	37	4,5

FONTE: Base de Dados CAPES (2013 a 2019)

indicando a diversidade de conceitos/categorias/termos adotado/a (s) pelo/a (s) pesquisador/a (es/s).

Convertemos a rede bimodal em uma rede unimodal onde estão presentes apenas as palavras-chave, meta conectadas pelos trabalhos nas quais foram citadas, tal qual explicado no capítulo anterior. Essa nova rede pode ser observada na Figura 08 a seguir contendo as 1.224 palavras-chave conectadas por 20.146 arestas ou linhas. Este novo grafo confirma quase integralmente a centralidade das palavras-chave já observadas na Figura 08 (Grafo da rede geral contendo trabalhos e palavras-chave (distribuição Network Splitter 3D)).

FIGURA 08 - GRAFO DA REDE UNIMODAL (PALAVRAS-CHAVE EM DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)



Fonte: A autora (2019).

O grafo anterior é expressão de um conjunto de cálculos que podem ser parcialmente observados na Tabela 10 a seguir onde estão listados as trinta palavras-chaves centrais que permitem um primeiro mapeamento de como o fenômeno da violência contra a mulher tem sido abordado nas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação no Brasil (2013 a 2017).

Da mesma forma que a expressão visual, a Tabela 10 a seguir igualmente

confirma a centralidade das palavras-chave verificada na rede bimodal. As palavras-chave estão ordenadas pela centralidade de grau, a qual corresponde na rede unimodal ao número de vínculos estabelecidos com as demais palavras-chave na rede, e pelo alcance relativo no conjunto das 1.224 palavras-chave da rede.

TABELA 10 – RELACIONAMENTOS DAS PALAVRAS-CHAVE NA REDE DE PALAVRAS-CHAVE

PALAVRAS-CHAVE	GRAU (NÚMERO DE VÍNCULOS ESTABELECIDOS COM AS DEMAIS PALAVRAS-CHAVES NA REDE)	% DE RELACIONAMENTOS
GÊNERO	710	58,0
DOMÉSTICA	518	42,3
SOCIAIS	465	38,0
SAÚDE	423	34,6
RELAÇÕES	403	32,9
PÚBLICA	393	32,1
DIREITO	391	31,9
POLÍTICA	363	29,7
SEXUAL	346	28,3
FAMÍLIA	327	26,7
CONJUGAL	317	25,9
LEI_MARIA_DA-PENHA	312	25,5
HUMANO	279	22,8
FEMINISMO	268	21,9
DISCURSO	261	21,3
FEMINISMO	257	21,0
PARCEIRO	252	20,6
CRIME	247	20,2
REDE	242	19,8
ENFRENTAMENTO	237	19,4
ATENÇÃO	236	19,3
PODER	234	19,1
VÍTIMA	211	17,2
MATERNIDADE	209	17,1
JUSTIÇA	206	16,8
REPRESENTAÇÕES	205	16,7
PROFISSIONAL	194	15,8

FONTE: Base de Dados CAPES (2013 a 2017)

A produção acadêmica nas pós-graduações brasileiras sobre o fenômeno da violência contra a mulher, expõe questões/categorias/termos que evidenciam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em situação de violência. Denunciam a existência de relações de gêneros assimétricas, fatos percebidos nos relatos de mulheres que estavam ou estão em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo, e que demonstraram e/ou relataram nas pesquisas algumas das dificuldades encontradas nos relacionamentos conjugais heterossexuais, tendo como principal local o espaço doméstico. Além disso, as mulheres estão mais sujeitas as

condicionalidades e/ou especificidades familiares em que estão imersas nas representações sociais, que são produzidas e reproduzidas por meio dos tipos de violências em que são mantidas por discursos sexistas e misóginos.

A mulher se constitui uma das principais vítimas da violência no ambiente doméstico, pois este é um dos ‘territórios’ que expressam o domínio masculino. Como também, pode-se ser observado em outros ambientes em que há convivência dos gêneros, em que permanece as assimetrias de poder e que são reforçadas cotidianamente por uma cultura socialmente construída.

Para além desta construção, e para dar conta deste fenômeno multifacetado, o/a pesquisador/a (es/s) utilizam-se das teorias femininas que discutem a construção social dos gêneros, tendo como foco a historicidade da situação, as identidades de gêneros (masculinidades e feminilidades), que por sua vez, tentam romper com as fronteiras rígidas que cerceiam as liberdades das mulheres, independentemente onde vivem e/ou a que estrato social que estão inseridas.

E ainda, os estudos buscam estabelecer conhecimentos que possam contribuir com a visualização científica deste fenômeno, e por consequência oferecer argumentações teóricas fundamentadas sobre as evidências coletadas em campo e/ou de base documental, para estabelecer propostas de ação para o enfrentamento deste tipo de violência/crime, seja por meio de política pública, análises das teorias, propostas metodológicas de intervenção e de abordagens dos sujeitos envolvidos nos ciclos de violência.

O processo de sistematização e visualização gráfica das palavras mais citadas, isto é, a contagem do número de palavras chaves pelo *software* não são o ápice do trabalho, até porque poderia ser realizado manualmente. Porém, levaria um pouco mais de tempo. De qualquer forma, não seria impossível, caso alguém tivesse a paciência e perseverança de contar cada uma das palavras citadas nos trabalhos.

O que fazemos nesta pesquisa pode ser comparado analogamente a uma galeria de artes, em que estão dispostos uma série de trabalhos realizados por inúmeros artistas plásticos e que cada um deles nos oferece uma possibilidade de visualizar sua obra. Cada uma das obras traz no seu interior toda uma bagagem de vida, experiências profissionais e saberes que só ele ou ela pode oferecer e demonstrar naquele momento específico da materialidade da obra. Assim, como a obra de arte, também nos deparamos com as expressões comuns e outras singularidades que cada um do/a (s) pesquisador/a (es/s) quiseram nos conduzir para

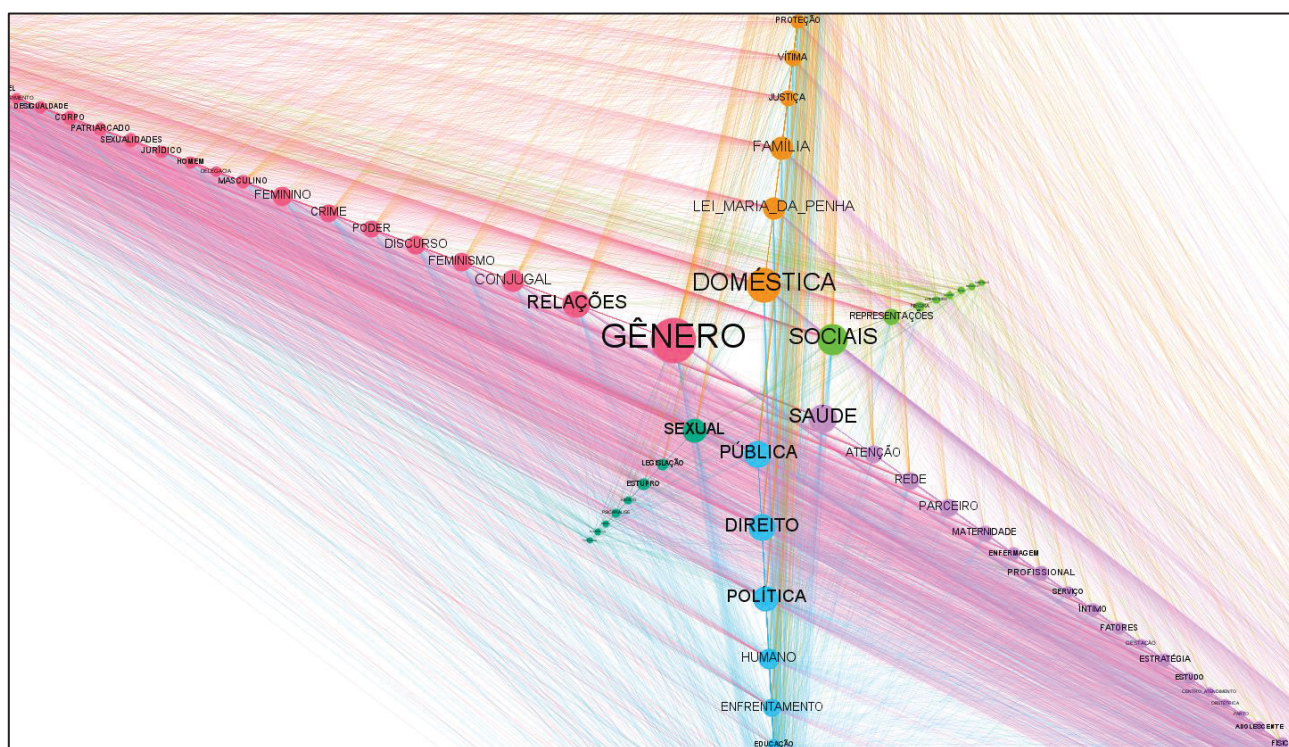
as formas das mais diversas etapas de investigação, leituras, metodologias que possam melhorar, contribuir com as “lentes” da ciência sobre um mesmo fenômeno. Uma das “lentes” que utilizamos para explorar e identificar na produção acadêmica brasileira sobre o fenômeno social multifacetado a violência contra mulher, foi o estudo da rede de palavras-chave, das comunidades temáticas que se formaram em função da proximidade de termos e dos conceitos utilizados nos trabalhos investigados.

AS COMUNIDADES TEMÁTICAS

Neste tópico apresentamos e discutimos as comunidades temáticas constituídas a partir dos trabalhos e das palavras-chave dos 826 trabalhos selecionados, tal qual já descrito no tópico anterior.

Aplicamos o algoritmo de modularidade de classe, conforme já explicado no capítulo anterior, na resolução 1.0 e foram geradas oito (oito) comunidades temáticas. A Figura 09 a seguir apresenta a rede de palavras-chave na forma de “nuvens” formadas por cada uma das comunidades. Os ‘nós’ (palavras-chave) estão dimensionados de acordo com a centralidade de grau, ou seja, do número de relacionamentos estabelecidos na rede.

FIGURA 10 - GRAFO DA REDE PALAVRAS-CHAVE COLORIDO POR COMUNIDADES
(DISTRIBUIÇÃO RADIAL AXIS LAYOUT)



FONTE: A autora (2019)

Não é possível, ou pelo menos, seria muito difícil, analisar a rede nestes formatos ou distribuições. Para esse propósito precisamos “ler” a rede por meio dos relatórios das métricas de rede, dados exportados do programa Gephi na forma de planilha. A Tabela 11 a seguir proporciona uma primeira aproximação com os números das seis principais comunidades que representam 97,1% da rede de palavras-chave.

TABELA 11 – DESCRITIVO BÁSICO DAS COMUNIDADES DA REDE DE PALAVRAS-CHAVES

TÍTULO DA COMUNIDADE TEMÁTICA DE ACORDO COM A PALAVRA-CHAVE PRINCIPAL	NÚMERO DE PALAVRAS-CHAVES NA COMUNIDADE	% DO TOTAL DA REDE
GÊNERO	415	33,9
SAÚDE	290	23,7
DOMÉSTICA	165	13,48
PÚBLICA	163	13,32
SOCIAIS	92	7,5
SEXUAL	74	6,1
OUTROS	25	2,0

FONTE: Base de Dados CAPES (2013 a 2017)

Destaca-se que, o interesse em apresentar as comunidades temáticas centrais em análise de redes sociais elencadas pelo critério de maior *cluster* ou grupo

das palavras mais representativas nas Pós-Graduações brasileiras, seu deu pelo fato de que ao se perceber os encadeamentos ‘análises semânticas’ das palavras, acreditamos que ao estudar as seis comunidades centrais é possível fornecer um “perfil” das Pós Graduações, quando se trata do tema violência contra a mulher, utilizando-se como método as comunidades temáticas originárias dos estudos em redes sociais.

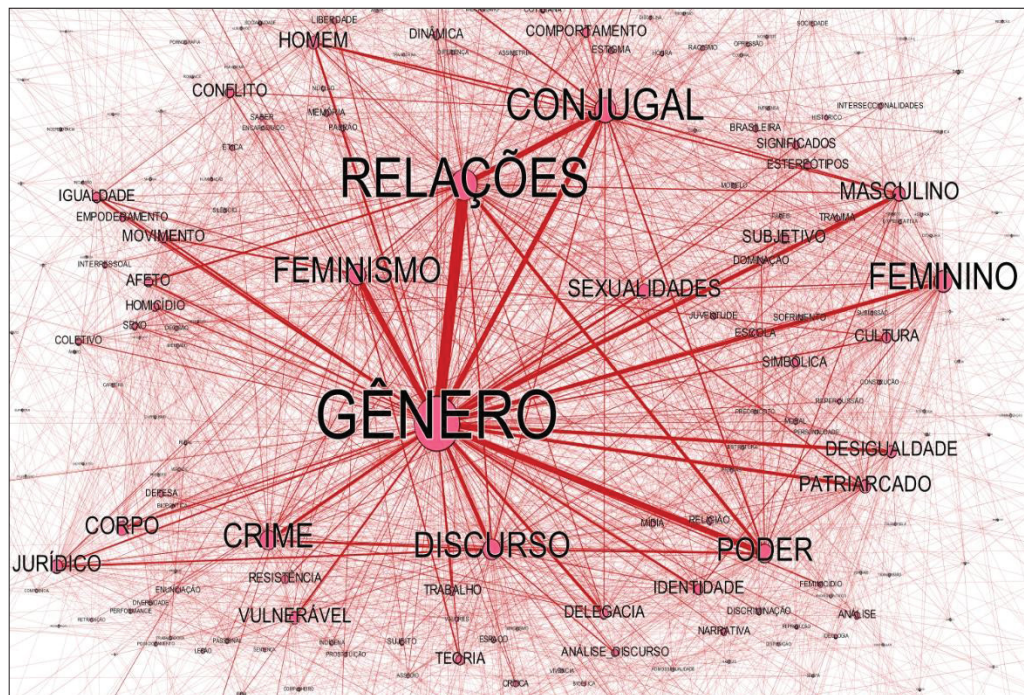
A identificação das comunidades temáticas permitiu visualizar algumas das características das pesquisas realizadas nas pós-graduações, ou seja, pôde-se com isso, visualizar algumas das linhas teóricas e metodologias adotadas, como também alguns campos de pesquisas que foram utilizadas pelo/a pesquisador/a (es/s).

Enfim, as especificidades que cada um do/a(s) autor/a (es/s) expressaram nas palavras chaves, títulos e resumos. Inclusive, acreditamos que ao trabalhar dessa forma, estabelecemos um outro método para colaborar e orientar o/a (s) pesquisador/a (es/s) que buscam inovações metodológicas de pesquisa para agilizar o processo de exploração de dados em grande quantidade, como foi nosso caso. Portanto, acionar a Análise de Redes Sociais (ARS) em suas respectivas agendas de investigação ou exploração.

1 - COMUNIDADE GÊNERO

Inicia-se esta parte do trabalho com a análise da comunidade GÊNERO, a maior comunidade em número de palavras-chave e de relacionamentos entre as palavras-chaves. Para visualização da disposição das comunidades e classificação, estão de acordo com o número de palavras-chave que compõe cada comunidade. Adicionalmente utilizamos o número de conexões na rede e a quantidade de trabalhos vinculados a principal palavra-chave da comunidade (MUCHERONI, FUNARO, 2015). A Figura 11 a seguir, traz o grafo representativo da Comunidade Gênero onde os ‘nós’ estão dimensionados de acordo com o grau, ou o número de relacionamentos estabelecidos na rede.

FIGURA 11 - GRAFO DA COMUNIDADE GÊNERO (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD)



FONTE: A autora (2019)

No processo para estabelecer a Comunidade Temática Gênero, destaca-se alguns índices. A comunidade temática Gênero é composta por 415 palavras-chave, quase 34% da rede, e a sua principal palavra-chave (Gênero) está presente em 337 trabalhos selecionados, o que corresponde a 40,8% do total de pesquisas realizadas nas pós graduações que problematizaram e investigaram a violência contra a mulher, tendo como o recorte temporal os anos de 2013 a 2017.

Na rede, Gênero estabelece 710 relacionamentos, alcançando assim quase 60% das demais palavras-chave. A Tabela 12 a seguir lista as vinte principais palavras-chave que compõe a comunidade gênero.

TABELA 12 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA
COMUNIDADE GÊNERO

PALAVRAS-CHAVES	GRAU (NÚMERO DE VINCULOS ESTABELECIDOS COM AS DEMAIS PALAVRAS CHAVES)
GÊNERO	710
RELAÇÕES	403
CONJUGAL	317
FEMININO	268
DISCURSO	261
FEMINISMO	257
CRIME	247
PODER	234
SEXUALIDADES	177
CORPO	175
MASCULINO	173
JURÍDICO	162
PATRIARCADO	159
HOMEM	155
VULNERÁVEL	147
DESIGUALDADE	144
IDENTIDADE	125
SUBJETIVO	124
CONFLITO	124
CULTURA	122

FONTE: A autora (2019)

Na Tabela 13 a seguir apresentamos o número de vínculos (*Weight*) das díades de palavras que estão presentes nesta comunidade. No topo, está a dupla **Gênero** (*Source*) e **Relações** (*Target*), com peso de 131, significa dizer que, a palavra **Gênero** possui relacionamento simples acumulado com **Relações** em 131 vezes na Rede geral; Seguida da dupla **Gênero** e **Feminino**, com um peso de 62; **Gênero** e **Poder** com peso de 60, e assim por diante, conforme tabela abaixo. O peso, ou frequência de relacionamento, mede o número de vezes que as distintas palavras-chave estão relacionadas através dos 826 trabalhos investigados.

TABELA 13 - PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS ENTRE PALAVRAS-CHAVE NA COMUNIDADE GÊNERO

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
GÊNERO	RELAÇÕES	131
GÊNERO	FEMINISMO	62
GÊNERO	PODER	60
GÊNERO	CONJUGAL	57
RELAÇÕES	CONJUGAL	56
GÊNERO	DISCURSO	44
GÊNERO	MASCULINO	42
GÊNERO	FEMININO	39
RELAÇÕES	PODER	36
GÊNERO	DESIGUALDADE	34
GÊNERO	PATRIARCADO	34
GÊNERO	DELEGACIA	32
GÊNERO	CRIME	31
GÊNERO	SEXUALIDADES	26
GÊNERO	HOMEM	26
GÊNERO	IDENTIDADE	23
GÊNERO	IGUALDADE	23
GÊNERO	VULNERÁVEL	20
RELAÇÕES	AFETO	20
GÊNERO	SUBJETIVO	19

FONTE: A autora (2019)

A topologia da comunidade gênero pode ser observada no grafo de rede em distribuição *Network Splitter 3D*, onde ficam evidentes a predominância das relações estabelecidas pelas principais palavras-chave na comunidade.

QUADRO 03 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE GÊNERO

(Continua)

ANO/ CÓDIGO DO TRABALHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABALHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO E ÁREA DE AVALIAÇÃO/ CONHECIMENTO
2013 16451	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Araraquara Programa: Linguística e Língua Portuguesa	Mídia e Juricização do cotidiano: Por uma genealogia do crime passionai no Brasil	Tese	Juricização do cotidiano; Mídia, Discurso, Crimes Passionais; Violência de Gênero; Direito; Genealogia.	Linguística, Letras e Artes Linguística
2013 65826	Universidade de São Paulo Programa: Medicina Preventiva	Até que a morte os separe: os cônjuges cuidadores, profissionais de saúde e os cuidadores	Dissertação	Atenção primária à saúde, cuidadores, gênero e saúde, identidade de gênero, violência.	Ciências da Saúde Saúde Coletiva
2015 193130	Universidade Federal da Bahia UFBA Programa: Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e Feminismo	Olhar, Ouvir e atender: Um estudo sobre Centro de Referência de Atenção a Mulher Loreta Valadares	Dissertação	Gênero, violência contra mulheres, movimentos feministas, empoderamento de mulheres	Multidisciplinar Interdisciplinar
2016 291511	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE Programa: Antropologia	Cisma e infidelidade etnografia das disputas entre mulheres e dos conflitos violentos entre casais	Tese	Conjugalidade, infidelidade masculina, cisma, conflitos, violência, gênero	Ciências Humanas Antropologia
2016 236900	Universidade de Brasília UNB Programa: Bioética	Bioética e violência de gênero nos povos indígenas: Diagnóstico de uma negligência	Dissertação	Violência de gênero. Povo indígena. Colonialismo. Bioética crítica.	Multidisciplinar Interdisciplinar
2016 222862	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Programa: História	Sob a pena do escravidão: Discurso e gênero nos inquéritos policiais de crime de violência conjugal em Itajaí (1998-210)	Dissertação	Gênero; Relações de Poder; Masculinidade	Ciências Humanas História

QUADRO 03 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE GÊNERO

(Conclusão)

ANO/ CÓDIGO DO TRABALHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRBALHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO E ÁREA DE AVALIAÇÃO/ CONHECIMENTO
2017 310825	Universidade Federal de Minas Gerais Programa: Ciência Política	Nas linhas da Justiça: Uma análise feminista sobre os acórdãos judiciais de violência contra as mulheres do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (1998 - 2015)	Dissertação	Violência contra mulher; Lei Maria da Penha; Acesso à Justiça; Tribunal de Justiça de Minas Gerais Injustiças de Gênero, Julgamento, Feminismo; Direitos Humanos; Poder Judiciários.	Ciência Humanas Ciência Política

FONTE: A autora (2019).

Além destas características, podemos alinhar algumas das reflexões que cada autor/a (es/s) demonstraram na medida em que buscaram esclarecer nas suas pesquisas, algumas das violências evidenciadas nas relações conjugais, num perspectiva histórica dos constructos sociais que estabelecem as assimetrias de poder entre os gêneros, bem como, os papéis sociais ou sexuais que são constituídos e reafirmados para o gênero feminino, papéis estes que, se tornam fixos, invariáveis e intransponíveis.

Os estereótipos do que é ser mulher e homem na sociedade foram evidenciados nos trabalhos, como também a constituição do que é masculino e feminino, a partir de todo um aparato científico das investigações, exploração e análises dos discursos instituídos e que criaram e ao mesmo tempo fortalecem fronteiras em determinados territórios que são impermeáveis para o ingresso do feminino, e que para decifrar, descobrir ou desconstruir alguns desses conceitos enraizados que 'normatizam' e 'normalizam' o/a (s) pesquisador/a (es/s) utilizam-se de teorias que possam dar conta de algumas das facetas da violência contra mulher, muitas das vezes invisibilizadas e/ou camufladas, uma delas é a Teoria feminista.

A partir desta pesquisa, percebeu-se uma contínua busca e até certa forma resistência do/a autor/a para oferecer e estimular algumas respostas menos questionáveis aos olhos da sociedade. Isto é, pela quantidade de trabalhos que investigam o fenômeno violência contra a mulher e que por meio da construção da ciência, oferecer visibilidades aos 'invisibilizados', de tentar reduzir/amenizar as contestações de alguns dos grupos fundamentalistas, que atuam de forma constante

e sem aparato científico, atacando e desestabilizando conceitos que já estão fortalecidos na academia, como no caso, da palavra Gênero.

Mesmo com todas as situações que possam desmobilizar, desestabilizar ou até mesmo enfraquecer a resistência, muito/a (s), pesquisador/a (es/s) continuam a sua busca de caminhos teóricos para desmistificar, desenraizar as construções sociais já produzidas e reproduzidas na sociedade. Mas principalmente, estabelecer reflexões e ações que possam contribuir com o rompimento dos processos e/ou sistemas que mantêm as mulheres reféns das condições desumanas que são submetidas e porque não dizer, que permanecem (en)volvidas em uma série de situações desastrosas e incompatíveis com a humanidade.

Portanto, compreendemos que podem e devem ser refletidas, questionadas e desestabilizadas constantemente todos estes processos que aprisionam e limitam qualquer esforço de liberdade das mulheres e de homens que tentam romper com está lógica que desqualifica um ser humano, frente a outro ser humano, em outras palavras, a condição de humanidade da mulher.

Na Tabela 14 destacamos a Palavra Feminismo e os seus relacionamentos na rede, para exemplificar algumas das palavras que foram evidenciadas na elaboração deste trabalho. Na coluna Frequência consta o número de relacionamento entre as palavras listadas na Comunidade Temática Gênero.

TABELA 14 - PALAVRA FEMINISMO E OS RELACIONAMENTOS

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
GENERO	FEMINISMO	62
FEMINISMO	DIREITO	31
FEMINISMO	MOVIMENTO	18
FEMINISMO	TEORIA	16
FEMINISMO	POLÍTICA	15
DOMÉSTICA	FEMINISMO	14
RELAÇÕES	FEMINISMO	14
LEI_MARIA_DA_PENHA	FEMINISMO	13
FEMINISMO	ENFRENTAMENTO	13
SOCIAIS	FEMINISMO	12
FEMINISMO	PÚBLICA	12
FEMINISMO	IGUALDADE	11
FEMINISMO	HUMANO	10
FEMINISMO	CULTURA	10
FEMINISMO	RADICAL	8
FEMINISMO	ESTUDO	8
FEMINISMO	SEXUAL	8
FEMINISMO	JURÍDICO	8
FEMINISMO	JUSTIÇA	8
ATENÇÃO	FEMINISMO	7

FONTE: A Autora (2019)

A partir deste outro grupo de palavras, percebe-se que a construção da análise semântica dessa rede de relacionamentos soma-se aos anteriores. Assim, nos apontam alguns outros conceitos/termos/categorias que o/a (s) autor/a (es/s) tenta (m) romper com a lógica perversa da banalização dos crimes e/ou violências que são perpetradas contra a mulher. Como é o caso de trabalhos que apresentam as discussões sobre o entendimento da palavra ‘Crime’, utilizando-se uma das leis mais importantes que trata a violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha, com foco nas condicionalidades e nas penalidades imputadas ao (s) autor(es) deste tipo de crime. Igualmente, os diálogos com outras normas legais, Código Penal, Código Civil, Constituição Federal, Leis e acordos internacionais que buscam na letra morta das leis, isto é, além do rigor da sua aplicabilidade a necessidade de um ‘lógica’ mais humanizada das pessoas que estão a frente dos poderes executivo, legislativo e judiciário, mais especificamente, que visualizem este fenômeno para além do que a Lei impõe e os olhos constataam.

Não se trata de negar as conquistas, mas que não são insuficientes para oferecer “visualizações” contundentes para o enfrentamento deste fenômeno, conjugando experiências, pesquisas científicas, políticas públicas para formatar a proteção, prevenção e de condutas frente aos inúmeros casos de violações de direitos humanos das mulheres.

Outra situação encontrada neste perfil, foi a tendências de problematizar a construção de que a mulher não pode ser violenta, ou seja, estudos que colocam em xeque esta visão e buscam argumentar e sugerir ações para desconstruir os estereótipos para o feminino. Revelam também como as assimetrias de Poder entre o masculino e feminino estão postas na sociedade e como elas determinam os limites e/ou permitem o acesso ‘de outros’ sobre o corpo feminino, inclui-se aqui, as sexualidades femininas, direito sexual e reprodutivo. Refletindo sobre e como espaços e situações que masculino se sobrepõe ao feminino, seja no que diz respeito ao desejo sexual masculino que exerce influência e/ou negligência sobre a sexualidade feminina, por exemplo. Como também, uma visão distorcida do constructo social em que o ‘corpo feminino’ é um dos territórios dominados e explorados pelo saber/poder, em que a mulher não tem domínio ou exerce poder sobre o seu próprio corpo. Sendo negligenciada em seus desejos, prioridades, necessidades, ficando condicionada as ‘necessidades’ e imposições dos outros.

Assim de acordo com Juteau (2009), as pesquisas estão tomando outras formas para buscar analisar os sujeitos envolvidos nas relações sociais:

Durante cerca de vinte anos, pesquisadoras, feministas na sua maioria, voltaram-se para os debates sobre etnia, nação e sexo gênero. Um duplo objetivo perpassa por esses trabalhos: 1) examinar a maneira como se entrecruzam e se articulam o gênero, a etnia, a nação e também a “raça”; 2) apreender a relação específica das mulheres com grupos étnicos e com a nação. Ora, esses debates são indissociáveis da definição desses conceitos. (...) As pesquisas sobre relações homens-mulheres tiveram uma evolução semelhante, no sentido de que se deixou o exame de atributos distintivos para se estudar a relação social. A análise se deslocou do estudo do sexo como variável independente (o sexo biológico como fonte das diferenças observadas entre homens e mulheres) e da comparação entre os papéis masculinos e femininos, para se ocupar do gênero como construto social da aquisição da masculinidade e da feminilidade. Muito utilizado por meios anglo-saxônicos, esse conceito se vê retomado por aquelas (Butler, 1990) que hoje rejeitam a ideia de ligação obrigatória entre sexo e gênero, em que cada sexo pode escolher o gênero que lhe convém (JUTEAU, p. 92-93, 2009).

Perceber esta especificidade sobre as relações sociais existentes entre homens e mulheres nos impõe outras variáveis nas análises quando se trata de violação de direitos e especificamente no que se refere a mulher.

Na Tabela 15 a seguir estão listados os vínculos estabelecidos pela palavra Sexualidades que faz parte da comunidade Gênero e possui conexão com outras palavras, ou seja, outros relacionamentos na Rede.

TABELA 15 - PALAVRA SEXUALIDADES E TODOS OS RELACIONAMENTOS NA REDE

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
GÊNERO	SEXUALIDADES	26
SEXUAL	SEXUALIDADES	14
FEMININO	SEXUALIDADES	11
CONJUGAL	SEXUALIDADES	8
SEXUALIDADES	CORPO	8
RELAÇÕES	SEXUALIDADES	7
SAÚDE	SEXUALIDADES	6
DIREITO	SEXUALIDADES	5
PODER	SEXUALIDADES	5
SOCIAIS	SEXUALIDADES	4
PARCEIRO	SEXUALIDADES	4
CRIME	SEXUALIDADES	4
DISCURSO	SEXUALIDADES	4
SEXUALIDADES	IDENTIDADE	4
DOMÉSTICA	SEXUALIDADES	3
FAMÍLIA	SEXUALIDADES	3
FEMINISMO	FEMINISMO	3
PÚBLICA	SEXUALIDADES	3
POLÍTICA	SEXUALIDADES	3
ESTUPRO	SEXUALIDADES	3

FONTE: A autora (2019)

Nesta tabela fica evidente a importância das palavras no processo de investigação do fenômeno, onde cada autor/a explora algumas das variáveis que são encontradas neste processo. Como os exemplos, nas palavras gênero e sexualidade com uma frequência de 25, seguida de sexual e sexualidades com 14 trabalhos e feminino e sexualidades com 11, e assim por diante.

Na Tabela 16, trazemos a palavra 'Poder', palavra esta que estabelece outros relacionamentos além da palavra gênero. E por assim dizer, cria outras possibilidades de desvelar o que está obscuro nas relações conjugais heterossexuais, homossexuais e bissexuais. Pois a partir do entendimento de poder, não significa dizer que está vinculado a identidade de gênero ou a orientação sexual, mas ao fato de haver relações humanas numa sociedade que valoriza e estimula a imposição de papéis sexuais.

(...) A modernidade, sem perturbar a hierarquia, obriga a repensar o poder. Não se trata mais simplesmente de analisar o exercício do ponto de vista do Príncipe ou do Estado, mas compreender o sistema por meio das relações entre parceiros individuais e coletivos – de Hegel a Foucault. Definindo como um “modo de ação”, o poder se torna elemento constitutivo das sociedades, que não se pode conceber sem a resistência que ele engendra. No entanto, a interação entre o poder e resistência não é sempre perceptível, pois a ordem dominante se reconstitui apagando traços de sua contestação. (RIOT-SARCEY, p.184, 2009).

TABELA 16 - PALAVRA PODER E TODOS OS RELACIONAMENTOS

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
GÊNERO	PODER	60
RELAÇÕES	PODER	36
JUSTIÇA	PODER	27
DOMÉSTICA	PODER	21
CONJUGAL	PODER	19
DISCURSO	PODER	18
DIREITO	PODER	17
LEI_MARIA_DA_PENHA	PODER	15
SOCIAIS	PODER	12
MASCULINO	PODER	12
PODER	POLÍTICA	11
CRIME	PODER	10
PODER	PUBLICA	10
PODER	DOMINAÇÃO	9
PODER	HUMANO	9
PATRIARCADO	PODER	8
SEXUAL	PODER	8
DELEGACIA	PODER	7
ASSIMETRIA	PODER	7
PODER	ENFRENTAMENTO	7

FONTE: A autora (2019)

Ao compreender este outro conjunto de palavras, percebe-se que o/a (s) pesquisador/a (es/s) continuam suas buscas no processo de desvendar e/ou desvelar este fenômeno multifacetado. Assim, ampliam os campos/lentes para perspectivas investigativas na ciência. Buscam esclarecer qual é o papel da legislação e as atribuições dos agentes públicos, principalmente onde são colocadas algumas das principais demandas das situações de violências vivenciadas pelas mulheres, ou seja, a garantia de vida.

De acordo com algumas pesquisas que exploram a condução dos julgamentos sobre fenômeno da violência contra a mulher na contemporaneidade, apresentam-se limitações ao lidar com tamanha complexidade, mesmo com todo o arcabouço legal, operadores de direito sentem dificuldade em utilizar somente os instrumentos legais. Isso é apontando como possibilidade de manter-se posições de violência sexista, que necessitam ser superadas.

Ao se conduzir um processo de investigação e ao avaliar as condições em que houve a prática da violência, podem ser concretizadas essas representações sociais históricas; por exemplo no Registro da Ocorrência, quando é efetivado mediante a prova concreta de violência física, ou seja, violência deve estar 'retratada' nos processos e na mídia. E não se dá muito valor aos fatores já enunciados pelas vítimas ao realizar RO quando de uma ameaça, xingamentos, destruição de documentos, corte de recursos financeiros, entre outros. Que são violências anteriores, já indicando que há situações que devem ser investigadas e demandam intervenção.

Para além disso, alguns autores e autoras trazem a teoria do Patriarcado ⁴ para compreender historicamente as condições de vida que as mulheres são/estão submetidas aos caprichos do homem, e como este processo no decorrer da história vem sofrendo mutação, ou seja, aparece com outras roupagens, mas as barreiras estabelecidas para as mulheres continuam sendo as mesmas.

Nesta dissertação não temos a intenção de explorar a discussão sobre este conceito, apenas trouxemos como um dos conceitos que foram expressos nos estudos realizados pelo/a (es/s) pesquisador/a(es/s) nos 826 trabalhos explorados.

⁴ Teorias do Patriarcado, na nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase um sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão das mulheres. (Ver mais sobre este conceito em: Christine Delphy e Saffyotti).

Conhecer esta conjugação de conceitos, ou seja, relacionamentos entre as palavras, nos motiva compreender ainda mais este fenômeno, pois as pós-graduações nos apresentam estes condicionantes, revelam a insatisfação dos atendimentos e acolhimentos das mulheres nos equipamentos públicos, a falta de capacitação para compreender o fenômeno violência numa perspectiva das teorias femininas e histórica, interdisciplinar, em que demonstram a construção social do masculino e feminino e constância das assimetrias de poder.

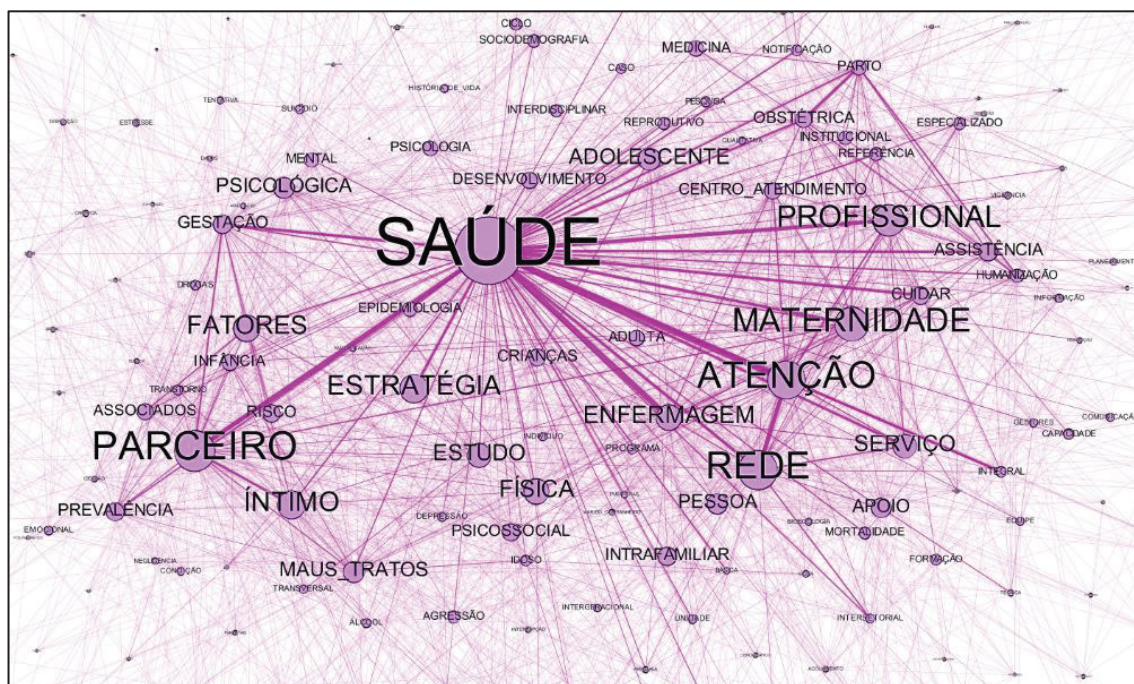
Percebe-se de forma parcial algumas das conexões existentes entre este conjunto de palavras encontradas, oferecendo-se a dimensão do processo investigativo, ou seja, o/a pesquisador/a de acordo com a abordagem teórica ou a qual área de conhecimento possui vínculo, dá um significado aos conceitos explorados. Assim, registraram-se os caminhos adotados para desvelar algumas situações que levam a novos e antigos ciclos de violências.

2 - COMUNIDADE TEMÁTICA SAÚDE

A comunidade temática Saúde, é composta por 290 nós, alcançando 23,7% da rede geral. É a segunda maior comunidade e a sua principal palavra-chave apresenta vínculos com 199 dos 826 trabalhos pesquisados, ou seja, é abordada em 24,1% dos trabalhos que problematizam a violência contra a mulher nas pós-graduações no Brasil entre 2013 e 2017. Saúde apresenta também 423 vínculos com as demais palavras-chave, alcançando assim 34,6% dos relacionamentos na rede.

A Figura 13 a seguir traz o núcleo do grafo representativo da Comunidade Saúde onde os nós estão dimensionados de acordo com o grau, ou o número de relacionamentos estabelecidos na rede.

FIGURA 13 - NÚCLEO DO GRAFO DA COMUNIDADE SAÚDE
(DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD)



FONTE: A Autora (2019)

Compreende-se que, na medida em que são estabelecidas as conexões entre as ‘palavras’ são concebidas ligações simples de proximidade e de periferia, em que se constitui uma rede temática ou rede semântica, criando inteligibilidade das

comunidades para a temática violência contra a mulher nas pós-graduações brasileiras.

Na composição desta comunidade, encontramos algumas palavras centrais, tais como: Parceiro, Rede, Atenção, Maternidade, Profissional etc. A Tabela 17 a seguir lista as vinte principais palavras-chave que compõe a comunidade saúde e os respectivos graus, ou seja, o número de vínculos estabelecidos com as demais palavras-chave na rede.

TABELA 17 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA COMUNIDADE SAÚDE

PALAVRAS-CHAVE	GRAU (NÚMERO DE VÍNCULOS ESTABELECIDOS COM AS DEMAIS PALAVRAS-CHAVES NA REDE)
SAÚDE	423
PARCEIRO	252
REDE	242
ATENÇÃO	236
MATERNIDADE	209
PROFISSIONAL	194
ESTRATÉGIA	174
ÍNTIMO	171
FATORES	161
ENFERMAGEM	155
FÍSICA	154
ESTUDO	145
SERVIÇO	144
ADOLESCENTE	135
MAUS-TRATOS	129
PSICOLOGIA	125
PESSOA	122
APOIO	118
GESTÃO	112
ASSISTÊNCIA	111

FONTE: A autora (2019)

Na Tabela 18 a seguir apresentamos o número de vínculos (*weight*) das díades formadas pelas palavras-chave desta comunidade. No topo, está a dupla Saúde (*Source*) e Gênero (*Target*) com peso de 110, significa dizer que, a palavra Saúde possui relacionamento simples acumulado com Gênero 110 vezes na Rede Geral; Seguida da Dupla Saúde e Pública, com um peso de 101; Saúde e Atenção com peso 74; Saúde e Enfermagem 66; e assim por diante, conforme tabela abaixo.

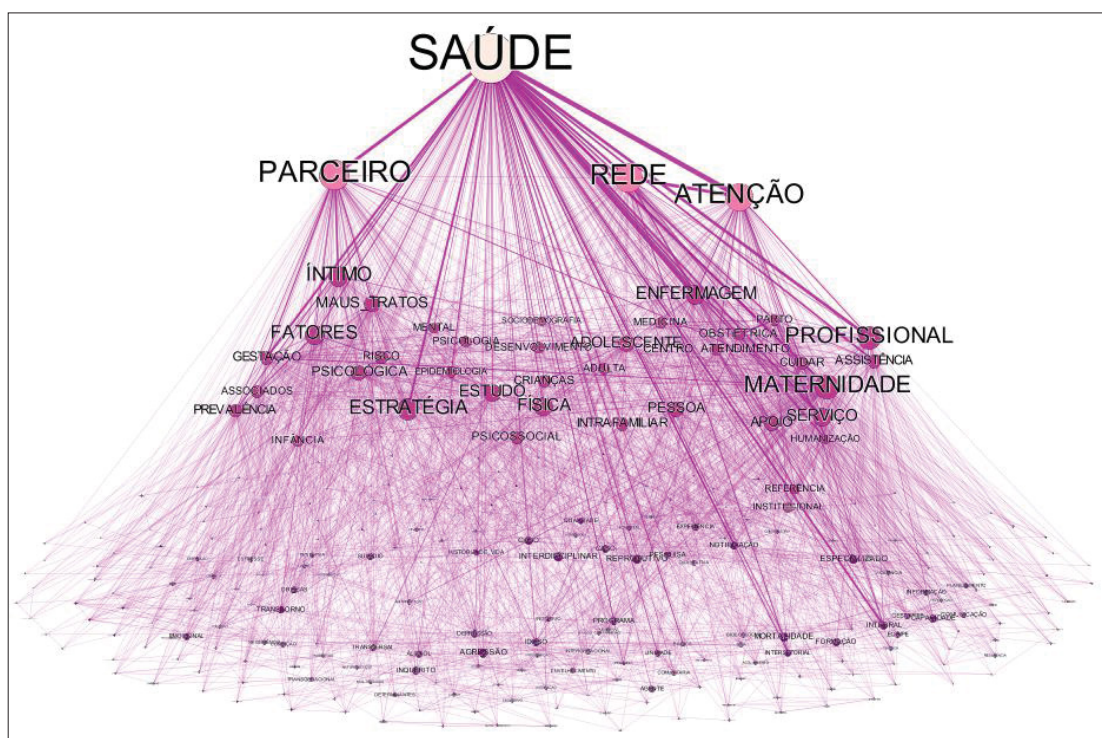
TABELA 18 - PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS ENTRE PALAVRAS-CHAVE NA COMUNIDADE SAÚDE

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
SAÚDE	GÊNERO	110
SAÚDE	PÚBLICA	101
SAÚDE	ATENÇÃO	74
SAÚDE	ENFERMAGEM	66
SAÚDE	FAMÍLIA	55
DOMÉSTICA	SAÚDE	53
SAÚDE	SEXUAL	50
SAÚDE	PARCEIRO	49
SAÚDE	PROFISSIONAL	45
SAÚDE	SOCIAIS	43
SAÚDE	POLÍTICA	34
SAÚDE	CUIDAR	34
SAÚDE	REDE	34
GESTAÇÃO	SAÚDE	33
SAÚDE	MATERNIDADE	33
SAÚDE	INTEGRAL	31
SAÚDE	ESTRATÉGIA	31
SAÚDE	SERVIÇO	31
SAÚDE	ASSISTÊNCIA	29
SAÚDE	OBSTÉTRICA	26

FONTE: A autora (2019)

A predominância das relações estabelecidas pelas principais palavras-chave na comunidade saúde podem ser melhores observadas na Figura 14 mediante a exploração topológica do grafo de rede em distribuição *Network Splitter 3D*, onde ficam evidentes a predominância das relações estabelecidas pelas principais palavras-chave na comunidade.

FIGURA 14 - GRAFO DA COMUNIDADE SAÚDE (DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)



FONTE: A autora (2019)

Nas tabelas e nos quadros que seguem é possível observar os trabalhos realizados pelas pós-graduações referentes as palavras mais significativas desta comunidade. Selecionamos alguns dos trabalhos de 2013 a 2017 que fazem parte desta Comunidade Temática, a partir das palavras que formaram esta comunidade, tendo como critério a frequência das palavras-chaves, conforme demonstrado na Tabela 17 da Comunidade Saúde.

Na primeira coluna do quadro está identificado o Ano e Código do Trabalho, seguida do nome da Instituição de Ensino Superior e o respectivo programa, na terceira coluna o Nome da Produção, na quarta o tipo de trabalho que foi apresentado, na quinta coluna as palavras chaves e por último, a coluna da Grande área de conhecimento e área de conhecimento/Avaliação.

QUADRO 04 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE SAÚDE

(continua)

ANO/ CÓDIGO DO TRABA- LHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E NOME DO PROGRAMA	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABA- LHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO E ÁREA DE CONHECIMENTO/ AVAILIAÇÃO
2013 2667	Universidade Federal de São Paulo Programa: Medicina (Obstetrícia)	Violência Doméstica: Um estudo realizado no período puerperal de adolescentes e adultas	Tese	Violência Doméstica; Gravidez; Saúde da Mulher; Puérperas Adolescentes e Adultas; Fatores associados; Prevalência; Violência Física	Ciências da Saúde Medicina
2013 25389	Universidade Federal de Minas Gerais Programa: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência	Violência Provocada pelo parceiro íntimo: Prevalência e Fatores Associados em usuárias da atenção primária à saúde em região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais Brasil	Dissertaçã o	Violência contra a mulher. Violência de Gênero. Violência doméstica. Mulheres Maltratadas. Maus Tratos conjugais. Atenção Básica	Ciências da Saúde Saúde Coletiva
2013 58259	Fundação Oswaldo Cruz FIOCRUZ Programa: Saúde Pública	Os Profissionais de Saúde e a Atenção à mulher em situação de violência sexual: Um estudo nos serviços de referência no Município de Natal - Rio Grande do Norte	Dissertaçã o	Violência de Gênero; Violência contra a mulher; Violência sexual; Profissionais de Saúde; Serviços de Referência	Ciências da Saúde Saúde Coletiva
2014 77533	Universidade de Brasília Programa: Saúde Coletiva	Violência Institucional na atenção obstétrica: proposta de modelo preditivo para depressão pós-parto	Dissertaçã o	Violência Institucional; Violência contra a mulher; Depressão pós-parto; Saúde da mulher; humanização; epidemiologia	Ciências da Saúde Saúde Coletiva
2015 186419	Universidade Federal de São Paulo Programa: Enfermagem	Violência doméstica contra a mulher em usuárias das unidades básicas de saúde da zona urbana do município de Cruzeiro do Sul-Acre	Dissertaçã o	Violência contra a mulher; Violência Doméstica; Unidade Básica de Saúde	Ciências da Saúde Enfermagem
2016 217706	Universidade Federal de Pelotas Programa: Epidemiologia	Violência Contra a Mulher perpetrada pelo parceiro íntimo e suas implicações na prevenção do câncer de colo do útero.	Tese	Violência contra a mulher; Maus-tratos conjugais; Prevalência; Epidemiologia; Saúde da Mulher; Parceiro íntimo; Câncer	Ciências da Saúde Saúde Coletiva

QUADRO 04 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE SAÚDE

(Finalização)

ANO/ CÓDIGO DO TRABA- LHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E NOME DO PROGRAMA	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABA- LHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO E ÁREA DE CONHECIMENTO/ AVILIAÇÃO
2016 216579	Universidade Federal do Espírito Santo Programa: Enfermagem	Prevalência e fatores associados à violência doméstica: Estudo em uma maternidade de alto risco Vitória	Dissertaçã o	Violência contra a mulher, violência doméstica, gestantes, enfermagem maus- tratos, estudos transversais	Ciências da Saúde Enfermagem
2016 310364	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Programa: Enfermagem	Nem normal, nem patológico – Mulheres em situação de violência: revelando sentidos para a atenção e o cuidado	Tese	Violência contra a mulher, atenção à saúde, Medicalização, enfermagem em saúde pública, gênero, centro de referência e atendimento a mulher (CRAM)	Ciências da Saúde Enfermagem
2017 306897	Universidade Federal de São Paulo Programa: Interdisciplinar em Ciências da Saúde	Relações entre dor crônica e história de vida de mulheres	Dissertaçã o	Dor crônica; Narração; violência contra a mulher; psicologia social; Fatores biológicos e psicossociais; saúde; história de vida	Multidisciplinar Interdisciplinar
2017 309507	Universidade de São Paulo Programa: Saúde Coletiva	Gênero e Direitos Humanos na assistência às mulheres em situação de violência doméstica de Gênero na Atenção primária de Saúde	Tese	Assistência Integral à Saúde; Atenção Primária à Saúde; Direitos Humanos; Gênero e Saúde; Violência Contra a mulher, representação Social	Ciência da Saúde Medicina (Medicina Preventiva)
2017 310324	Universidade Federal do Espírito Santo Programa: Enfermagem	Violência contra a mulher ao longo da vida: Estudos entre usuárias da atenção primária	Dissertaçã o	Violência contra a mulher; Estratégia de saúde da família; Maus-tratos; conjugais; prevalência; violência por parceiro íntimo; violência doméstica; desigualdade de gênero; subnotificação; epidemia silenciosa.	Ciências da Saúde Enfermagem

FONTE: A autora (2019).

Percebe-se que no quadro anterior por meio de alguns dos trabalhos, quais são as universidades e as áreas de conhecimento. O interessante é que a área de conhecimento que se sobressai é de saúde, reafirmando a condição da especificidade da saúde como uma das principais fontes de estudos realizados pelo/a (s) pesquisador/a (es/s) sobre esta temática, uma vez que o fenômeno é um problema de saúde pública. Como também, em casos de violências de qualquer natureza a entrada destas demandas será por alguns dos equipamentos públicos de saúde disponíveis.

Para exemplificar algumas das discussões apresentadas nos trabalhos, podemos citar as limitações sobre a gestão de recursos humanos, gestão de serviços prestados a população usuária, falta de diálogo entre os setores (Saúde, Assistência Social, Educação, Renda e Trabalho, Habitação, Alimentação, entre outros) que nada mais são do que direitos fundamentais básicos. Além dos levantamentos sobre o controle epidêmico, determinantes sociais que se somam as demandas que são registradas por meio da notificação compulsória em casos de violência contra mulher, prevista em Lei, ou ainda o questionamento sobre a não notificação dos casos de violências.

Quando o/a autor/a explora a temática violência contra a mulher, no contexto da saúde, somam-se as categorias analíticas que buscam desvendar, visualizar e anunciar as condições de atendimento/assistência, como por exemplo, estudos que abordam a atenção primária da saúde, como também como o/a(s) profissionais de enfermagem e outro/a (s) profissionais que atuam nesta área.

Na Tabela 19 apresenta-se as 20 (vinte) primeiras palavras que estão vinculadas a palavra saúde, esta proposta é a título de ilustração sobre a composição parcial dos relacionamentos simples entre as palavras encontradas nesta pesquisa.

TABELA 19 - PALAVRA SAÚDE E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE SAÚDE

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
SAÚDE	GÊNERO	110
SAÚDE	PÚBLICA	101
SAÚDE	ATENÇÃO	74
SAÚDE	ENFERMAGEM	66
SAÚDE	FAMÍLIA	55
SAÚDE	SEXUAL	50
SAÚDE	PARCEIRO	49
SAÚDE	PROFISSIONAL	45
SAÚDE	SOCIAIS	43
SAÚDE	POLÍTICA	34
SAÚDE	CUIDAR	34
SAÚDE	REDE	34
SAÚDE	MATERNIDADE	33

SAÚDE	INTEGRAL	31
SAÚDE	ESTRATÉGIA	31
SAÚDE	SERVIÇO	31
SAÚDE	ASSISTÊNCIA	29
SAÚDE	OBSTÉTRICA	26
SAÚDE	CONJUGAL	25
SAÚDE	DIREITO	24

FONTE: A autora (2019)

Podemos constatar uma nítida “afinidade” entre algumas palavras que compõem esta comunidade: Saúde e Gênero possui um peso de 110, ou seja, a palavra saúde estabeleceu uma frequência de ligações simples de 110 vezes entre Saúde e Gênero; Saúde e Pública peso de 101; Saúde e Atenção peso de 74, Saúde e Enfermagem peso de 66, Saúde e Parceiro com peso de 49; Saúde e Rede com o peso de 47; Saúde e Profissional com um peso de 45 e por último Saúde e Cuidar / Saúde e Rede (com peso de 34 de relacionamentos cada).

A Comunidade Temática Saúde traz algumas reflexões sobre a sua centralidade na rede geral. Uma delas é reconhecer a saúde como núcleo desta comunidade. Nesse sentido, compreendemos que a saúde é uma das principais políticas públicas brasileira para o enfrentamento da violência, pois é pelo Sistema Único de Saúde que são viabilizados o acesso universal das demandas de saúde da população brasileira, o segundo fator é que, de acordo com a lei orgânica da saúde nº 8.080 de 1.990, que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e o funcionamento dos serviços. Outro fator, por estar vinculada a uma instituição estatal, ou seja, os equipamentos disponibilizados pelo/a (s) usuário/a (s) dos serviços de assistência a saúde, são as principais portas de entrada para as demandas que fazem parte do fenômeno social multifacetado, violência contra a mulher.

Existe também a regulamentação sobre a Notificação Compulsória de Casos de Violência contra a mulher que forem atendidos em serviços de saúde público ou privado em todo território nacional, se trata da Lei nº 10.778 de 24/11/2003. Assim, o Decreto 5.099 de 3 de junho de 2004, regulamenta a Lei acima mencionada e institui os serviços de referência sentinela:

Considerando que o Brasil é signatário da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995 e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, Belém do Pará, 1995 e Considerando que a violência contra a mulher, apesar de configurar problema de alta relevância e de elevada incidência, apresenta pequena visibilidade social, e o registro no Sistema Único de Saúde destes

casos é fundamental para dimensionar o problema e suas consequências, a fim de contribuir para o desenvolvimento de políticas e atuações governamentais em todos os níveis. (BRASIL, 2004).

Cabe aqui destacar que algumas palavras que compõem esta comunidade nos chamaram a atenção, como por exemplo ‘parceiro íntimo’ que nos oferecem uma outra forma de categorizar o ‘homem enquanto agressor’, na situação de violência contra a mulher. Mas o interessante perceber neste montante de trabalhos pesquisados, que não encontramos este termo para as relações homoafetivas.

Nesta comunidade, os trabalhos que estudaram o ‘homem’ enquanto agressor, numa relação conjugal heterossexual, tem denominado o sujeito de estudo como Parceiro íntimo, ou seja, violência por parceiro íntimo contra a mulher, que aparece predominantemente na comunidade semântica de saúde, ou seja, a(s) palavra(s) foram citadas em alguns dos trabalhos pesquisados que estão vinculados a assistência à saúde biopsicossocial (Saúde Coletiva, Enfermagem, Medicina, Psicologia, por exemplo), e estabeleceram conexões simples de palavras específicas para desvelar situações de violência contra a mulher que foram atendidas nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Atendimento Psicossocial, Hospitais de Referencias.

Contudo, na Tabela 19 (Palavra Saúde e os relacionamentos na comunidade Saúde) demonstra que a palavra parceiro está relacionada com saúde 49 vezes, ou seja, nos estudos sobre violência contra a mulher na área de saúde é comum se referir ao agressor homem, como parceiro, ou parceiro íntimo, expressão que não é habitual em outras comunidades, mas que já é muito aceita e reconhecida em estudos realizados internacionalmente.

Para compreender o fenômeno social violência contra a mulher, precisamos entender o termo saúde em sua forma mais abrangente, isto é, biopsicossocial. Para isso, são necessários aporte teóricos como conceito de gênero, para compreender a construção de estereótipos, estabelecer a relação da responsabilidade pública por se tratar de um fenômeno que é considerado problema de saúde pública, e que a atenção básica, a estratégia da saúde da família e os profissionais envolvidos tenham o conhecimento ampliado sobre o cuidado.

Podemos dizer que não é por acaso que também a palavra ‘Saúde’ está vinculada com a palavra ‘Família’. De modo ampliado, podemos refletir sobre a territorialidades das Unidades Básicas de Saúde, que estão estrategicamente

localizadas nos bairros de cada município, oferecendo oportunidade para que o/a (s) profissional (is) que atuam na Unidade Básica de Saúde UBS, possam construir laços com a comunidade e ter acesso a informações e intervenções mais assertivas quando se trata de uma visão de saúde mais ampliada.

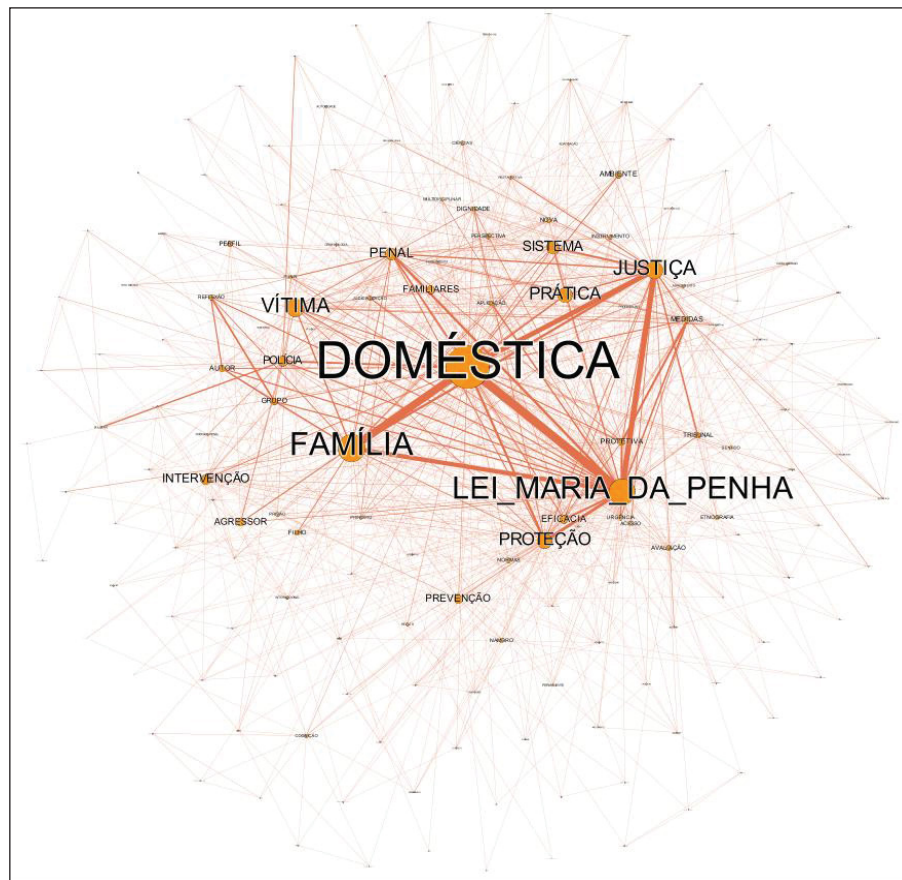
Além disso, o Programa denominado Estratégia Saúde da Família, que visa atender e compreender a dinâmica familiar e doenças que estão relacionadas a fatores associados (dependência química, demência, enfim patologias e outros), por exemplo. Somando-se a isso, profissionais que atuam diretamente com as famílias nas comunidades, realizando as visitas domiciliares, fazendo uma ponte entre as famílias e a UBS, o/a (s) Agentes Comunitários de Saúde.

Em suma, a Comunidade Temática Saúde a partir dos dados coletados das pós graduações no período de 2013 a 2017, detectamos que a violência contra mulher está presente no âmbito doméstico, intrafamiliar, perpetrada por parceiro íntimo – categoria encontrada majoritariamente na saúde, em uma relação heterossexual, que prioriza a compreensão da dinâmica familiar e que em termos de enfrentamento, tem como estratégias a discussão sobre a melhoria da rede de atenção básica, a capacitação continuada dos profissionais que fazem parte das equipes de saúde e a constante avaliação de fatores associados a violência.

3 - COMUNIDADE TEMÁTICA DOMÉSTICA

A comunidade Doméstica é a terceira maior comunidade temática ou rede temática elaborada a partir das palavras-chave encontradas nos trabalhos selecionados que investigaram a violência contra a mulher nas pós-graduações brasileiras do período de 2013 a 2017. O grafo referente a esta comunidade pode ser observado na Figura 15 a seguir, na qual o dimensionamento dos nós está de acordo com o grau de relacionamentos estabelecidos entre as palavras que compõe a rede geral.

FIGURA 15 - GRAFO DA COMUNIDADE DOMÉSTICA (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD)



FONTE: A Autora (2019)

Esta comunidade temática é composta por 165 nós, número que representa 13,5% da rede geral. A palavra-chave Doméstica está presente em 212 dos 826 trabalhos pesquisados, ou 25,7% deles e estabelece 518 relacionamentos com as demais palavras-chave da rede, ou 42,3% do total de relacionamentos da rede.

Podemos afirmar que a principal palavra-chave desta comunidade está presente em um quarto das teses e dissertações que abordam a temática da violência contra a mulher no Brasil no período estudado. A Tabela 20 a seguir lista as vinte principais palavras-chave que compõe a comunidade doméstica.

TABELA 20 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA COMUNIDADE DOMÉSTICA

PALAVRAS-CHAVE	GRAU (NÚMERO DE VÍNCULOS ESTABELECIDOS COM AS DEMAIS PALAVRAS-CHAVE NA REDE)
DOMÉSTICA	518
FAMÍLIA	327
LEI_MARIA_DA_PENHA	312
VÍTIMA	211
JUSTIÇA	206
PROTEÇÃO	175
PRÁTICA	173
SISTEMA	148
PENAL	137
INTERVENÇÃO	120
POLÍCIA	115
PREVENÇÃO	100
AGRESSOR	91
FAMILIARES	90
EFICÁCIA	89
PROTETIVA	75
GRUPO	74
AUTOR	71
AMBIENTE	71
MEDIDAS	68

FONTE: A autora (2019)

Na Tabela 21 a seguir apresentamos o número de vínculos (*Weight*) das díades de palavras que estão presentes nesta comunidade. No topo, está a dupla Doméstica (*Source*) e Lei Maria da Penha (*Target*), com peso de 65, significa dizer que, a palavra doméstica possui relacionamento simples acumulado com a Lei Maria da Penha em 65 vezes na Rede geral; Seguida da dupla Doméstica e Família, com um peso de 58; Doméstica e Justiça com peso de 38, e assim por diante, conforme tabela abaixo.

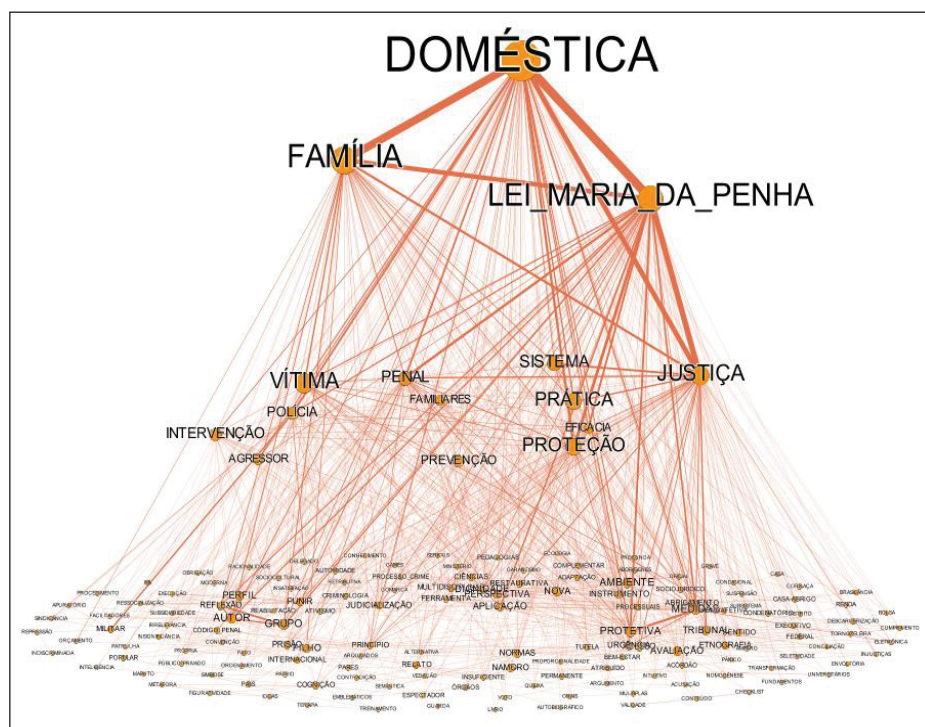
TABELA 21 - PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS ENTRE PALAVRAS-CHAVE NA COMUNIDADE DOMÉSTICA

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
DOMÉSTICA	LEI_MARIA_DA_PENHA	65
DOMÉSTICA	FAMÍLIA	58
LEI_MARIA_DA_PENHA	JUSTIÇA	43
DOMÉSTICA	JUSTIÇA	38
FAMÍLIA	LEI_MARIA_DA_PENHA	34
LEI_MARIA_DA_PENHA	PROTEÇÃO	23
LEI_MARIA_DA_PENHA	PENAL	19
DOMÉSTICA	PROTEÇÃO	18
FAMÍLIA	JUSTIÇA	18
MEDIDAS	PROTETIVA	17
LEI_MARIA_DA_PENHA	EFICÁCIA	16
DOMÉSTICA	POLÍCIA	15
LEI_MARIA_DA_PENHA	PROTETIVA	15
JUSTIÇA	SISTEMA	15
GRUPO	REFLEXÃO	14
DOMÉSTICA	PENAL	13
LEI_MARIA_DA_PENHA	MEDIDAS	13
LEI_MARIA_DA_PENHA	APLICAÇÃO	12
DOMÉSTICA	PRÁTICA	11
FAMÍLIA	VÍTIMA	11

FONTE: A autora (2019)

A topologia da comunidade doméstica pode ser observada no grafo de rede em distribuição *Network Splitter 3D*, onde ficam evidentes a predominância das relações estabelecidas pelas principais palavras-chave na comunidade.

FIGURA 16 - GRAFO DA COMUNIDADE DOMÉSTICA (DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)



FONTE: A Autora (2019)

A partir deste conjunto de palavras referenciadas na Tabela 21 anterior, podemos inferir alguns apontamentos sobre algumas das possíveis construções elaboradas pelo/a(s) autor/a(es/s) nas pós-graduações brasileiras para investigar o tema Violência Doméstica contra a mulher.

Os trabalhos que concentraram as palavras-chave da comunidade doméstica exploram um dos campos que requer uma maior habilidade e de manejo assertivos para estabelecer canais de interlocução e mediar algumas estratégias para o rompimento com os ciclos de violência que cada família está enfrentando ou que deseja romper com esta lógica perversa de 'invisibilidades' de inseguranças no seio familiar.

Na tabela 21 e figura 16 acima demonstradas e mais o quadro que segue é possível observar os trabalhos realizados pelas pós-graduações referentes as palavras mais significativas desta comunidade. Foram selecionados alguns dos trabalhos no período de 2013 a 2017 que fazem parte desta Comunidade Temática, a partir das palavras que formaram esta comunidade. O critério adotado para esta seleção foi a frequência das palavras chaves nos trabalhos.

Na primeira coluna do quadro a seguir está a Identificação do Ano e o Código do trabalho, seguida do nome da Instituição de Ensino e o respectivo programa, na terceira coluna o Nome da Produção, na quarta o tipo de trabalho que foi apresentado, na quinta coluna as palavras chaves e por último, a coluna que consta a grande área de conhecimento e área de avaliação/conhecimento.

QUADRO 05 - TRABALHOS QUE COMPÕEM A COMUNIDADE TEMÁTICA DOMÉSTICA

ANO/ CÓDIGO DO TRABA- LHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E NOME DO PROGRAMA	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABA- LHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMEN TO E ÁREA DE CONHECIMEN TO/AVAILIAÇÃ O
2013 1220	Pontifícia Universidade Católica de Goiás Programa: Direito, Relações Internacional e Desenvolvimento	Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil: Lei Maria da Penha e sua Efetividade	Dissertação	Sistemas de Proteção, Direitos Humanos, Direitos da Mulheres, Violência Doméstica, Lei 11.340/2006, Enfrentamento, Efetividade, Ação Afirmativa, Política Pública	Multidisciplinar Interdisciplinar
2013 7392	Universidade Tuiuti do Paraná Programa: Psicologia	Programa de atendimento às mulheres abrigadas por violência de Parceiro Íntimo	Dissertação	Violência Doméstica, Abrigamento, mulheres, acolhimento, violência por parceiro íntimo, risco pessoal, proteção, filhos	Ciências Humanas Psicologia
2014 119833	Fundação Universidade Federal de Sergipe Programa: Serviço Social	Permanência e mudanças: Uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do Centro de Referência de atendimento a Mulher em situação de violência em Tobias Barreto-SE	Dissertação	Violência Doméstica contra as mulheres, Gênero, Política Públicas, Lei Maria da Penha, Rede de atendimento, enfrentamento,	Ciências Sociais Aplicadas Serviço Social
2015 146365	Universidade Federal do Rio Grande do Norte Programa: Ciências Sociais	Lei Maria da Penha: da convivência com as práticas do sistema de justiça no submédio do Vale do São Francisco	Tese	Representações Sociais. Lei Maria da Penha. Violência. Práticas Sociais. Sistema de Justiça	Ciências Humanas Sociologia
2016 233390	Universidade de Brasília Programa: Antropologia	Diálogos e conflitos entre campos de conhecimento: O Ministério Público após a Lei Maria da Penha	Tese	Violência doméstica contra mulheres; Campos de Conhecimento; equipes multidisciplinares, Lei Maria da Penha, Relações Sociais de Gênero	Ciências Humanas Antropologia
2017 301963	Faculdade Meridional - RS Programa: Direito	A mulher vítima de violência doméstica e o exercício da condição de Agente em Amartya Sen	Dissertação	Condição de agente da mulher, Capacidades (Capabilities), violência doméstica, Emancipação, Liberdade, legislação, Direito,	Ciências Sociais Aplicadas Direito
2017 302195	Universidade Federal de Viçosa - MG Programa: Economia Aplicada	Determinantes da violência contra a mulher no Brasil	Dissertação	Violência Doméstica, Características Socioeconômicas, Mecanismos de combate à violência, Modelos Hierárquicos, Determinantes, mulher	Ciências Humanas Economia

FONTE: A autora (2019).

Estes estudos e/ou abordagens podem contribuir ou limitar os processos para propostas de intervenções, uma vez que se trata de numa questão delicada e complexa que é o enfrentamento da violência doméstica. Esses trabalhos colocam em xeque a instituição família, os tipos de casamentos, as formas de relações familiares, como são compreendidos e como é a externalização de sentimentos como afeto, raiva, angústia, ansiedade, entre outros. Somando-se a isso que condições os valores humanos são construídos e desconstruídos nestes ambientes.

Nestes trabalhos houve questionamentos e reflexões contundentes que nem todas as pessoas e famílias estão dispostas e abertas para assumir seus sentimentos e comportamentos frente a uma situação de violência, principalmente no âmbito familiar, uma vez que de acordo com a crença cristã, a família é sagrada e imaculada.

Pode se dizer que é essa parte é a mais sensível e vulnerável quando se trata da violência doméstica contra a mulher, pois o acesso a este ambiente (restrito) torna-se inviolável para as comprovações de violação de direitos e a percepção das dinâmicas na família de origem e/ou a construída num relacionamento conjugal. Situações que camuflam a real situação das mulheres, crianças e idosos que vivenciam as estratégias familiares para manter o ‘silêncio’ das violências e que tentam de alguma forma (consciente ou inconsciente) preservar a ‘família ideal’ sagrada, a enfrentar a situação da “família real”, e com toda a sua diversidade humana nas relações.

Ao explorar a violência doméstica contra a mulher, destaca-se uma das categorias mais complexas para compreender e propor ações de estratégias para o enfrentamento. Uma vez que esta violência está em território ‘privado’, onde a família é uma das principais instituições que pode ser uma das aliadas ou não, para romper com os ciclos de violências.

A família por se tratar de uma instituição em que há uma histórica e cultural construção de concepções do ideal de papéis, estereótipos que buscam definir espaço de cada um, (homem e mulher). Assim, ao longo da história, vem absorvendo as construções sociais (naturalização) e a invisibilidade de situações de abusos e violências no ambiente familiar. Daí a importância de se conhecer o ambiente familiar, fatores associados, habilidades ou capacidade de lidar com a violência e/ou estratégias que algumas das vítimas adotam para sobreviver neste ambiente que se tornou ‘controverso’.

A Tabela 22 a seguir lista as vinte palavras que se relacionam com a **palavra doméstica** na comunidade, o interessante é observar que a construção desta lógica semântica, foi como elas oferecem um panorama parcial sobre as pesquisas realizadas na pós-graduações brasileiras ao se tratar da violência contra a mulher. Lembrando que estamos nos referindo ao recorte temporal de 2013 a 2017.

TABELA 22 - PALAVRA DOMÉSTICA E SEUS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE DOMÉSTICA

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
DOMÉSTICA	GÊNERO	80
DOMÉSTICA	LEI_MARIA_DA_PENHA	65
DOMÉSTICA	FAMÍLIA	58
DOMÉSTICA	SAÚDE	53
DOMÉSTICA	PÚBLICA	48
DOMÉSTICA	DIREITO	47
DOMÉSTICA	POLÍTICA	39
DOMÉSTICA	RELAÇÕES	39
DOMÉSTICA	JUSTIÇA	38
DOMÉSTICA	SOCIAIS	37
DOMÉSTICA	CONJUGAL	27
DOMÉSTICA	PARCEIRO	22
DOMÉSTICA	PODER	21
DOMÉSTICA	ENFRENTAMENTO	20
DOMÉSTICA	HUMANO	20
DOMÉSTICA	DELEGACIA	19
DOMÉSTICA	ATENÇÃO	19
DOMÉSTICA	PROTEÇÃO	18
DOMÉSTICA	REDE	17
DOMÉSTICA	ADOLESCENTE	16

FONTE: A autora (2019)

Com a entrada da Lei Maria da Penha em cena em 2006 estabeleceu uma das ferramentas legais brasileiras mais efetivas e foi um dos grandes avanços legais para o combate, enfrentamento e redução da violência doméstica. No entanto, para que essa Lei fosse criada, uma mulher teve que se erguer e enfrentar as omissões de socorro e negligências cometidas pela justiça brasileira. Somam-se a isso as reivindicações dos movimentos feministas para garantir os direitos das mulheres que sofrem com os abusos e violências no mundo privado e público.

O caso de Maria da Penha, situação de violência doméstica enfrentada pela cidadã Maria da Penha, farmacêutica brasileira, que sofreu constantes agressões por parte do marido, e que uma das tentativas de 1983, seu esposo tentou matá-la com um tiro de espingarda. No entanto, mesmo escapando da morte, ele a deixou paraplégica. Toda a história está publicada no livro “Sobrevivi... posso contar”, lançado em 1994 por Maria da Penha, em que narra as violências sofrida por ela e

pelas três filhas. Este caso só foi solucionado em 2002, quando o Estado brasileiro foi condenado por omissão e negligência pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A situação vivenciada pela Maria da Penha foi um dos casos brasileiros mais emblemáticos já visto na nossa história de impunidades da justiça.

A palavra-chave Maria da Penha está presente em 117 dos 826 trabalhos pesquisados, 14,1%, e estabelece ligações com 312 outras palavras na Rede Geral. Na Tabela 23 a seguir listamos as palavras-chave mais conectadas com Maria da Penha na comunidade Doméstica.

TABELA 23 - PALAVRA MARIA DA PENHA E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE DOMÉSTICA

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
LEI_MARIA_DA_PENHA	JUSTIÇA	43
LEI_MARIA_DA_PENHA	PÚBLICA	38
LEI_MARIA_DA_PENHA	DIREITO	38
LEI_MARIA_DA_PENHA	POLÍTICA	31
LEI_MARIA_DA_PENHA	PROTEÇÃO	23
LEI_MARIA_DA_PENHA	PENAL	19
LEI_MARIA_DA_PENHA	CRIME	19
LEI_MARIA_DA_PENHA	ENFRENTAMENTO	17
LEI_MARIA_DA_PENHA	HOMEM	16
LEI_MARIA_DA_PENHA	EFICÁCIA	16
LEI_MARIA_DA_PENHA	PROTETIVA	15
LEI_MARIA_DA_PENHA	HUMANO	15
LEI_MARIA_DA_PENHA	PODER	15
LEI_MARIA_DA_PENHA	MEDIDAS	13
LEI_MARIA_DA_PENHA	JURIDICO	13
LEI_MARIA_DA_PENHA	FEMINISMO	13
LEI_MARIA_DA_PENHA	APLICAÇÃO	12
LEI_MARIA_DA_PENHA	DISCURSO	12
LEI_MARIA_DA_PENHA	CONJUGAL	12
LEI_MARIA_DA_PENHA	REDE	12

FONTE: A autora (2019)

Compreende-se que a Violência Doméstica, é um dos temas que está inserido dentro de um tema maior que a violência contra a mulher. E para investigar este tipo ou forma de violência perpetrada contra a mulher, são necessários estudos do ambiente onde ela está inserida, público ou privado, neste caso privado. Investigações que conduzem a forma da constituição das relações familiares e conjugais neste ambiente privado, e de que forma a instituição familiar está disposta a confrontar as dinâmicas familiares que invisibilizam e/ou normalizam as situações e/ou ciclos de violências que as mulheres estão expostas no cotidiano.

Além disso, os trabalhos pesquisados problematizam o ambiente em que este tipo de violência/crime é cometido, foram necessários estudar alguns dos comportamentos dos sujeitos envolvidos (Vítima, Agressor) especificamente a constituição da família de origem, após a constituição de matrimônio, união estável, namoro, enfim, os relacionamentos conjugais ou afetivos sexuais. Somando a isso, por se tratar de um tema reconhecido como problema de saúde pública, busca também o entendimento da saúde de forma ampliada – biopsicossocial – ou seja, compreender os aspectos biológicos, psicológicos e sociais que as mulheres estão (en)volvidas ou ainda, em quais determinantes sociais estão envolvidas, por se tratarem umas das principais vítimas de violência por parceiro(s) íntimo(s).

Na tabela 24 a seguir apresentamos outro exemplo da composição sobre os relacionamentos estabelecidos entre a palavra “Família” com outras palavras presentes na rede.

TABELA 24 - PALAVRA-CHAVE FAMÍLIA E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE DOMÉSTICA

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
FAMÍLIA	GÊNERO	45
FAMÍLIA	LEI MARIA_DA_PENHA	34
FAMÍLIA	PÚBLICA	23
FAMÍLIA	MATERNIDADE	21
FAMÍLIA	DIREITO	21
FAMÍLIA	RELAÇÕES	20
FAMÍLIA	POLÍTICA	18
FAMÍLIA	JUSTIÇA	18
FAMÍLIA	CONJUGAL	17
FAMÍLIA	ESTRATÉGIA	16
FAMÍLIA	ENFERMAGEM	12
FAMÍLIA	CRIANÇAS	11
FAMÍLIA	CRIME	11
FAMÍLIA	VÍTIMA	11
FAMÍLIA	SEXUAL	10
FAMÍLIA	GRUPO	8
FAMÍLIA	HUMANO	8
FAMÍLIA	AUTOR	8
FAMÍLIA	PROGRAMA	7
FAMÍLIA	REFLEXÃO	7

FONTE: A autora (2019)

Ao explorar a violência doméstica, a categoria Família, está diretamente relacionada, uma vez que se trata de uma instituição, que se diferencia pelo fato de haver laços consanguíneos ou não, é o primeiro contato que a criança ao nascer conhece como um espaço ‘seguro’ e que se torna uma referência de convivência familiar e de relações sociais. É onde também temos os primeiros movimentos de

socialização com avós, tios, primos etc. É também o espaço de organização social, em que a família se organiza de acordo com seus costumes culturais e religiosos, assim os membros estão vinculados as condicionalidades familiares, ‘combinados de convivência’ no espaço privado e comportamentos permitidos no espaço público, que demandam investigações mais apuradas sobre as construções sociais que contribuem/elaboram os comportamentos humanos nas relações familiares, conjugais e sociais.

Assim a Família, enquanto uma das categorias analíticas para investigar a violência doméstica, abre um leque de outras categorias, como por exemplo as relações de gênero construídas no decorrer da convivência familiar, conjugal e social, os relacionamentos com o/a (s) parceiro/a (s) íntimo, por exemplo. O entendimento da família sobre direitos humanos e políticas públicas, acesso à justiça quando em situação de violência, a percepção da denúncia e da representação do/a agressor/a, entre outros.

Em suma, a composição semântica deste conjunto de palavras nos levam a crer que para desvendar algumas das situações apresentadas na Violência Doméstica, são necessários a investigação da dinâmica familiar, o entendimento de direitos da mulher a partir da concepção de relações de gênero e compreensão do acesso à justiça e das políticas públicas para o enfrentamento das condicionantes/determinantes que levam as violações de direitos fundamentais das mulheres.

Pode-se inserir a situação trágica de Maria da Penha, que não foi o único, mas o ápice de uma tragédia anunciada. Ou seja, isso ocorreu porque houve uma denúncia e posterior indignação da comunidade internacional que buscou garantir os direitos humanos desta mulher e que abriu precedente para outras que buscavam a justiça.

Em que se pese, este foi um dos casos mais emblemáticos e com uma solução, mas que de fato o pano de fundo desta tragédia anunciada são as inúmeras situações de violências que as mulheres estão submetidas no âmbito doméstico, intrafamiliar, de forma privada, silenciadas e desacreditadas.

A partir desta constatação, foi criada a Lei Maria da Penha como é conhecida no Brasil, a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, pela qual criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. E ainda de acordo com a Constituição Federal, artigo 226, parágrafo 8, “O Estado assegurará a

assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988).

Para além da letra das Leis, as pesquisas exploraram as condicionalidades e penalidades impostas aos agressores, as formas do como estão sendo realizadas as abordagens para a prevenção e proteção da mulher em situação de violência doméstica ou intrafamiliar. As especificidades sobre a acolhida das vítimas e realização dos Boletins de Ocorrências e representação de autor/a da violência nos relacionamentos conjugais heterossexuais, bissexuais e homossexuais, principalmente no rompimento com a lógica de que a mulher não pode ser violenta, analisando os comportamentos, estereótipos, construções sociais sobre o masculino e feminino. Além disso, as situações dos equipamentos que prestam serviços, com ênfase na intersetorialidade e interdisciplinaridade no atendimento e acompanhamento dos casos de violências.

Estas são algumas das provocações que estão no interior dos trabalhos pesquisados, ou seja, somos estimulados constantemente para rever as concepções estabelecidas sobre valores humanos, ética, bioética, viver em sociedade, saúde, política pública, entre outros. Além disso, nos fazem pensar sobre quais e para quem os direitos humanos estão sendo defendidos.

Portanto, as produções realizadas nas pós-graduações criam uma série de possibilidades de estudos, propostas para ações, enfrentamentos, desmistificações, desconstruções de conceitos que contribuem para que a violência doméstica saia da invisibilidade e que seja dizível. E ainda, precisa-se ter claro que estas pesquisas como as que virão são fontes para compreender, socializar e estabelecer estratégias para o enfrentamento deste fenômeno.

A simples observação do grafo apresentado na figura anterior seria suficiente para perceber que também poderíamos nomear esta comunidade como Política Pública ou Direitos Humanos, dada a expressão alcançada por essas palavras-chave na rede e, mais especificamente na comunidade que juntas formam na rede.

A Tabela 25 a seguir lista as 20 (vinte) principais palavras-chave que compõe a comunidade Pública e os respectivos graus, ou seja, o número de vínculos estabelecidos com as demais palavras-chave na rede.

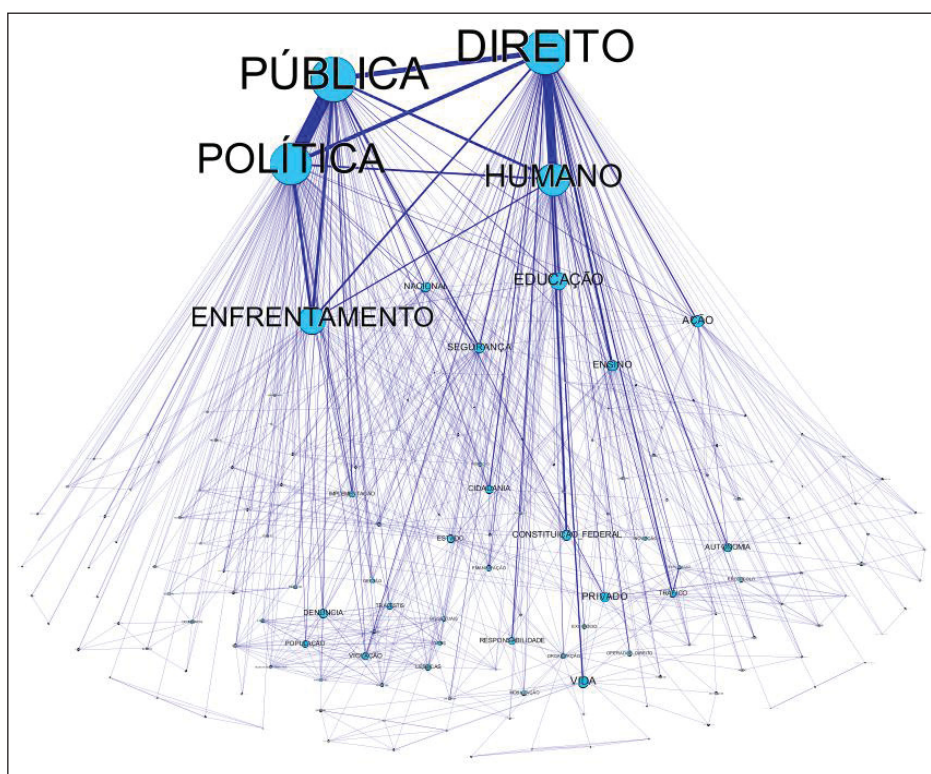
TABELA 25 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA COMUNIDADE PÚBLICA

PALAVRAS-CHAVE	GRAU (NÚMERO DE VÍNCULOS ESTABELECIDOS COM AS DEMAIS PALAVRAS-CHAVE NA REDE
PÚBLICA	393
DIREITO	391
POLÍTICA	363
HUMANO	279
ENFRENTAMENTO	237
EDUCAÇÃO	146
AÇÃO	97
VIDA	91
ENSINO	89
SEGURANÇA	84
PRIVADO	81
CONSTITUIÇÃO_FEDERAL	79
NACIONAL	79
DENÚNCIA	68
CIDADANIA	65
AUTONOMIA	64
RESPONSABILIDADE	59
ESTADO	59
VIOLAÇÃO	56
TRÁFICO	54

FONTE: A autora (2019)

As relações entre as palavras-chave, especialmente entre Pública e Política e entre Humano e Direito, podem ser melhor percebidas na exploração da topologia da comunidade Pública, expressa no grafo de rede em distribuição *Network Splitter 3D*.

FIGURA 18 - GRAFO DA COMUNIDADE PÚBLICA (DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)



FONTE: A autora (2019)

Cada uma dessas palavras-chave formaram um nó na rede, assim cada uma delas apresenta um grau de relacionamento entre as palavras. Desta forma, a palavra-chave Direito e seus relacionamentos que fazem parte desta comunidade, estão também envolvidas por ligações simples, e que nos indicam a posição deste *ranking* de cada uma delas na Rede Geral, que por sua vez estabelece a comunidade temática, denominada Pública.

Os relacionamentos específicos de algumas palavras serão abordados nos itens que virão, a título de exemplificação. Antes, todavia apresentamos alguns exemplos de pesquisas desenvolvidas pelas pós-graduações brasileiras que exploraram Políticas Públicas, Direitos Humanos, e outras categorias que forma analisadas.

A partir desta rede semântica, pode-se perceber algumas das situações que desencadeiam investimentos intelectuais e persistência de pessoas que estão incomodadas e/ou que são estimuladas para buscar desafios teóricos e metodológicos para conhecer melhor o fenômeno violência contra a mulher. Como foi

um dos trabalhos que estudou o tráfico transnacional de mulheres para exploração sexual comercial e como o Estado age sobre estas questões.

(...) refletir sobre o grau de cumprimento do governo brasileiro frente à determinação constitucional de combater o crime de tráfico transnacional de mulheres para fins de exploração sexual visto que a segurança é um direito fundamental. Para uma análise bem contextualizada serão consideradas as ações do Estado brasileiro para reprimir o referido crime analisando-as comparativamente às ações de outros Estados pelo mundo (BARRADAS, 2016).

Nas tabelas acima e no quadro que segue é possível observar os trabalhos realizados pelas pós-graduações referentes as palavras mais significativas desta comunidade. Foram selecionados alguns dos trabalhos de 2013 a 2017 que fazem parte desta Comunidade Temática, a partir das palavras que formaram esta comunidade. O critério adotado para esta seleção foi a frequência (Tabela 26 das palavras chaves nos trabalhos).

Na primeira coluna do quadro a seguir está a Identificação do Ano e o Código do trabalho, seguida do nome da Instituição de Ensino (Pública ou Privada) e o respectivo programa, na terceira coluna o Nome da Produção, na quarta o tipo de trabalho que foi apresentado, na quinta coluna as palavras chaves e por último, a coluna que consta a grande área de conhecimento e área de avaliação/conhecimento.

QUADRO 06 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE PÚBLICA

(continua)

ANO/ CÓDIGO DO TRABALHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E NOME DO PROGRAMA	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABALHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO E ÁREA DE CONHECIMENTO/ AVALIAÇÃO
2013 57742	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Programa: Desenvolvimento Regional	Tráfico sexual de mulheres: E a proteção baseada nos Direitos Humanos	Dissertação	Direitos humanos. Tráfico de mulheres. Violência. Exploração Sexual, Direitos Humanos, Crime, Cárcere Privado, Protocolo de Palermo	Ciências Sociais Aplicadas Planejamento Urbano e Regional
2014 131545	Universidade Católica de Petrópolis -RJ Programa: Direito	Entre punir e conciliar – O interesse punitivo e a vontade da mulher – A intervenção do Estado nos Processos de Violência Doméstica e familiar	Dissertação	Direitos Humanos, Mulher, Violência Doméstica e Familiar, Retratção em Juízo, Políticas Públicas	Ciências Sociais Aplicadas Direito

QUADRO 06 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE PÚBLICA

(Continuação)

ANO/ CÓDIGO DO TRABALHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E NOME DO PROGRAMA	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABALHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO E ÁREA DE CONHECIMENTO/ AVALIAÇÃO
2013 57742	Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul Programa: Desenvolvimento Regional	Tráfico sexual de mulheres: E a proteção baseada nos Direitos humanos	Dissertação	Direitos Humanos, Tráfico de mulheres, Violência, exploração sexual, direitos humanos, crime, cárcere privado, protocolo de Palermo	Ciências Sociais Aplicadas Planejamento Urbano e Regional
2014 134577	Universidade da Região de Joinville Programa: Educação	Educação e Política Pública: Um olhar a partir dos movimentos feministas e do pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as mulheres no século XXI	Dissertação	Educação, Políticas Públicas, Direitos Humanos, Movimento Feminista, Pacto nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres	Ciências Humanas Educação
2014 131545	Universidade Católica de Petrópolis -RJ Programa: Direito	Entre Punir e conciliar – O interesse punitivo e a vontade da mulher – A intervenção do Estado nos processos de violência doméstica e familiar	Dissertação	Direitos humanos, mulher, violência doméstica e familiar, retratação em juízo, políticas públicas	Ciências Sociais Aplicadas Direito
2015 166320	Universidade Federal do Rio de Janeiro Programa: Serviço Social	Violência de Gênero e Políticas Públicas e os Centros de Referência de Atendimento à Mulher no Enfrentamento da Violência	Dissertação	Direitos Humanos; Políticas Públicas; Violência de Gênero. Centro de Atendimento; Rede de Serviços	Ciências Sociais Aplicadas Serviço Social
2015 161784	Universidade de Mogi das Cruzes Programa: Políticas Públicas	Violência contra a mulher e Dignidade Humana: Impactos da Lei Maria da Penha em Programas Assistenciais no município de Mogi das Cruzes	Dissertação	Mulher, Violência, Dignidade Humana, Lei Maria da Penha, Políticas Públicas, Saúde Pública, Programa de Proteção, Assistência, Direitos Humanos	Multidisciplinar Interdisciplinar
2015 193908	Universidade Tecnológica Federal do Paraná Programa: Tecnologia e Sociedade	Um olhar sobre a Lei Maria da Penha no Paraná: Avanços e Desafios	Dissertação	Gênero, Violência contra a Mulher, Lei Maria da Penha, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Implementação, Relações de Gênero, Poder	Multidisciplinar Interdisciplinar
2016 232679	Universidade de São Paulo Programa: Direito	Lei Maria da Penha e princípios da subsidiariedade: diálogos entre direito penal mínimo e as demandas de proteção contra violência de gênero no Brasil	Dissertação	Direito Penal; Princípio da Subsidiariedade; Violência de Gênero; Lei Maria da Penha; Direitos Humanos, Violência Doméstica e Familiar	Ciência Sociais Aplicadas Direito

FONTE: A autora (2019).

QUADRO 06 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE PÚBLICA

(Conclusão)

ANO/ CÓDIGO DO TRABALHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E NOME DO PROGRAMA	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABALHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO E ÁREA DE CONHECIMENTO/ AVALIAÇÃO
2016 282145	Universidade da Amazônia Programa: Direitos Fundamentais	Análise do combate ao Tráfico Transnacional de mulheres para fins de exploração sexual no Brasil	Dissertação	Tráfico de Mulheres; Violência de gênero; Direito à segurança; direitos fundamentais, Direitos Humanos, Exploração Sexual, Crime, Organização dos Estados Americanos (OEA)	Ciências Sociais Aplicadas Direito
2016 291026	Centro Universitário Euro-Americano Programa: Direitos Humanos, Cidadania e Violência	Policimento de Prevenção orientado à violência Doméstica	Dissertação	Violência Doméstica. Direitos Humanos. Policimento. Violência contra grupos vulneráveis. Ocorrência policial. Lei nº 11.340/2006. Eficácia.	Ciências Humanas Ciência Política
2017 310825	Universidade Federal de Minas Gerais Programa: Ciência Política	Nas linhas da justiça: uma análise feminista sobre os acórdãos judiciais de violência contra as mulheres do Tribunal de justiça de Minas Gerais (1998-2015)	Dissertação	Violência contra mulher, Lei Maria da Penha, Acesso à justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Julgamento, feminismo, direitos humanos, poder, judiciário, acórdãos	Ciências Humanas Ciência Política
2017 309507	Universidade de São Paulo Programa: Medicina Preventiva	Gênero e Direitos humanos na assistência as mulheres em situação de violência doméstica de gênero na atenção primária de saúde	Tese	Assistência integral à saúde, atenção primária de saúde, direitos humanos, gênero e saúde, violência contra a mulher	Ciências da Saúde Saúde Coletiva

FONTE: A autora (2019).

Para a exploração das palavras-chave centrais, iniciaremos com a palavra-chave Pública e seus relacionamentos, ou seja, com quais palavras ela realizou relacionamentos (arestas) com ligações simples. O interessante deste movimento é descobrir a composição deste outro grupo de palavras, isto é, refletir como elas se conectaram umas as outras, criando uma construção semântica, que por sua vez nos oferece e amplia novas possibilidades de leituras sobre o perfil dos estudos já realizados pelas pós graduações brasileiras, de 2013 a 2017, quando se trata de violência contra a mulher. Na Tabela 26 traz os relacionamentos mais frequentes estabelecidos em torno da palavra-chave Pública.

TABELA 26 - PALAVRA-CHAVE PÚBLICA E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE PÚBLICA

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
PUBLICA	POLÍTICA	132
PÚBLICA	ENFRENTAMENTO	25
PÚBLICA	HUMANO	23
PÚBLICA	ENFERMAGEM	16
PÚBLICA	SEGURANÇA	13
PÚBLICA	NOTIFICAÇÃO	12
PÚBLICA	MATERNIDADE	9
PÚBLICA	IMPLEMENTAÇÃO	8
PÚBLICA	NACIONAL	8
PÚBLICA	INTERSETORIAL	8
PÚBLICA	CENTRO_ATENDIMENTO	8
PÚBLICA	ASSISTÊNCIA	8
PÚBLICA	POLÍCIA	7
PÚBLICA	FEMINICÍDIO	6
PÚBLICA	PREVENÇÃO	6
PÚBLICA	INFORMAÇÃO	6
PÚBLICA	COMPULSORIA	6
PÚBLICA	DESENVOLVIMENTO	6
PÚBLICA	ESTRATÉGIA	6
PÚBLICA	EDUCAÇÃO	6

FONTE: A autora (2019)

Neste grupo de palavras é citado a área de Enfermagem e/ou profissional de enfermagem, que também está presente na comunidade Saúde. Aqui ela recebeu um peso de 16 na Rede Geral, como também a palavra Notificação (leia-se aqui: Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher) com peso de 12, que também está vinculado a saúde. Lembrando que com a existência desta Lei, obriga a saúde pública e particular notificar casos de violências contra a mulher. Entendemos que se trata de ações de prevenção e de cuidados para o/a(s) usuário/a (s) da política pública de saúde.

A palavra Pública, vincula-se com Polícia com peso 7 e ainda com Implementação, Nacional, Intersectorial, Centro de Atendimento, Assistência, cada uma delas com um peso 8, e por último, Pública com Feminicídio, Prevenção, Informação, Desenvolvimento, Estratégia e Educação, cada uma destas palavras possuem um peso 6 na rede geral de relacionamentos. Abaixo citamos uma das dissertações que exploram Política Pública, Lei Maria da Penha, Assistência, Feminicídio e Direitos Humanos.

(...) descrever programas de proteção à mulher, ressaltando o impacto da Lei 11.340/06 do Brasil, conhecida como Lei Maria da Penha, bem como descrever a importância desses programas de assistência para mulheres em

situação de risco no Município de Mogi das Cruzes, região do Alto Tietê. Esta pesquisa fundamenta-se nos Direitos Humanos, mais expressamente no art. 1, inc. III da Constituição Federal de 1988, com base no princípio da dignidade humana, na Lei Maria da Penha, a fim de se pesquisar como se desenvolvem os programas assistenciais e em discussões sobre conceitos teóricos das Políticas Públicas. (FE, 2015)

Para além da quantificação estatística da formação e composição das palavras, ela também nos remete a reflexões sobre as categorias adotadas pelo/a (s) autor/a(s) das pós-graduações. Podemos citar a categoria analítica feminicídio, condição extrema e fatal da violência contra mulher. De acordo com a Lei nº 13.104 de 2015 e que está inclusa no código Penal Brasileiro, no Capítulo I que trata dos crimes contra a vida, artigo 121, feminicídio,

Homicídio qualificado, crime contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando envolve crime:

a) Violência doméstica e familiar;

b) menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (BRASIL, 1940 e 2015)

Não há como negar que a política pública está a frente de qualquer discussão que se tenha a ‘indignação’ como um dos fios condutores quando se trata de planejamento, desenvolvimento e estratégias para o enfrentamento e redução das vulnerabilidades sociais e pessoais das mulheres.

(...) O estado do Espírito Santo ocupa a primeira posição entre os Estados brasileiros em taxas de feminicídio. No município de Linhares não existem dados sobre feminicídios e nem sobre a violência doméstica. O objetivo deste trabalho foi descrever e analisar as ocorrências de violência registradas na DEAM do município de Linhares/ES no ano de 2013, com vistas a caracterizar o perfil dos denunciante e denunciado e o tipo de violência encontrado em tais registros, bem como analisar a política pública de enfrentamento a violência contra a mulher e a aplicação da Lei Maria da Penha (GAGNO, 2015).

Dessa maneira, citamos algumas das indicações, objetivos e/ou conclusões apresentadas nos trabalhos, como por exemplo a melhoria serviços ofertados e/ou disponibilizados pelo Estado, em outras palavras, serviços que tenham maior cuidado no atendimento das necessidades das mulheres em situação de violência, espaços que respeitem a privacidade e dignidade das mulheres que buscam atendimentos nos equipamentos públicos, a utilização de ferramentas estatísticas já disponíveis, para viabilizar ou implementar políticas que sejam voltadas para os setores estratégicos,

ou seja, aqueles que atuam diretamente com a (s) vítima(s) e/ou autor/a ou agressor/a (s), família (bebês, crianças e adolescentes) envolvidas em algum momento da vida nos ciclos de violência.

Igualmente ao item anterior, trouxemos a seguir os 20 (vinte) primeiros relacionamentos da palavra-chave Direito, a saber: Direito e Humano possuem juntas um peso de 81 na rede geral, muito expressiva, uma vez que a maioria das construções está vinculada a violação de direitos humanos da mulher. Para se ter uma ideia do montante do número de vezes que a palavra Direito aparece nos trabalhos pesquisados foram 118 vezes, e para o programa realizar o caminho destas conexões simples entre a palavra Direito e os trabalhos, foram 145 vezes. A Tabela 27 relaciona díades formadas a partir da palavra-chave Direito.

TABELA 27 - PALAVRA DIREITO E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE PÚBLICA

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
DIREITO	HUMANO	81
DIREITO	PÚBLICA	45
DIREITO	POLÍTICA	35
DIREITO	ENSINO	19
DIREITO	ENFRENTAMENTO	17
DIREITO	PODER	17
DIREITO	CONSTITUIÇÃO_FEDERAL	16
DIREITO	VULNERÁVEL	14
DIREITO	PENAL	13
DIREITO	AÇÃO	11
DIREITO	TRÁFICO	10
DIREITO	VIDA	10
DIREITO	MOVIMENTO	10
DIREITO	CIDADANIA	9
DIREITO	SEGURANÇA	9
DIREITO	PARTO	9
DIREITO	DESIGUALDADE	9
DIREITO	AUTONOMIA	8
DIREITO	DISCRIMINAÇÃO	8
DIREITO	DIGNIDADE	8

FONTE: A autora (2019).

A palavra-chave Direito se conectou com Enfrentamento e Poder, cada uma delas possui um peso de 17 na Rede Geral de Relacionamentos. Então, podemos dizer que os estudos levam a condição de que para ter acesso aos direitos humanos e a liberdades de escolhas, há necessidade de romper com as lógicas estabelecidas em que o poder e/ou assimetrias de poder sobre o gênero feminino, tem relevância nos estudos, porque denota a todo o processo de construção social em que a mulher está vivenciado e vivenciando as inúmeras formas de vulnerabilidade para as violências.

Há outras duplas de palavras que possuem um determinado peso na rede geral em posições mais periféricas, mas que também nos remetem as outras formas de reflexão realizadas pelo/a(s) autor/a(es/s) para atingir alguns dos objetivos propostos nos trabalhos pesquisados. A partir dos dados quantitativos, pesos, em que estabeleceu o *rancking* deste grupo de palavras, destacamos algumas, como: Cidadania, Segurança, Parto, Desigualdade com peso de 9 cada uma delas e Autonomia, Discriminação e Dignidade com peso 8.

A partir da ideia da composição destas palavras, podemos refletir que a violência contra as mulheres recai sobre as desigualdades de gênero, a falta de autonomia para decisões quando ao acesso e garantia dos direitos das mulheres, e a

contínua ação de discriminação à mulher na sociedade, e da falta de zelo de uns dos fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil, prevista no artigo 1º, Inciso III, Dignidade da Pessoa Humana.

A seguir, demonstra-se os relacionamentos encontrados entre as palavras que estão vinculadas com 'Humano'. E para verificar os posicionamentos, ela foi citada 70 vezes nos trabalhos. Na Tabela 28 a seguir são expressas as palavras: Humano e Enfrentamento que juntas possuem um peso de 11 na rede geral, significa dizer que, a palavra humano realizou uma repetição de 11 relacionamentos simples entre estas duas palavras.

TABELA 28 - PALAVRA-CHAVE HUMANO E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE PÚBLICA

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
HUMANO	ENFRENTAMENTO	11
HUMANO	DIGNIDADE	8
HUMANO	TRÁFICO	6
HUMANO	DESENVOLVIMENTO	6
HUMANO	PENAL	6
HUMANO	POLICIAL	5
HUMANO	VULNERAVEL	5
HUMANO	DISCRIMINAÇÃO	4
HUMANO	ESTUDO	4
HUMANO	INTEGRAL	4
HUMANO	ACESSO	3
HUMANO	VIOLÊNCIA	3
HUMANO	EXPLORAÇÃO	3
HUMANO	CONSTITUIÇÃO_FEDERAL	3
HUMANO	PRINCÍPIO	3
HUMANO	MATERNIDADE	3
HUMANO	RELIGIÃO	3
HUMANO	ESTUPRO	3
HUMANO	ORGANIZACIONAL	2
HUMANO	RECURSOS	2

FONTE: A autora (2019).

Observamos palavras que não estão no topo dos relacionamentos, mas que possuem estudos e tem um significado na construção do conhecimento enquanto categorias de análises. Como foram os casos das palavras 'Vulnerável' e 'Humano' que tiveram peso 5 na Rede Geral, Discriminação e Humano peso 4 e Princípio e Humano possuem peso de 3.

Nessa linha de raciocínio podemos ponderar que para se estudar a violência contra a mulher, não há como negar a situação de vulnerabilidade das mulheres na sociedade. Situações vivenciadas por elas que violam a integridade física e mental, cerceiam suas potencialidades e as impedem que tenham acesso à direitos

fundamentais, entendemos que são impedimentos as liberdades de escolhas. Assim, ferindo um dos princípios fundamentais que regem a Constituição da República Federativa do Brasil, é a dignidade de pessoa humana.

Este foi um dos pontos refletidos e discutidos nos trabalhos pesquisados ao se tratar da situação de discriminação quando se refere a violência contra as mulheres. Assumindo uma postura que enfatiza a condução de como não é visibilizada o Direito Humano das mulheres.

Para além da Constituição Federal brasileira, vale ressaltar as situações distintas vivenciadas pelas mulheres na sociedade brasileira, como também estão dispostos nos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. De acordo com o artigo 1º da CF/88:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – pluralismo político (BRASIL, 1988).

De acordo com os Artigos 1º e 2º da Declaração dos Direitos Humanos:

Artigo 1º – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º – Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião de opinião pública ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou de território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania (ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Ademais, na tabela 28 também nos permite traçar algumas das especificidades observadas a partir dos dados coletados para a composição deste perfil. Para além das questões que envolvem Política Pública e de Direito Humano, também aparecem as palavras Vida, Denúncia, Cidadania, Responsabilidade, Estado, Violação e Tráfico. Para exemplificar algumas das explorações na educação, citamos um fragmento (Resumo) da condução de dissertação de Maria do Rosário de Fátima Silva (2014):

(...) analisa as diferentes perspectivas que contribuíram para o processo de superação e de emancipação que levaram cidadania à mulher na sociedade brasileira, integrando-a aos direitos civis, políticos e sociais e com um olhar mais cuidadoso sobre os caminhos percorridos após a Constituição Federal Brasileira, de 1988 até os dias atuais. Tem como referência as ações dos movimentos feministas e a instrumentalização de políticas públicas no âmbito do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que congrega União, Estados e Municípios – Pacto Federativo, no período de 2003 a 2013 (SILVA, 2014).

Além disso, apontam algumas ações que fortalecem a perspectiva de uma educação para questões como cidadania, autonomia feminina, ampliação de direitos fundamentais, bem como a importância das mulheres conhecerem melhores seus direitos, e acionar os serviços de assistência prestada pelo Estado, principalmente canais que são disponibilizados para realizar denúncias das tentativas de qualquer tipo de violência, tendo como princípio não entrar na lógica dos ciclos permanentes de violências, e não chegar na mídia como mais um caso com final trágico.

Citamos também o trabalho da autora Isis Dantas Menezes Zornoff Taboas (2014), cujo título é: *Viver sem violência Doméstica e Familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas*:

O trabalho aponta para a emergência do MMC como sujeito coletivo de direitos que desenvolve novas formas de organização, mobilização e luta feminista, popular e camponesa capazes de fundar e fomentar a construção de direitos humanos. (TABOAS, 2014)

Portanto, estas palavras possuem um significado interessante ao se tratar das formas de violências e a condução das políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, nos sinalizando para as implementações, a partir de um olhar mais humano e crítico. Além de estimular a participação popular nas discussões das prioridades, a partir dos conselhos municipais, estaduais e federais de cada política pública.

E ainda, neste pequeno conjunto de palavras nos oferece as construções estabelecidas nas pós graduações em que retrataram a importância dos estudos sobre as políticas públicas para o enfrentamento das violências contra as mulheres, uma vez que, este tipo de violência, é reconhecido pela Organização Mundial da Saúde como um problema de saúde pública e como também tem sido tema de

debates acalorados sobre as formas das violações cíclicas dos direitos humanos das mulheres.

Como também, a necessidade de fortalecer o entendimento do conceito de Política Pública como um Direito do/a cidadão e cidadã, independente da orientação sexual, identidade de gênero, classe social, raça/etnia, religião/espiritualidade.

Um outro fator para o enfrentamento das situações de violências contra as mulheres é a importância que este tema esteja presente constantemente na agenda pública, tornando um processo de visibilidade e de educação para a desnaturalização, pois se trata da visibilidade as ameaças constantes da Vida ou melhor, do Direito à Vida da mulher.

Portanto, mais uma vez nos alertando sobre a importância de que a prevenção ainda é a melhor estratégia, pois a questão violência contra a mulher limita as condições de desenvolvimento humano, restringe o acesso a outros desenvolvimentos como o econômico e político.

Entende-se que há investimentos nas políticas públicas, como por exemplo, A Casa da Mulher Brasileira, as Delegacias Especializadas para Atendimento das Mulheres, mas há uma limitações para suprir as demandas que tais políticas necessitam, seja em recursos financeiros e humanos, limitações sobre a abrangência de atendimento/assistência em setores essenciais, como o da segurança pública, saúde, educação, trabalho e renda, entre outras.

Também são colocadas as estratégias da atualização das habilidades e capacidades do/a (s) profissionais, para fortalecimento dos conceitos de direitos humanos, numa perspectiva de capacitação continuada e formação de Recursos Humanos para o atendimento mais humanizado e empático, versus tecnicista e paliativo. Significa dizer que, compreender o contexto onde e como as situações/fatores levaram a violação e/ou propagação da inviabilidade de direitos fundamentais e humanos das mulheres, como por exemplo aos trágicos contextos de violações que levaram a situação do homicídio qualificado, o feminicídio.

Além de tudo isso, também percebe-se a diversidade de áreas que exploram este fenômeno, o que já era de se esperar neste caso, uma vez que o tema é multifacetado e o termo violência é polissêmico.

Sob as perspectivas dos temas trabalhados, a situação é retórica, nos faz refletir sobre os avanços, limitações e retrocessos que setores e profissionais estão enfrentando para reduzir com todas as 'lógicas' convencionadas que envolvem as

mulheres e por consequência, em situação de violação de direitos individuais e coletivos. Há trabalhos que exploram a resistência de do/a (s) profissionais, cientistas, militantes e cientistas militantes da diversidade, e cidadãs e cidadãos, mesmo com toda as adversidades enfrentadas no cotidiano, acreditam numa sociedade mais justa, igualitária e solidária, mais humana.

5 - COMUNIDADE TEMÁTICA SOCIAL

Esta é a quinta maior comunidade temática elaborada a partir das palavras chaves encontradas nos trabalhos selecionados que investigam a violência contra a mulher nas pós-graduações no Brasil no período de 2013 a 2017.

A Figura 19 a seguir apresenta o grafo da comunidade Sociais, no qual os 'nós' estão dimensionados de acordo com o número de relacionamentos estabelecidos rede. Lembrando que a espessura das linhas verdes são a indicação do grau de relacionamentos simples estabelecidos entre as palavras.

TABELA 29 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA COMUNIDADE SOCIAIS

PALAVRAS-CHAVE	GRAU (NÚMERO DE VÍNCULOS ESTABELECIDOS COM AS DEMAIS PALAVRAS-CHAVE NA REDE)
SOCIAIS	465
REPRESENTAÇÕES	205
NEGRA	103
LITERATURA	70
CLASSE	61
RAÇA	58
CONTROLE	49
IMPACTO	46
PRODUÇÃO	39
SOBREVIVÊNCIA	34
TECNOLOGIA	32
RESIGNIFICACAO	32
ANTROPOLOGIA	32
SUJEITO_COLETIVO	30
CAMPO	29
TRADIÇÃO	28
FAVELA	27
QUESTÃO	26
ETNIA	24
APRENDIZAGEM	22

FONTE: A autora (2019)

Na Tabela 30 a seguir apresentamos as principais díades de palavras que estão presentes nesta comunidade. É interessante observar neste grupo de palavras: Sociais e Gênero, juntas possuem um peso de 79, ou seja, estão associadas 79 vezes através dos 826 trabalhos pesquisados. Saúde e Sociais peso de 43; Representações e Sociais (Representações Sociais) peso 42; Doméstica e Sociais e Direitos e Sociais (Direitos Sociais), cada dupla possui um peso de 37, Sociais e Política possuem o peso de 32 e Sociais e Rede (Redes Sociais) possuem um peso de 32, e assim por diante, conforme tabela abaixo.

TABELA 30 - PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS ENTRE PALAVRAS-CHAVE NA COMUNIDADE SOCIAIS

PALAVRAS-CHAVE	GRAU (NÚMERO DE VÍNCULOS ESTABELECIDOS COM AS DEMAIS PALAVRAS-CHAVE NA REDE)
PÚBLICA	393
DIREITO	391
POLÍTICA	363
HUMANO	279
ENFRENTAMENTO	237
EDUCAÇÃO	146
AÇÃO	97
VIDA	91
ENSINO	89
SEGURANÇA	84
PRIVADO	81
CONSTITUIÇÃO_FEDERAL	79
NACIONAL	79
DENÚNCIA	68
CIDADANIA	65
AUTONOMIA	64
RESPONSABILIDADE	59
ESTADO	59
VIOLAÇÃO	56
TRÁFICO	54

FONTE: A autora (2019)

A topologia da comunidade sociais pode ser observada no grafo de rede em distribuição *Network Splitter 3D*, onde ficam evidentes a predominância das relações estabelecidas pelas principais palavras-chave na comunidade.

palavras chaves e por último, a coluna da Grande Área de Conhecimento e Área de Avaliação/Conhecimento.

QUADRO 07 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE SOCIAIS

(Continua)

ANO/ CÓDIGO DO TRABALHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E NOME DO PROGRAMA	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABALHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENT O E ÁREA DE CONHECIMENT O/AVALIAÇÃO
2013 1891	Universidade Federal do Espírito Santo Programa: Psicologia	Os mitos de estupro e a (im)parcialidade jurídica: A percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual	Dissertação	Direito, Honra, Mitos de estupro, representação social, valores humanos	Ciências Humanas Psicologia
2013 4430	Universidade Federal do Maranhão Programa: Enfermagem	Representações sociais sobre violência doméstica contra a mulher entre usuárias da atenção básica de saúde	Dissertação	Violência Doméstica, Mulheres, Atenção Básica, Representações sociais, Saúde.	Ciências da Saúde Enfermagem
2013 6047	Fundação Universidade Federal de Sergipe Programa: Sociologia	Violência de Gênero: Representações Sociais de peritos médicos legais do IML/SE sobre a violência sexual	Dissertação	Gênero, Representações Sociais, Violência Sexual, Perito Médico-Legal	Ciências Humanas Sociologia
2015 149100	Universidade Federal do Espírito Santo Programa: Linguística	A Representação Social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo	Dissertação	Discurso; Violência de Gênero; Notícias jornalísticas; Teorias Sociocognitivas; Representação Social	Linguística, Letras, Linguística
2015 146365	Universidade Federal do Rio Grande do Norte Programa: Ciências Sociais	Lei Maria da Penha: da convivência com as práticas do sistema de justiça no submédio do Vale do São Francisco	Tese	Representações Sociais. Lei Maria da Penha. Violência. Práticas Sociais. Sistema de Justiça	Ciências Humanas Sociologia
2016 217574	Universidade Federal da Bahia Programa: Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo	A atuação das redes sociais no enfrentamento da violência conjugal contra as mulheres: Um estudo nas cidades de Cachoeira e São Felix – Bahia	Dissertação	Violência Conjugal; Relações Sociais; Mulheres,	Multidisciplinar Interdisciplinar

FONTE: A autora (2019).

QUADRO 07 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE SOCIAIS

(Conclusão)

ANO/ CÓDIGO DO TRABALHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E NOME DO PROGRAMA	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABALHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENT O E ÁREA DE CONHECIMENT O/AVALIAÇÃO
2017 309507	Universidade de São Paulo Programa: Medicina (Medicina Preventiva)	Gênero e Direitos Humanos na assistência às Mulheres em situação de violência doméstica e de Gênero na atenção primária da saúde	Tese	Assistência integral à saúde; Atenção primária à saúde; Direitos Humanos; Gênero e Mulher; Violência; Representação Social;	Ciências da Saúde Saúde Coletiva
2017 310364	Universidade Católica do Salvador Programa: Políticas Sociais e Cidadania	O CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social como instrumento de Garantia dos direitos fundamentais da mulher	Dissertação	CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Direitos Fundamentais e Mulher. Vulnerabilidade; Lei Maria da Penha; Relações sociais; Políticas Públicas	Multidisciplinar Interdisciplinar

Fonte: A Autora (2019)

É interessante perceber que na construção deste conjunto de palavras acumuladas na comunidade 'Sociais' as palavras são atraídas como ímãs, como por exemplo as composições de Sociais e Representações (Representações Sociais), Sociais e Classe (Classes sociais); Sociais e Questões (Questões Sociais); Raça e Etnia (Raça/Etnia), por mais que elas foram decompostas, elas voltam a se organizar juntas para dar o significado. Assim, podemos dizer que são algumas das categorias analíticas adotadas pelo/a autor/a que colaboraram para (des)vendar as situações complexas que foram estudadas nas pós-graduações sobre o tema violência contra a mulher no período de 2013 a 2017.

Algumas palavras deste conjunto nos chamam a atenção, como por exemplo as palavras 'Raça e Etnia', palavras essas que tem um significado analítico interessante por existir peculiaridades de interpretação dependendo do entendimento teórico do/a pesquisador/a.

Na Tabela 31 apresentamos algumas das palavras-chave estão conectadas com Raça, lembrando sempre que, este é uma especificidade encontrada neste recorte temporal (2013 a 2017).

TABELA 31 - PALAVRA RAÇA E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE SOCIAIS

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
RAÇA	CLASSE	3
RAÇA	INTERSECCIONALIDADES	3
RAÇA	IDENTIDADE	2
RAÇA	ESCRITORA	1
RAÇA	CHASE-RIBOUD	1
RAÇA	HISTORIOGRAFICA	1
RAÇA	METAFICÇÃO	1
RAÇA	CRESPO	1
RAÇA	CABELO	1
RAÇA	DEVIR-NEGRO	1
RAÇA	NEGRITUDE	1
RAÇA	MOBILIDADE	1
RAÇA	EXECUTIVO	1
RAÇA	BRANCA	1
RAÇA	PRETA	1
RAÇA	CONCEPÇÃO	1
RAÇA	IMAGEM	1
RAÇA	INTERRELAÇÃO	1
RAÇA	PARAISÓPOLIS	1
RAÇA	PERIFERIA	1
RAÇA	FAVELA	1
RAÇA	PARDAS	1
RAÇA	LINGUAGEM	1
RAÇA	RESISTÊNCIA	1
RAÇA	PERFORMANCE	1
RAÇA	LITERATURA	1
RAÇA	SOBREVIVÊNCIA	1
RAÇA	CORPO	1
RAÇA	SUBJETIVO	1

FONTE: A autora (2019)

A partir deste grupo de palavras que representam uma parte das pesquisas e exploram as palavras ‘representações sociais’ colocam-se em evidência que nestes trabalhos as discussões da construção de estereótipos convencionada na sociedade, problematizam situações que dificultam e/ou limitam acessos aos direitos fundamentais para as mulheres. Ao estudarem algumas das características ou situações encontradas nos campos ou/e áreas de estudos, buscam romper com as lógicas estabelecidas pelas representações coletivas que colaboram para a manutenção e naturalização do fenômeno social violência contra a mulher.

No entanto, não podemos afirmar que todos os trabalhos que abordam violência contra mulher buscam explorar a categoria/termo/conceitos Representação Social, mas é uma das categorias analisadas e foram visualizadas pela análise semântica que sistematizou e compôs a Comunidade ‘Sociais’, ou seja, o/a(s) autor/a(s) ao definirem suas palavras chaves, trouxeram as discussões sobre: Classe Social, Raça/Etnia, Negra, Discursos, Relação Conjugal, como uma das categorias

que tem as representações sociais como categoria teórica para compreender as situações vivenciadas pelas mulheres.

Ao se estudar o tema violência, a categoria da cor/raça negra e parda da mulher, que são pontuadas por expressar as maiores vítimas invisibilizadas, tendo como base os fundamentos teóricos que expõem os constructos sociais estabelecidos e que naturalizam as discriminações, com já foi citado na introdução.

Somam-se ainda as estas categorias, a categoria analítica classe social ou estrato social, trazendo discussões que limitam ainda mais o acesso aos direitos já estabelecidos por leis e convenções internacionais, negado constantemente as mulheres.

Compreender ou melhor, estabelecer uma linha tênue entre a diferença entre o possuir os direitos e do acesso (liberdades de escolhas) das garantias legais e humanas de usufruir, são relevantes nas análises. Mesmo que a categoria mulher tenha oportunidade de acessar outras liberdades, a elas não são oferecidos as facilidades para o acesso de suas liberdades de escolhas, ou seja, se é mulher, é negra, e está numa classe social menos favorecida economicamente, ou ainda sob a dependência econômica do cônjuge, por exemplo, as 'facilidades' de acesso aos seus direitos fundamentais também são limitados e limitantes.

Outra característica percebida nesta pesquisa, é como a mulher negra também está representada na literatura brasileira, elas estão descritas ou melhor 'retratadas', em cada época, por meio dos romances e contos, trazendo situações/condições de discriminação, preconceitos e dos estereótipos, representações sociais construídas e (re)construídas na história do Brasil e retratada pela literatura brasileira.

Podemos dizer que a comunidade Sociais nos dá algumas das características dos estudos realizados pelas pós graduações, no que diz respeito a diferenciação das situações e/ou das condições sociais vivenciada pelas mulheres no Brasil, tanto que há a expressão: Mulheres em situação de violência, nos conduzindo a reflexão de que não é uma 'condição' fixa da mulher, mas sim de que há uma série de situações que são somadas e que as condicionam estar envolvidas em algum tipo de violência e/ou ciclos de violências intergeracionais.

Há outras palavras que não estão tão evidenciadas na rede geral ou nas comunidades específicas, mas isso não significa dizer que tais palavras não são importantes, mas que nos remete a refletir que cada um/a do/a (s) autor/a (es/s) ao

adotar (em) palavras/categorias/termos para explicitar e evidenciar o fenômeno violência contra a mulher fizeram de alguma forma as suas escolhas de palavras mais significativa para representar o seu trabalho.

Assim, a definição das palavras-chave está de acordo com a área de conhecimento, experiência acadêmica e/ou profissional do/a autor e orientador/a. Portanto, percebemos que neste processo de construção do conhecimento nas pós-graduações, a 'adoção' e organização das palavras chaves disponíveis nos trabalhos são estabelecidas de acordo com cada pesquisador/a (s), também entendemos que é uma maneira dele/a (s) expressarem nos trabalhos os caminhos adotados para exploração deste tema. Como foi o que aconteceu com os termos: étnico/racial; ressignificação, afro brasileira.

Além das construções metodológicas e teóricas encontradas nesta pesquisa, conhecemos algumas das propostas sugeridas nas pesquisas das pós-graduações, que são as ações mediadoras em buscam retirar as situações de violências que limitam as mulheres ao acesso aos direitos sociais, que por sua vez, interferem no avanço das discussões.

São alguns pontos que estão evidenciados, como a implantação e/ou implementação de políticas públicas para as mulheres, no sentido de oferecer instrumentos e serviços técnicos especializados que rompam com os ciclos de violência; Gestão de Recursos Humanos; Ciclos de capacitações que ofereçam problematizações de violações de Direito Humanos para a diversidade; e estímulo a capacidade pessoal e interpessoal (habilidades sociais) para as mulheres para acionar as redes pessoais e institucionais como uma das possíveis estratégias contra aos tipos de violências. Estas são algumas das contribuições percebidas nos trabalhos das pós-graduações no recorte de 2013 a 2017.

As leituras realizadas a partir das categorias encontradas nesta pesquisa e apresentada nos parágrafos anteriores, foram alguns dos exemplos dos estudos realizados nas pós-graduações brasileiras, lembrando sempre que, a nossa proposta de pesquisa não é analisar as categorias encontradas, mas apresentar um perfil das construções intelectuais elaboradas nas pós-graduação no período de 2013 a 2017. Assim, trouxemos neste trabalho algumas peculiaridades encontradas no processo de depuração dos dados.

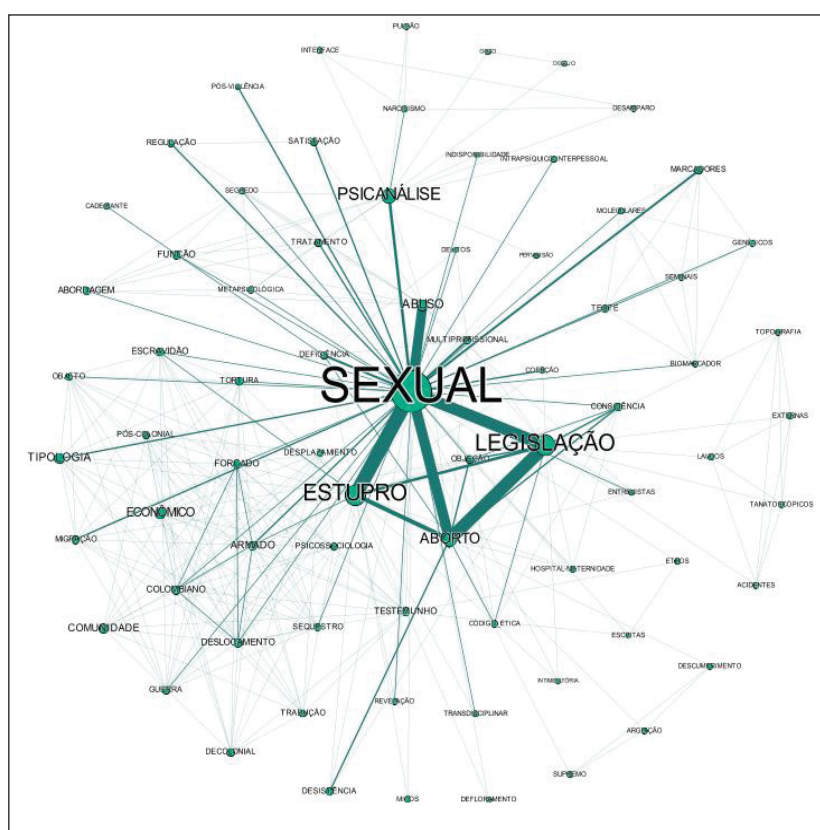
6 - COMUNIDADE TEMÁTICA SEXUAL

Esta é a sexta e última comunidade temática que exploramos, elaborada a partir das palavras chaves encontradas nos trabalhos selecionados, que investigaram a violência contra a mulher nas pós-graduações brasileiras no período de 2013 a 2017. A classificação está de acordo com o número de palavras-chave que compõe a comunidade.

A comunidade Temática Sexual é composta por 74 nós e a sua principal palavra-chave (Sexual) está presente em 104 dos 826 trabalhos, ou 12,6% deles, estabelecendo 346 vínculos com as demais palavras-chave na rede, alcançando portanto, 28,3% de toda a rede.

A Figura 21 a seguir permite observar o grafo formado pela Comunidade Sexual onde os nós estão dimensionados de acordo com o grau, ou o número de relacionamentos estabelecidos na rede.

FIGURA 21 - GRAFO DA COMUNIDADE SEXUAL (DISTRIBUIÇÃO FRUCHTERMAN REINGOLD)



FONTE: A autora (2019).

Tal qual como ocorreu nas outras comunidades anteriormente estudadas, na presente comunidade, encontramos algumas palavras que se constituem o núcleo desta comunidade, isto é, o centro da atenção na análise semântica realizada pelo programa GEPHI.

A Tabela 32 a seguir lista as vinte principais palavras-chave que compõe a comunidade sexual e os respectivos graus, ou seja, o número de vínculos estabelecidos com as demais palavras-chave na rede.

TABELA 32 - VINTE PRINCIPAIS PALAVRAS-CHAVE DA COMUNIDADE SEXUAL

PALAVRAS-CHAVE	GRAU (NÚMERO DE VÍNCULOS ESTABELECIDOS COM AS DEMAIS PALAVRAS-CHAVES NA REDE)
SEXUAL	346
ESTUPRO	143
LEGISLAÇÃO	140
PSICANÁLISE	91
ABORTO	78
ECONÔMICO	55
ABUSO	53
TIPOLOGIA	47
COMUNIDADE	35
ARMADO	35
TESTEMUNHO	30
DESLOCAMENTO	29
FORÇADO	29
COLOMBIANO	29
FUNÇÃO	28
ESCRAVIDÃO	28
ABORDAGEM	27
TORTURA	25
MARCADORES	24
MIGRAÇÃO	24

FONTE: A autora (2019)

A palavra Sexual está a frente deste conjunto de palavras, seguida de Estupro, Legislação, Psicanálise, Aborto, Econômico, entre outras. Todavia para uma

verificação precisa, abaixo elaboramos a Tabela 33 na qual consta a listagem das principais díades formadas na comunidade sexual.

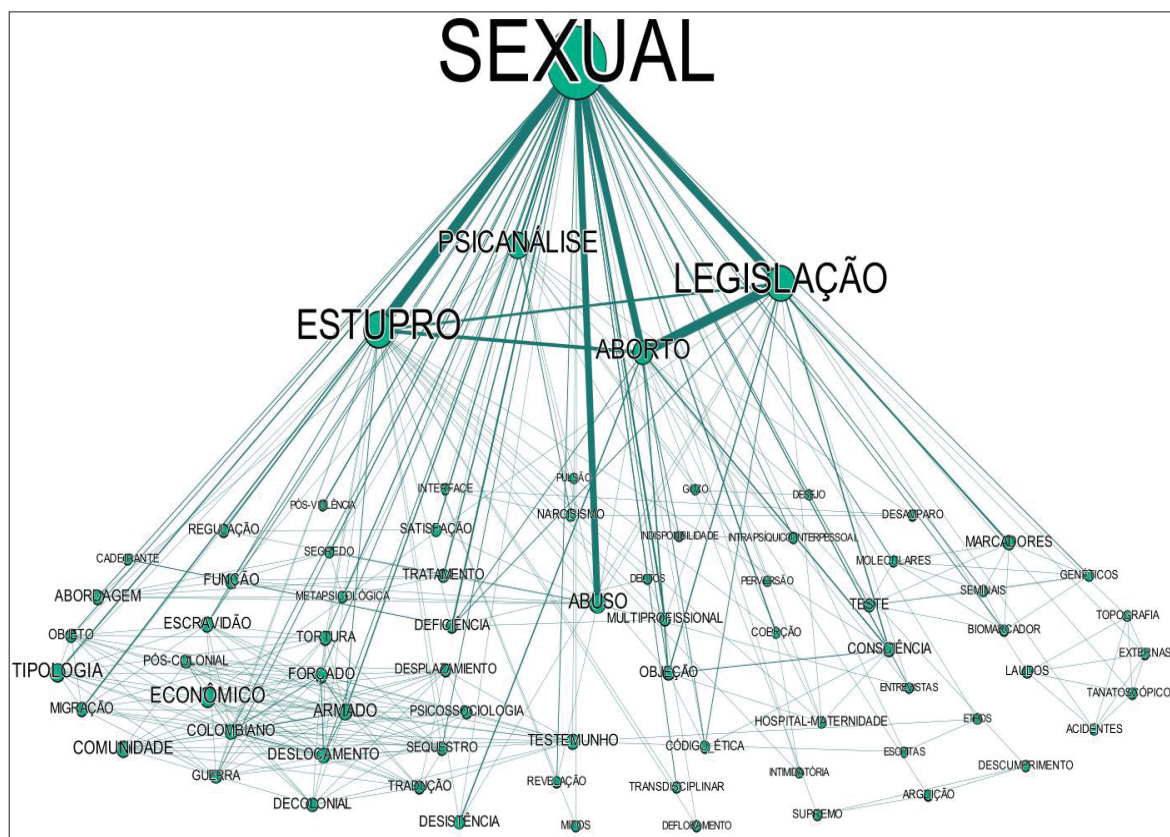
TABELA 33 - PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS ENTRE PALAVRAS-CHAVE NA COMUNIDADE SEXUAL

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
GÊNERO	SEXUAL	59
SAÚDE	SEXUAL	50
SEXUAL	DIREITO	24
SEXUAL	ESTUPRO	21
CRIME	SEXUAL	20
SEXUAL	PÚBLICA	19
ATENÇÃO	SEXUAL	17
SOCIAIS	SEXUAL	17
SEXUAL	LEGISLAÇÃO	17
RELAÇÕES	SEXUAL	16
SEXUAL	ABORTO	16
SEXUAL	ABUSO	15
GESTAÇÃO	SEXUAL	14
SEXUAL	SEXUALIDADES	14
SEXUAL	HUMANO	14
VÍTIMA	SEXUAL	12
FEMININO	SEXUAL	12
SEXUAL	MATERNIDADE	12
SEXUAL	REPRODUTIVO	12
FAMÍLIA	SEXUAL	10

FONTE: A autora (2019)

A topologia das díades na comunidade Sexual, apresentadas anteriormente na Tabela 33, pode ser observada no grafo de rede em distribuição *Network Splitter 3D*, representado na Figura 22 a seguir, onde ficam evidentes a predominância das relações estabelecidas pelas principais palavras-chave na comunidade.

FIGURA 22 - GRAFO DA COMUNIDADE SEXUAL (DISTRIBUIÇÃO NETWORK SPLITTER 3D)



FONTE: A autora (2019).

Podemos conduzir algumas reflexões sobre este primeiro conjunto de palavras que foram mais evidenciadas nos trabalhos das pós-graduações, ao estudarem dentro do tema maior Violência Contra a mulher.

Neste sentido, houve a exploração das categorias como: Violência Sexual, Abuso sexual, Estupro e Estupros coletivos, Direitos sexuais e Reprodutivos, Exploração sexual, Tráfico para fins sexuais, entre outros temas que colocam a mulher como o principal sujeito das violências. Uma delas é quando nos referimos a violência sexual ou como este de violência é categorizado em alguns trabalhos, estupro e defloração que são alguns dos termos encontrados nesta pesquisa.

No Quadro 08 apresentamos alguns dos trabalhos de 2013 a 2017 que fazem parte da Comunidade Sexual, a partir das palavras que formaram esta comunidade. Na primeira coluna está Identificado do Ano e o Código do Trabalho, seguida do nome da Instituição de Ensino e respectivo programa, na terceira coluna o Nome da Produção, na quarta o tipo de trabalho que foi apresentado, na quinta coluna as

palavras chaves e por último, a coluna da Grande Área de Conhecimento e Área de Avaliação/Conhecimento.

QUADRO 08 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE SEXUAL

(continua)

ANO/ CÓDIGO DO TRABALHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E NOME DO PROGRAMA	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABALHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO E ÁREA DE CONHECIMENTO/AVALIAÇÃO
28000 2013	Universidade de Brasília Programa: Psicologia Clínica e Cultura	Menina, Mulher, Filha, Mãe? A gravidez decorrente de violência sexual	Tese	Agressões Sexuais, Gravidez, Maternidade, Estupro, Desenvolvimento Humano, Violência sexual, Bioecologia, Gênero, Saúde, Psicologia do Desenvolvimento	Ciências Humanas Psicologia
33159 2013	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Programa: Educação em Ciências Químicas da Vida e Saúde	Das verdades na mídia jornalística sobre o aborto e a vida vinculadas à clandestinidade, violência sexual, drogadição, anencefalia e biotecnologias: Governo do Viver/Morrer	Tese	Aborto, Saúde, Governamental, Mídia impressa, Educação, Vida/Morte dos não nascidos, tecnologias médicas, violência sexual, anencefalia, controle do corpo, drogadição.	Ciências Humanas Ensino
36869 2013	Universidade Federal de São Paulo Saúde Coletiva	Fatores relacionados ao perfil de mulheres na mudança de decisão em realizar abortamento autorizado por lei no Hospital Pérola Byington de 1994 a 2012	Dissertação	Violência Sexual, Estupro, Abortamento, abortamento legal, gestão, código penal, perfil, desistência de abortamento	Ciências da Saúde Saúde Coletiva
88068 2014	Universidade Estadual de Campinas Programa: Tocoginecologia	Processo de reestruturação psicossocial de mulheres que sofreram violência sexual	Tese	Violência contra a mulher, violência sexual, apoio social, reestruturação psicossocial, Atendimento Institucional	Ciências da Saúde Medicina
92879 2014	Universidade Federal de Pernambuco Programa: Serviço Social	Rede de Proteção do setor de saúde no enfrentamento a violência sexual contra a mulher em João Pessoa/PB	Dissertação	Gênero, Violência, Intersetorialidade, Rede de Proteção Social, Saúde, Violência contra a mulher	Ciências Sociais Aplicadas Serviço Social

FONTE: A autora (2019).

QUADRO 08 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE SEXUAL

(Continuação)

ANO/ CÓDIGO DO TRABALHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E NOME DO PROGRAMA	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABALHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO E ÁREA DE CONHECIMENTO/ AVALIAÇÃO
102044 2014	Universidade de Fortaleza Programa: Saúde Coletiva	Protocolos na atenção à saúde de mulheres em situação de violência sexual nas perspectivas dos profissionais de saúde	Dissertação	Violência sexual, protocolos, violência contra a mulher, serviços de saúde, Saúde das mulheres, violência de gênero, Capacitação profissionais, Hospitais públicos	Ciências da Saúde Saúde Coletiva
110277 2014	Universidade Federal de Santa Catarina Programa: História	Disputas discursivas em torno da violência: Crimes sexuais na fortaleza de inícios do século XX	Dissertação	Violência, Gênero, Disputas discursivas, sexualidade, crimes sexuais, violência Sexual, condutas sexuais desviantes, criminalidades, Intervenção Policial e Judicial, Relações de Poder	Ciências Humanas História
154905 2015	Universidade Federal da Bahia Programa: Ciências Sociais	Mujeres Y conflicto armado: Estudio sobre la victimización de mujeres desplezadas por la violencia colectiva em Colombia	Dissertação	Vitimização, deslocamento forçado, Gênero, Conflito armado colombiano, Violência coletiva, migração, corpos, mulheres, estupro, escravidão sexual, sequestro, tortura, estratégia de guerra	Ciências Humanas Sociologia
155530 2015	Universidade Federal da Bahia Programa: Enfermagem	Quotidiano de mulheres do semiárido nordestino que sofreram abuso sexual no contexto familiar	Tese	Violência contra a mulher, Abuso sexual Intrafamiliar na Infância e/ou Adolescência, Relações familiares, Saúde da Família.	Ciências da Saúde Enfermagem
156253 2015	Universidade Estadual de Campinas Programa: Tocoginecologia	Vivência de mulheres que sofreram violência sexual e solicitaram interrupção legal de gestação	Tese	Mulheres, Violência Sexual, Aborto Legal, Interrupção Legal (IL).	Ciências da Saúde Medicina

FONTE: A autora (2019).

QUADRO 08 - TRABALHOS SELECIONADOS NA COMUNIDADE SEXUAL

(Conclusão)

ANO/ CÓDIGO DO TRABALHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E NOME DO PROGRAMA	NOME DA PRODUÇÃO	TIPO DE TRABALHO	PALAVRAS CHAVES	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO E ÁREA DE CONHECIMENTO/ AVALIAÇÃO
162834 2015	Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro Programa: Sociologia Política	"Meu corpo me pertence? Maternidade, Aborto e Poder Médico em Campos Goytacazes/RJ	Tese	Gênero, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Violência Obstétrica, Medicalização, Corpo Feminino, Puerpério	Ciências Humanas Sociologia
248256 2016	Universidade Federal de Minas Gerais Promoção de Saúde e Prevenção da Violência	Caracterização dos casos de violência sexual contra a mulher atendidos na Maternidade Odete Valadares e Hospital Júlia Kubitschek	Dissertação	Violência, Violência de Gênero, Violência Sexual contra a mulher, Estupro, Agressor, Vítima, Tempo de Atendimento, Notificação Compulsória, Cifra Negra, taxa de atritão, Maternidade, Desenvolvimento	Ciências da Saúde Saúde Coletiva
228166 2016	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Programa: Psicologia	Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de mulheres vítimas de abuso sexual na infância	Dissertação	Abuso Sexual na Infância, (ASI), Regulação Emocional, Comportamento Sexual de Risco, Satisfação Sexual, Desenvolvimento Humano	Ciências Humanas Psicologia
224105 2016	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Programa: Letras	A Resistência da subjetividade feminina: Sobrevivendo à Tradição	Dissertação	Gênero, Identidade, Violência Física, Violência Psicológica, Violência Sexual, Resistência, Subjetividade, Tradição, Literatura Moçambicana, Romance	Linguística, Letras e Artes Literaturas de Língua Portuguesa
308905 2017	Universidade de Fortaleza Programa: Saúde Coletiva	Concepções dos Profissionais da Perícia Forense do Estado do Ceará sobre a Violência Sexual contra a Mulher	Dissertação	Violência Sexual, Violência contra a mulher, Segurança Pública, Medicina Legal, Perícia Forense, Violência de Gênero, Direitos Humanos. Direitos Sexuais e Reprodutivos	Ciências da Saúde Saúde Coletiva

FONTE: A autora (2019).

Cada termo utilizado nos trabalhos têm uma história/contexto e a constituição destes termos ou palavras tem a função de retratar os 'crimes' no contexto da área de conhecimento Ciência Sociais Aplicadas/Ciências Jurídicas/Direito. Então, há trabalhos que utilizaram o termo Violência Sexual, termo mais empregado de acordo com a tipificação que consta na Lei Maria da Penha. No entanto, encontramos trabalhos que abordam o Estupro. Compreendemos que estes termos têm uma construção histórica e que foram adaptadas em diferentes épocas (ou, pelo menos, deveria ser) para uso do termo para dar visibilidade a 'violação de direitos' nas ferramentas legais, como é o caso do Código Penal e Código Civil brasileiro e suas atualizações. Em que tratam dos crimes contra a dignidade sexual e liberdade sexual, e que também conceituam os termos Estupro e Estupro de Vulnerável.

No Artigo 213, do Código Penal o Estupro significa, "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso" (BRASIL, 1940).

Além disso, ao buscarmos este termo no dicionário jurídico, encontraremos:

Estupro, Direito penal, conjunção carnal ou ato libidinoso, levada a efeito por violência ou grave ameaça, coibindo qualquer reação eficaz da vítima para opor-se ao ato. Crime contra a liberdade sexual punível com reclusão (DINIZ, p. 249, 2010).

Como se pode observar a legislação tem um papel fundamental para embasar os Direitos de qualquer cidadão ou cidadã, e que nos informa como este tipo de entendimento é necessário para compreender o significado e a extensão dos efeitos desse tipo de violência na vida de cada uma das vítimas.

Mas, no caso das Mulheres que são as pessoas que estão mais sujeitas a este tipo de violência, devido a todo um processo histórico-cultural, não podemos esquecer de outras situações de violências que afetam a integridade física e mental.

A necessidade de comprovar as marcas da violência, ou seja, os tipos das agressões 'tatuadas' no corpo, as lesões corporais como os hematomas, corte por armas e/ou força física resultado da força física de um/a agressor/a que deixam as marcas externas no corpo das pessoas que sofreram tal situação.

Por outro lado, há também trabalhos que exploram violências quando as mulheres estão grávidas, abortos (legal e clandestino), e ainda mais, sobre o acesso aos medicamentos pós violência sexual. Medicamentos imprescindíveis para prevenir

as doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo. Como outros trabalhos que exploram as disfunções sexuais psicológicas, entre outros temas que vão se somando, mas sempre sobre a violação e garantia de direitos.

Além disso, também encontramos trabalhos que discutem os estupros coletivos, como forma de tortura e de garantia de territórios para exploração, seja para fins de exploração sexual comercial, cárcere privado, escravidão sexual, onde as mulheres são as principais vítimas e que são expostas a torturas físicas, psicológicas, alimentares, como uma das formas de demonstrar o poder sobre o outro, mais especificamente o poder/força do masculino sobre o feminino.

Somando-se a tudo isso, há discussões sobre a questão do Direito Sexual e reprodutivo que coloca a mulher em segundo plano, seja na satisfação sexual, escolha da maternidade e/ou maternagem, que tipo de métodos contraceptivos deseja utilizar, principalmente quais são os métodos menos evasivos a sua própria saúde. Situações que não são refletidas de modo ampliado, ou seja, sobre o corpo da mulher e para mulher, especificadamente sobre os cuidados que ela deseja ter sob o próprio corpo, ou ainda em quais momentos são negligenciados pelo desejo e saber de outros.

Como também sobre as relações íntimas/sexuais em que o prazer sexual para a mulher não é considerado, mas sim o que ela pode proporcionar de prazer ao seu parceiro (heterossexual). O culto pelo prazer do masculino, não importando os meios que ele possa obter para satisfazer a sua vontade, seja por meio de qualquer tipo de violência, em que o território privado (residência, carro, motel, etc) é de domínio e explorado pelo masculino, que conduz as suas necessidades de prazer sexual e que o “Não” não é entendido como resposta. Trazendo pânico as suas vítimas, onde o corpo da mulher é o seu objeto de prazer/poder e a principal evidência é materialidade do poder masculino.

Portanto, ao se tratar desta comunidade, não estamos falando apenas da Violência sexual, mas de toda uma gama de fatores associados que levam a todas as formas de violação de direitos, que prejudicam a saúde da mulher, como por exemplo a situação da saúde mental, reprodutiva e sexual, física, intelectual. Enfim, situações que desestabilizam as pessoas/vítimas, e que em alguns casos, chegam no desespero emocional, que as levam a autodestruição, o suicídio.

Não obstante, encontramos também estudos realizados da área de Literatura/Letras sobre o tema das violências contra a mulher, na literatura

moçambicana. Em que nos descreve os tipos de violência e representadas por meio das personagens que são submetidas as condições subumanas.

Para ilustrar algumas das situações exploradas pelo/a(s) autor/a (s), abaixo apresentamos na Tabela 3 algumas palavras que compuseram a rede de relacionamentos de palavras que se conectaram com a palavra-chave Sexual. Não tivemos como explorar todas as manifestações compostas por cada um do/a autor/a, mas nos oferece um panorama da riqueza dos debates e inquietações aqui produzidos e que representam uma parte de todo um conjunto de palavras que encontramos nesta pesquisa.

TABELA 34 - PALAVRA-CHAVE SEXUAL E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE SEXUAL

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
SEXUAL	DIREITO	24
SEXUAL	ESTUPRO	21
SEXUAL	PÚBLICA	19
SEXUAL	LEGISLAÇÃO	17
SEXUAL	ABORTO	16
SEXUAL	ABUSO	15
SEXUAL	SEXUALIDADES	14
SEXUAL	HUMANO	14
SEXUAL	MATERNIDADE	12
SEXUAL	REPRODUTIVO	12
SEXUAL	POLÍTICA	10
SEXUAL	TRÁFICO	9
SEXUAL	DESENVOLVIMENTO	9
SEXUAL	INTRAFAMILIAR	9
SEXUAL	INFÂNCIA	8
SEXUAL	CORPO	8
SEXUAL	PODER	8
SEXUAL	MEDICINA	8
SEXUAL	AFETO	7

FONTE: A autora (2019)

Assim, podemos compreender melhor a representação gráfica estabelecida entre as palavras conectadas e o peso que possuem no Rede Geral. Perceber que mesmo por meio de cálculos matemáticos, criou-se uma lógica de significados neste pequeno grupo de palavras. Que nos oferece a oportunidade de refletir sobre a composição das categorias/temas aqui expostos.

Na tabela 35, apresentamos alguns dos relacionamentos específicos encontrados nesta comunidade. Em que a palavra aborto está diretamente relacionada com Legislação e que possuem juntas o peso 19 na rede geral. Já em outro grupo de palavras que contém relacionamentos específicos, são as palavras

Medicina e Aborto, Aborto e Interrupção, Aborto e Código Penal, Aborto e Pública, cada dupla dessas possui o peso 4 na rede geral.

TABELA 35 - PALAVRA-CHAVE ABORTO E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE SEXUAL

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
ABORTO	LEGISLAÇÃO	19
SEXUAL	ABORTO	16
GESTÃO	ABORTO	10
SAÚDE	ABORTO	9
ABORTO	ESTUPRO	7
ABORTO	DIREITO	6
MEDICINA	ABORTO	4
ABORTO	INTERRUPÇÃO	4
ABORTO	CÓDIGO_PENAL	4
ABORTO	PENAL	4
ABORTO	PÚBLICA	4
FATORES	ABORTO	3
ASSOCIADOS	ABORTO	3
ABORTO	CONSCIÊNCIA	3
ABORTO	OBJEÇÃO	3
ABORTO	DESISTÊNCIA	3
ABORTO	PERFIL	3
ABORTO	MATERNIDADE	3
ABORTO	VIDA	3
CONJUGAL	ABORTO	2

FONTE: A autora (2019)

Mais uma vez nos conduzindo a situação de como a palavra sexual e o aborto também estão relacionadas a Saúde Pública e demais políticas. Para que possam reduzir/amenizar os efeitos nocivos a saúde da mulher, quando em situação de abortos clandestinos, abortos espontâneos e os legais que estão diretamente ligados a questão dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. Temas que são ou estão ainda muito sensíveis a opinião pública (Tabus) e que também por algum motivo ou outro, algum dos parlamentares eleitos/representantes na nação, utilizam discursos para a construção e a condução das políticas públicas direcionadas as mulheres de não equidade.

Assim, para que haja maiores esclarecimentos e desmistificações, há necessidade de esforços pessoais e coletivos para suprir incoerência jurídica, legislativa e executiva, para que os atendimentos e serviços sejam prestados de acordo com os princípios da Constituição Federativa da República Brasileira, dignidade humana.

No quadro abaixo, trouxemos também, a palavra psicanálise, uma situação no mínimo interessante, uma vez que compreendemos que a saúde mental está

relacionada a qualidade de vida de qualquer pessoa, e quando afetada, compromete funções importantes do corpo humano na realização de atividades diárias. Então, entra em cena uma das áreas que tem se dedicado em seus vários estudos ‘retratar, visibilizar’ todas as cargas emocionais que estão presentes nos comportamentos humanos, principalmente ao se atender pessoas que estão fragilizadas emocionalmente, devido ao mais cruel e estúpido relacionamento humano, a violência. Nesta pesquisa, encontramos a psicanálise, uma das linhas metodológicas utilizadas na psicologia clínica, para tratamento e recuperação das vítimas.

TABELA 36 - PALAVRA-CHAVE PSICANÁLISE E OS RELACIONAMENTOS NA COMUNIDADE SEXUAL

PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE	FREQUENCIA
PSICANÁLISE	NARCISISMO	2
PSICANÁLISE	INDISPONIBILIDADE	1
PSICANÁLISE	INTRAPSQUICO	1
PSICANÁLISE	INTERPESSOAL	1
PSICANÁLISE	DESEJO	1
PSICANÁLISE	GOZO	1
PSICANÁLISE	PULSÃO	1
PSICANÁLISE	PERVERSÃO	1
PSICANÁLISE	ABORDAGEM	1
PSICANÁLISE	SEGREDO	1
PSICANÁLISE	METAPSCIOLÓGICA	1
PSICANÁLISE	FUNÇÃO	1
PSICANÁLISE	ABUÇO	1
PSICANÁLISE	INTERFACE	1
PSICANÁLISE	DESEMPARO	1

FONTE: A autora (2019)

Compreendemos que a psicologia é umas das áreas que compõem a ciência humana e atua na saúde mental, contribuem para redução danos, prevenir e recuperar a saúde das usuárias que buscam e optaram pela psicoterapia. Mesmo porquê, não são todas as pessoas que compreendem e/ou estão ‘abertas’ para os objetivos terapêuticos propostos pelo/a(s) profissionais da psicologia. Situações em que algumas das usuárias/pacientes não realizam as psicoterapias completas, dificultando a recuperação, e que pode ser por limitações de sessões disponíveis pelo serviço de psicologia (público/privado), limitações pessoais, como por exemplo, não gostar/não estar familiarizada do como e por que refletir sobre seus próprios sentimentos e comportamentos, como também por pressão de familiares, amigos que não acreditam neste tipo de terapia. Isso acaba influenciando no processo terapêutico proposto.

O que se tem percebido por meio destes trabalhos, é que a saúde mental das mulheres estão cada vez mais afetadas e descaracterizadas, ou seja, por mais que os estudos científicos tenham apresentando inúmero relatos das condições clínicas, psicológicas e até psiquiátricas, ainda não foram suficientes para que o Estado e Sociedade compreendam e tomem medidas mais intensas para um ajuste nas políticas públicas e na economia para que de fato se tenha acesso e escolhas de liberdades que ainda não se tem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a extensão do campo de estudos, sistematizar as inquietações e desafios foram os primeiros passos importantes para fomentar os estudos sobre a temática da violência contra a mulher. Imaginava realizar um estudo convencional, com algumas leituras, coleta de dados e entrevistas. Mas este trabalho tomou um direcionamento um tanto inusitado pois nunca havia trabalhado com grandes bancos de dados, sistematização semântica ou análise de redes. Foram analisadas 826 teses e dissertações sobre violências contra as mulheres nas Instituições de Ensino Superiores, públicas e privadas, com destaque para as públicas. Algo que eu jamais teria realizado sem os recursos informacionais que utilizei. As descobertas, aprendizados e crescimento acadêmico foram bastante além do esperado.

Constatamos que a palavra Gênero tem estado presente como um dos conceitos que tentam ampliar as discussões de violência contra as mulheres, levando em conta as relações sociais construídas na história da humanidade entre os homens e mulheres. Tentando mostrar para outras Instituições (Família, Religiões, Estado, entre outros) a lente ampliada do conhecimento, onde estimula o rompimento com os preconceitos, discriminações, aversões ao diferente. Pois o não conhecer é uma forma de medo, e o medo é paralisante, desestimulante, e por que não dizer um freio no desenvolvimento humano.

Percebemos que a violência mais estudada é a Violência Doméstica/Intrafamiliar e a Violência Sexual, mas ambas têm um forte impedimento, pois elas compõem um dos âmbitos mais sensíveis e delicados para se trabalhar, a Família, consideradas por alguns como sagrada e por outros amaldiçoada. Os lanços sanguíneos e não sanguíneos criam ‘códigos’ de condutas e de segredos indizíveis, velados que forçam a suas vítimas continuar caladas e submetidas a violação de direitos, muitas vezes imagináveis a condição humana de uma criança, adolescente, adulto e idoso. E romper com este código requer coragem e determinação, além de um grau de apoio de uma rede social atuante.

Ao encontrarmos a Comunidade de Política Pública com ramificações para discussão de Direitos Humanos, refletimos sobre as especificidades que são colocadas nas mãos dos profissionais que atuam diretamente e indiretamente no manejo das vítimas, como também sobre a fragilidade das políticas públicas no que

se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres, na medida que se percebe o alto grau de vulnerabilidade da garantia dos Direitos Humanos, colocando em xeque os direitos das mulheres, conhecidos formalmente e pouco efetivados para quem de fato tem direito. Trazendo discussões e intervenções sobre o potencial das políticas públicas disponíveis e sua eficácia frente as demandas conhecidas e outras não tão conhecidas pelos gestores públicos.

As abordagens na área da saúde biopsicossocial nos mostram porque a violência contra a mulher é problema de saúde pública, mas que atinge a economia, a política e o grau de desenvolvimento de uma nação, mas que com todos estes estudos parece não ser suficiente para romper com ciclos de violências. Mesmo que muitas vidas, e vidas de mulheres, crianças e idosos/as precisem pagar um preço alto pelas negligências coletivas cotidianas que normalizam o que não pode ser normal e como também naturalizado. Desvelar que estamos vivenciando e naturalizando as representações sociais construídas e estabelecidas que semeiam a marginalidade da diversidade humana, conduzindo ao não rompimento de violências. Alinhando situações que tecem constantemente as condicionalidades vivenciadas por mulheres e meninas em todo o mundo, sem ao menos desobstruir ou romper com representações sociais que impedem acesso aos direitos fundamentais, como a vida.

Ao trabalhar com este perfil da produção da pós-graduação, alcançado por meio dos 826 trabalhos das pós-graduações, tive a grande oportunidade de experimentar os recursos disponíveis nas ferramentas informacionais, como *Open Refine* e *Gephi*. Isto me fez estabelecer outras possibilidades de estudos frente a toda essa gama de conhecimento materializada.

Neste trabalho não foi possível utilizar todo o material coletado, uma vez que o tempo do mestrado é reduzido, mas que temos pela frente riquíssimas reflexões apresentadas pelo/a (s) autor (es) e autora (s) das teses e dissertações exploradas para demonstrar o perfil das pós-graduações brasileiras no recorte temporal de 2013 a 2017.

O potencial de informações é expressivo, tal como explorar os referenciais teóricos e os métodos, avançar nas discussões ou problematizações iniciadas sobre os estereótipos de mulheres que não podem ser violentas, identificar nas áreas multidisciplinares e interdisciplinares quais são os temas que tem maior aderência de temas correlatos, quando se aborda violência Doméstica e Sexual contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMMS, N.; DEVRIES K., WATTS, C.; *et al.* Worldwide Prevalence of non-partner sexual violence: A Systematic Review. **The Lancet**, v. 383, May 10, 2014.

ALMEIDA, A. M. F. da R. **Rede de Proteção do setor de saúde no enfrentamento a violência sexual contra a mulher em João Pessoa/PB**. Dissertação (Mestrado), 110p. Universidade Federal de Pernambuco. 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1746230> Acesso em: 24 nov. 2019.

AMADEU, Maria Simone Utida dos Santos; MENGATTO, Angela Pereira de Farias, STROPARO, Elaine Maria; *et al.* **Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas**, Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

ANDRADE, L. V. R. **Nas linhas da justiça: Uma análise feminista sobre os acórdãos judiciais de violência contra as mulheres do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (1998-2015)**, Dissertação (Mestrado), 205 p. Universidade de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5475354> Acesso em: 23 nov. 2019.

AQUINO, F. L. de. **Cisma e infidelidade Etnografia das disputas entre mulheres e dos conflitos violentos entre casais**. Tese (Doutorado). 210 p. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4256374> Acesso em 23 nov. 2019.

ARAÚJO. D. C. A. **Sistema de proteção dos direitos humanos das mulheres no Brasil: Lei Maria da Penha e sua Efetividade**. Dissertação (Mestrado). 238 p. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=613288> Acesso em 23 nov. 2019.

ARAÚJO. L. A. de. **Violência de Gênero: Representações sociais de peritos médicos do IML/SE sobre a violência sexual**. 188p. Fundação Universidade Federal de Sergipe. 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=105233> Acesso em: 24 nov. 2019

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARRUDA, J. E. da S. **Um olhar sobre a Lei Maria da Penha no Paraná: Avanços e retrocessos**. Dissertação (Mestrado), 140p. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2638796> Acesso em: 23 nov. 2019.

AVILA, E. D. S. **Mujeres Y Conflictos Armado: estudio sobre la victimizacion de mujeres desplazadas por la violencia colectiva em Colombia**. Dissertação (Mestrado), 166 p. Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2198802> Acesso em: 24 nov. 2019.

BARBOSA, A. C. F. **Lei Maria da Penha: Da convivência com as práticas do sistema de justiça no submédio do Vale do São Francisco**. Tese (Doutorado). 242 p. Universidade do Rio Grande do Norte. Natal. 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3342797> Acesso em: 23 nov. 2019.

BARRADAS, P. F. de M. **Análise do combate ao tráfico transnacional de mulheres para fins de exploração sexual no Brasil**. Dissertação (Mestrado), 77 p. Universidade da Amazônia, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4939289> Acesso em 05 nov.2018.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1974.

BLONDEL, Vincent D.; GUILLAUME, Jean-Loup.; LAMBIOTTE Renaud.; LEFEBVRE, Etienne. Fast unfolding of communities in large networks. Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment 2008 (10), P1000. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/0803.0476>> Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL, CAPES Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>> Acesso em 05 nov. 2019

BRASIL. CNPq. **Decreto nº 3.567 de 17 de agosto de 2000. Aprova o Estatuto e o Demonstrativo de cargos em comissão do CNPq**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d356impressao.htm>. Acesso em: 26 mar. 2018.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. **Portal da Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 03 abr. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, de 5 de outubro de 1988. **Portal da Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.099 de 03 de junho de 2004. Regula a Lei nº 10.778 de 24 de novembro de 2003, e institui os serviços de referência sentinela. **Portal da Legislação** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/Decreto/D5099.htm>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL, **Descritores nas Ciências da Saúde**. Disponível em: <<http://decs.bvs.br/P/decsweb2019.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2019;

BRASIL. IPEA. **Atlas da violência no Brasil 2017**. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BRASIL. IPEA. **Atlas da violência no Brasil 2018**. Disponível em: Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=33410&Itemid=432> Acesso em: 01 fev. 2018

BRASIL. IPEA. **Atlas da Violência no Brasil 2019**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=34786&Itemid=8>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente. **Portal da Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Portal da Legislação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm> acesso em 19 mar.2019

BRASIL. Lei nº 10.778 de 24 de novembro de 2003. Estabelece a Notificação Compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for

atendida em serviços de saúdes públicos ou privados. **Portal da Legislação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm>. Acesso em: 19 mar. 2019 e 12 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do artigo 226 da Constituição Federal. **Portal da Legislação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.104 de 2015. Qualifica o feminicídio. **Portal da Legislação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1>. Acesso em: 03 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa à Intimidação Sistemática (Bullying). **Portal da Legislação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.772 de 19 de dezembro de 2018. Altera a Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. **Portal da Legislação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2018/Lei/L13772.htm#ar>. Acesso em: 29 jan. 2019 e 16 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.827 de 13 de maio de 2019. Altera a Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar nas hipóteses que especifica, a aplicação de medidas protetivas de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. **Portal da Legislação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BRASIL. Ligue 180, Central de atendimento a Mulher. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/08/ligue-180-registra-mais-de-555-mil-atendimentos-este-ano>>. Publicado em: 09 ago. 2016, 16h11, última modificação em: 23 dez. 2017, 11h10. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da educação. **Sistema de Informações Georreferenciadas**

CAPES. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

CABRAL, C. G. **Mapeando e refletindo a construção do campo disciplinar 'Estudos feministas da ciência e da tecnologia' no Brasil nos percursos do Fazendo gênero.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpos, violência e poder, 8, Florianópolis. Anais Eletrônicos. FG8. 2008 Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST38/Carla_Giovana_Cabral_38.pdf> Acesso em 13 Jun. 2018

CABRAL, C. G. **O campo dos estudos feministas da ciência e tecnologia: um olhar histórico para três décadas da produção de pós graduação das regiões Sul e Sudeste.** In: ESOCITE BR/ Simpósio Nacional Tecnologia e Sociedade, 8, Rio de Janeiro, Anais Eletrônicos 2015. Disponível em: <<http://www.rio2015.esocite.org.br/site/anaisarquivoresumo?MODALIDADE=6>> Acesso em 16 nov. 2019

CAMARGO, C. **A mulher vítima de violência doméstica e o exercício da condição de agente em Amartya Sen.** Dissertação (Mestrado). 137 p. Completo de Ensino Superior Meridional. Faculdade Meridional. Passo Fundo-RS, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6054443> Acesso em 23 nov. 2019.

CAMPOS, M. P. de. **Mulheres vítimas de violência sexual e os significados de suas experiências corporais e espaciais: teu corpo é o espaço mais teu possível.** 2016. 144 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR, 2016.

CARVALHO, E. F. M. de. **Violência de gênero e políticas públicas: Os centros de referência de atendimento à mulher no enfrentamento à violência.** Dissertação (Mestrado). 78p. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4353846> Acesso em: 23 nov. 2019.

CARVALHO, J. E. C. de. Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Revista Saúde e Sociedade.** São Paulo, v. 17, n. 3, 2008, p. 9-18.

CARVALHO, M. O. de S. **Quotidiano de mulheres do semiárido nordestino que sofreram abuso sexual no contexto familiar.** Tese (Doutorado), 237p. Universidade Federal da Bahia. 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2439237> Acesso em: 24 nov. 2019.

CHAVES, E. E.; RISTUM, M.; NORONHA, C. V. Estratégias para o controle e prevenção da violência: uma experiência em saúde que integraliza ações, a partir de diferentes segmentos. **III Congresso Nacional da Rede UNI-IDA**. Salvador-BA, Resumos, 1998, p. 136.

CLEMENTE, A. J. **O conceito de cidadania nas Ciências Sociais Brasileira**: uma análise a partir do Scielo (1989-2013). 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

COVOLAN, N. T.; SIGNORELLI, M. C.; OLIVEIRA, D. C. Violência doméstica contra mulheres no litoral do Paraná: olhares a partir de um projeto de ensino/pesquisa/extensão.

COUTO, M. C. G. do. **Lei Maria da Penha e o princípio da subsidiariedade: diálogo entre um direito penal mínimo e as demandas de proteção contra a violência de gênero no Brasil**. Dissertação (Mestrado), 147 p. Universidade de São Paulo. Disponível em: <
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3927623> Acesso em: 23 nov. 2019.

DAHLBERG. Linda L., KURG. Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. OMS - Organização Mundial da Saúde. Genebra: OMS, 2002. Version of the Introduction to the World Report on Violence and Health (WHO): Geneve: WHO, 2002, authorized by the authors.

DELPHY. C. **Close to Home**: A Materialist Analysis of Women's Oppression. London: Hutchinson, 1984.

DEVRIES, K. M.; MAK, J. Y. T.; GARCÍA-MORENO, C. *et al.* Policy Forum, Global Health. The Global Prevalence of intimate partner violence against women. **Science**, v. 340, 28 jun. 2013, p. 1527-1528.

DINIZ, Débora; FOLTRAN, Paula. **Gênero e feminismo no Brasil Uma análise da revista estudos feministas**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 12 (N.E.): 264, setembro/dezembro 2004.

DOMINGUES, S. G. A. **Meu corpo me pertence? Maternidade, aborto e pode medico em campos dos Goytacazes/RJ**. Tese (Doutorado). 216p. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. 2015. Disponível em: <
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3927623>

[wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3066239](#)> Acesso em: 24 nov. 2019.

ELLSBERG, M.; ARANJO, D. J.; MORTON, M; *et al.* **The Lancet**, v. 385, 18 abr. 2015.

FE, Maria Gorete Garcia Manoel. **Violência contra a mulher e dignidade humana: impactos da Lei Maria da Penha em Programas Assistenciais no município de Mogi das Cruzes**. 2015. Dissertação (Mestrado). Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2387248>. Acesso em: 03 fev. 2019.

FEIO, C.B. dos A. P. R. Relações entre dor crônica e histórias de vida de mulheres. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5284378> Acesso em: 22 nov. 2019

FELDMAN, C.; CLIFTON, J. and D. **Female Genital Mutilation/Cutting: Data and Trends Update 2014**. Washington: Population Reference Bureau, 2014.

Feminicídio em El Salvador: pandemia. Disponível em: <https://feminicidio.net/articulo/feminicidio-en-el-salvador-pandemia>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

FERREIRA, G. de S. **Disputas discursivas em torno da violência: Crimes sexuais na Fortaleza de início do século XX**. 280p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=528207> Acesso em: 24 nov. 2019.

FERREIRA, J. B.; SILVA, L. de A. M. O uso da bibliometria e sociometria como diferencial em pesquisas de revisão. **Revista Brasileira de Bibliometria e Documentação**, v. 15, n. 2, mai./ago. 2019.

FERREIRA, R. A. **A pesquisa nas ciências sociais: caracterização e procedimentos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

FERREIRA, V. P. L. **Caracterização dos casos de violência sexual contra a mulher atendidos na maternidade Odete Valadares e no Hospital Júlia Kubitschek**. Dissertação (Mestrado), 87 p. Universidade Federal de Minas Gerais. 2016. Disponível em: <

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4141656> Acesso em 24 nov. 2019.

FIGUEIREDO, N. M. de. Biblioteconomia e Bibliometria. In: **Tópicos Modernos em Biblioteconomia**. Brasília, ABDF, 1977, p. 17-25.

GAGNO, C. F. de S. **Análise da violência contra a mulher**: mapeando os registros na Delegacia Especializada em Atendimento à mulher do município de Linhares/ES no ano de 2013. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2670181>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GARCIA, Leila P. **Magnitude invisível da violência contra a mulher**. In: Epidemiologia. Serviço de Saúde, Brasília 25(3): 451-454, jul.-set. 2016.

GODOY, C. L. M. de. **Vivência de mulheres que sofreram violência sexual e solicitaram interrupção legal de gestação**. Tese (Doutorado). 143 p. Universidade estadual de Campinas. 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2312877> Acesso em: 24 nov. 2019.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre violência. **Rev. Brasileira de História e Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, jul. 2009.

JUNCKES, I. J.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F.; SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; ALMEIDA, L. B. de. Posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desenvolvimento nas eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder público. In: **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 6, n. 1, jan./jul. 2015, p. 25-47. Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6848/pdf_154>. Acesso em: 02 fev. 2018.

JUTEAU, D. Etnicidade e nação. In: **Dicionário Crítico Feminista**. HELENA, H.; et al (Org.). São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 90-96.

KRINDGES, C. A. **Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância**. Dissertação (mestrado), 95 p., Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3229817> Acesso em: 24 nov. 2019.

KRUG *et al.* (Eds.). **World Report on Violence and Health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LAMBIOTTE, R.; DELVENNE, J.-C.; BARAHONA, M. Laplacian dynamics and multiscale modular structure in networks. Physics. Physics and Society, arXiv preprint arXiv:0812.1770, 2008. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/0812.1770>> Acesso em: 12 fev. 2018.

LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos, 1981. Tradução: inglesa de 1991 por Donald Nicholson-Smith está agora disponível sob o título *The Production of Space*. (Oxford: Brasil Blackwell). A principal distinção deste trabalho é a representação de 'les spaces de représentation' por Nicholson-Smith como 'espaços representacionais' (ver R. Shields Lefebvre - *Love and Struggle. Uma Dialética Espacial* (Routledge, 1999)). Tradução copyright Rob Shields, 1988. Introdução copyright Rob Shields, 1987.

LEONE, M.; LAPUCCI, E.; DE SARIO, M.; *et al.* BMC Public Health, 19: 494 2019. In: **Social Network Analysis to Characterize Women Victims of Violence**. Publicado em: 02 mai. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s12889-019-6797-y>>.

LIMA, L.H. M. de. **Violência doméstica: um estudo realizado no período puerperal de adolescentes e adultas**. Tese (Doutorado). 98 p. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo. 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=953749> acesso em: 23 nov. 2019

LEITÃO, M. do R. de F. S. **Educação e Política Pública: Um olhar a partir dos movimentos feministas e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência 104 contra as Mulheres no século XXI**. Dissertação (Mestrado), 140 p. Universidade da Região de Joinville. 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1526455> Acesso em: 23 nov. 2019.

LINS, S. dos S. **Os profissionais de saúde e a atenção à mulher em situação de violência sexual: um estudo nos serviços de referência no município de Natal –**

Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado). 142 p. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=92679> Acesso em: 23 nov. 2019

MAGRI, M.V. **Mídia e juricização do cotidiano: Por uma genealogia do crime passional no Brasil.** Tese (Doutorado). 203 p. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araquara). 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=155839> Acesso em 23 nov. 2019.

MANOEL, M. G. G. **Violência contra a mulher e dignidade humana: Impactos da Lei Maria da Penha em Programas assistenciais no município de Mogi das Cruzes.** Dissertação (Mestrado). 49p. Universidade de Mogi das Cruzes, 2015. Disponível em:<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2387248> Acesso em: 23 nov. 2019.

MARTINS. J. C. Determinantes da violência contra a mulher no Brasil. Dissertação (Mestrado). 44 p. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5528605> Acesso em: 23 nov. 2019.

MARZIALE, M. H. P. A violência no setor Saúde. In: **Revista Latino Americana de Enfermagem.** São Paulo, v. 12, n. 1, mar./abr. 2004, p. 147-148.

MASCHIO. R. L. **Sob a pena do escrivão: discurso e gêneros nos inquéritos policiais de crime de violência conjugal em Itajaí (1998-2010).** Dissertação (Mestrado). 179 p. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3638560> Acesso em 23 nov. 2019.

MINAYO, M. C. de S. A violência sob a perspectiva da saúde pública. In: **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública; Fundação Oswaldo Cruz, 1994.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e Saúde.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. Violence and Health Care as an Interdisciplinary Field and an Arena for Collective Action. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 4, n. 3, nov. 1997/fev. 1998, p. 513-531.

MUCHERONI, Marcos L.; FUNARO, Decio. **Análise de redes sociais na colaboração científica**. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em ciência da informação (xvi enancib) USP, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3020/1096>> Acesso em: 20 jan. 2018.

NATALE, R. A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Espírito Santo. 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2893421> Acesso em: 24 nov. 2019.

ODÁLIA, N. **O que é violência?** Coleção Primeiros Passos, vol. 85. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, E. M. de; BARBOSA, R. M.; MOURA, A. A. V. M. de; KOSSEL, K. von; MORELLI, K.; BOTELHO, L. F. F.; STOIANOV, M. **Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo**. Rev. Saúde Pública, 2005; 39:376-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102005000300007&script=sci_abstract&lng=pt>.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16 (1): 288; jan. abr. 2008; 229-245.

OLIVEIRA, M. de F. S. **Permanências e mudanças: Uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do Centro de Referência de Atendimento à mulher em situação de violência de Tobias Barreto/SE**. Dissertação (Mestrado). 148p. Fundação Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1316512> Acesso em: 23 nov. 2019.

ONU - Organização das Nações Unidas Brasil. **CEPAL: 2,7 mil mulheres foram vítimas de feminicídio na América Latina e Caribe em 2017**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cepal-27-mil-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-na-america-latina-e-caribe-em-2017/?subscribe=success#blog_subscription-2>. Publicação em: 15 nov. 2018.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Resolução 217 A (III) Assembléia Geral - Proteção Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>.

OTTONI, J. R. **Retratos da violência contra o sexo feminino através de fontes judiciais: Análises de processos-crimes**. Dissertação (Mestrado), 136p. Universidade de Caxias do Sul, 2015. Disponível: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2469519> Acesso em: 24 nov. 2019.

PAIVA, G. Garota presta depoimento à polícia após queixa de estupro coletivo no Rio. **Folha de S.Paulo**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1775312-garota-presta-depoimento-a-policia-apos-queixa-de-estupro-coletivo-no-rio.shtml>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

PATRUS, R.; SILVA, V. T. O. A organização de uma revisão de literatura por meio da Tree Of Science (Árvore da Ciência): um exemplo sobre a avaliação da pós-graduação. In: **Revista Avaliação de educação superior (Campinas)**. Sorocaba-SP, v. 24, n. 1, mar. 2019, p. 68-88. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000100068>. Acesso em: 30 abr. 2019 e 16 jun. 2019.

PEDROSA, C. M.; SPINK, M. J. P. Violência contra a mulher cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. In: **Saúde Soc. SP**, v. 20, n. 1, 2011, p. 124-135. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902011000100015&script=sci_abstract&lng=pt>.

PIMENTEL, R. M. M. **Fatores relacionados ao perfil de mulheres na mudança de decisão em realizar o abortamento autorizado por lei no Hospital Pérola Byington de 1994 a 2012**. 94 p. Universidade Federal de São Paulo. 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=661756>. Acesso em 24 nov. 2019.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1988.

RAMOS, D. D.; LIMA, M. Acesso e acolhimento aos usuários em uma unidade de saúde de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública** 2003, 19:27-34.

ROSA, D.O.A. **Violência provocada pelo parceiro íntimo: prevalência e fatores associados em usuárias da atenção primária à saúde em região metropolitana**

de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Dissertação (mestrado), 2013, 92 p. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=740374> Acesso em: 23 nov. 2019

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina 2011.

REIS, M. J. dos. **Processos de reestruturação psicossocial de mulheres que sofreram violência sexual**. Tese (Doutorado). 79 p. Universidade Estadual de Campinas. 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1302629> Acesso em 24 nov. 2019.

REGEDI – Grupo Interdisciplinar de Estudos, Ensino, Pesquisa e Extensão em Representações de Gênero e Diversidade (2007-2009). Matinhos: UFPR Litoral. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/regedi/regedidireitoshumanos/apresentacao.html>>. Acesso em: 01 fev. 18.

Relatório Mundial sobre a Prevenção de violência 2014. **Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo - USP**, 2015. Publicado pela OMS em 2014 sob o título *Global Status Report on Violence Prevention*, Organização Mundial da Saúde, 2014.

RIOT-SARCEY, M. Poder(es). **Dicionário Crítico Feminista**. In: HELENA, H.; *et al.* (Org.). São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 183-188.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: 2008.

SALES, J. M. **Bioética e violência de gênero nos povos indígenas: Diagnóstico de uma negligência**. Dissertação (Mestrado). 70 p. Universidade de Brasília. Brasília. 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3591127> Acesso em: 23 nov. 2019.

SANCHES, C. T. B. **A resistência da subjetividade feminina: Sobrevivendo à tradição**. Dissertação (Mestrado), 80 p. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4162461> Acesso em: 24 nov. 2019.

SANTION, E. P. **Você não enxerga nada: a experiência de mulheres vítimas de violência doméstica e a Lei Maria da Penha**. 2010. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, B. F. Os números da violência contra mulheres no Brasil. In: **Revista Exame**, 08 mar. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SANTOS, I.B dos. **Violência contra a mulher ao longo da vida: estudos entre usuárias da atenção primária**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6045555> Acesso em 20 Nov. 2019.

SANTOS, J. V. T. A violência como dispositivo de excesso de poder. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 10, n. 2, 1996, p. 281-298.

SANTOS, M. C. dos. **Tráfico de mulheres: E a proteção baseada nos direitos humanos. Dissertação (Mestrado)**. 108 p. Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Ijuí-RS, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1248535> Acesso em: 23 nov. 2019.

SANTOS, S. R. M. L. B. **Menina, mulher, filha, mãe? A gravidez decorrente de violência sexual**. Dissertação (Mestrado) 185p. Universidade de Brasília. Brasília. 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=126830> Acesso em 24 nov. 2019.

SCARPATI, A. S. **Os mitos de estupro e a (im)parcialidade jurídica: A percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual**. 202 p. Universidade Federal do Espírito Santo. 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1130618> Acesso em: 24 nov. 2019.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; FRANÇA-JR, I.; DINIZ, S.; PORTELLA, A. P.; LUDERMIR, A. B.; *et al.* Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. In: **Revista Saúde Pública** 2007; 41:797-807.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; F. M. T. C.; F. W. S. **Violência dói e não é direito**: a violência contra as mulheres, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2005.

SCOTT, J. **Gênero: uma categorial útil para análise histórica**. Trad. Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto Original: Gender: A Useful Category of Historical Analysis. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989, p. 2-35.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENA, Y. Polícia apura terceiro estupro coletivo no Piauí em pouco mais de um ano. **Folha de S.Paulo**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1779541-policia-apura-terceiro-estupro-coletivo-no-piaui-em-pouco-mais-de-um-ano.shtml>>. Acesso em: 01 fev. 18.

SEVERINO, A. J. A Avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós graduação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Líber Livro, 2006, p. 51-74.

SIGNORELLI, M. C. **Mudaram as estações... Nada mudou**: profissionais do Sistema Único de Saúde e mulheres vítimas de violência doméstica no Litoral Paranaense. 2011. 194p. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

SIGNORELLI, M.; AUAD, D.; PEREIRA, P. G. Violência doméstica contra mulheres e a atenção profissional. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 29 (6): 1230-1240, jun. 2013.

SIGNORELLI, M. C.; HILLEL, S.; OLIVEIRA, D. C. de; *et al*. Voices from low-income and middle-income countries: a systematic review protocol of primary healthcare interventions within public health systems addressing intimate partner violence against women. In: **BMJ Open** 2018. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/8/3/e019266.info>>.

SILVA, A. A. **A atuação das redes sociais no enfrentamento da violência conjugal contra as mulheres: Um estudo nas cidades de Cachoeira e São Félix – Bahia**. 108 p. Universidade Federal da Bahia. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23972>> Acesso em: 24 nov. 2019.

SILVA, A.C.F. da. **Protocolos na atenção a saúde de mulheres em situação de violência sexual na perspectiva dos profissionais de saúde**. Dissertação (Mestrado), 83 p. Universidade de Fortaleza. 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1404334> Acesso em: 24 nov. 2019.

SILVA, E. A.; SILVA, J. M. S. **Ofício, engenho e arte: inspiração e técnica na análise de dados qualitativos**. In: **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 7, n. 1, jan./jul. 2016, p. 132-154.

SILVA, V. de S. C. **Representações sociais sobre violência doméstica contra a mulher entre usuárias da atenção básica de saúde**. Dissertação (Mestrado), 79p. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=857699> Acesso em: 24 nov. 2019.

SOARES, J. dos S. F. **Nem normal, nem patológico: Mulheres em situação de violência: Revelando sentido para a atenção e o cuidado**. Tese (Doutorado), 200p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3768978>. Acesso em 23 nov. 2019.

SOARES, J. E. **Olhar, ouvir e atender: Um estudo sobre o centro de referência de atenção à mulher Loreta Valadares**. Dissertação (Mestrado). 139 p. Universidade Federal da Bahia. 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3560799> Acesso em: 23 nov. 2019

SOUSA, M. A. de. **Policimento de prevenção orientado à violência doméstica**. Dissertação (Mestrado), 116p, Centro Universitário Euro-Americano, 2016 <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3753689> Acesso em: 23 nov. 2019.

SOUZA, C. C. B. X. de. **Até que a morte os separe: os cônjuges cuidadores, profissionais de saúde e o cuidar**. Dissertação (Mestrado). 265 p. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=154132> Acesso em: 23 nov. 2019.

SOUZA, K. J. de. **Violência institucional na atenção obstétrica: porposta de modelo preditivo para depressão pós-parto**. Dissertação (Mestrado). 106 p. Universidade de Brasília. Brasília. 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1311238> Acesso em: 23 nov. 2019.

SOUZA FILHO, L. F. F. de. **Entre punir e conciliar – o interesse punitivo e a vontade da mulher – a intervenção do Estado nos processos de violência doméstica familiar**. Dissertação (Mestrado), 84 p., Universidade Católica de Petrópolis. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1488110> Acesso em: 23 nov. 2019.

STÖCKL, H.; DEVRIES, K.; ROSTSTEIN, A.; *et al.* **The Lancet**. Articles, v. 382, 07 set. 1993.

SULZ, Juliana A.; CARDOSO, Frederico. **A. Educação e políticas de masculinidades: 15 anos das produções dos estudos de gênero (2000-2015)**. Revista Artemis, Vol. XXII, nº 1, jul-dez, 2016. Pp. 63-72. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/issue/view/1865>> Acesso em 10 nov.2019.

TABOAS, I. D. M. Z. **Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas**. Dissertação (Mestrado). Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2163994>.

TAMBORIL, B. C. R. **Concepção dos profissionais da perícia forense do estado do Ceará sobre a violência sexual contra a mulher**. Dissertação (Mestrado), 100p. Universidade de Fortaleza. 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5632671> Acesso em: 24 nov. 2019.

TELES, M. A. de A. (Amelinha). **Rota crítica o caminho fragmentado que a mulher em situação de violência percorre buscando o atendimento do estado**. Texto extraído do site compromisso e atitude. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/rota-critica-o-caminho-fragmentado-que-a-mulher-em-situacao-de-violencia-percorre-buscando-o-atendimento-do-estado/>>. Postado em: 05 nov. 2014. Acesso em: 22 out. 2018.

TERRA, M.F. **Gênero e direitos humanos na assistência às mulheres em situação**

de violência doméstica de gênero na Atenção Primária à saúde. Tese (Doutorado). 156 p. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5041958> Acesso em: 23 nov. 2019

UFPR. **Missão e valores.** Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portafulpr/a-universidade-institucional/missao-e-valores/>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

VALENZUELA, V. V. V. Violência contra a mulher em usuárias das unidades básicas de saúde da zona urbana do município de Cruzeiro do Sul, Acre. Dissertação (Mestrado). 248 p. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo. 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3240849> Acesso em 23 nov. 2019.

WHO - World Health Organization. **Multi-country study on women's health and domestic violence against women: summary report of initial result on prevalence, health outcomes and women's responses.** Geneva, 2005.

WHO - World Health Organization. **Report of the WHO Global consultation on violence and health.** Geneva, 2-3 dez. 1996.

WITT, N. S. P. **Das verdades na mídia jornalística sobre o aborto e a vida vinculada à clandestinidade, violência sexual, drogadição, anencefalia e biotecnologias: o governo do viver/morrer.** Tese (Doutorado), 280p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=142152> Acesso em: 24 nov. 2019.

XAVIER, C. A. **O CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social como instrumento de garantia dos direitos fundamentais da mulher.** Dissertação (Mestrado). 108 p. Universidade Católica do Salvador. 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5008543> Acesso em: 24 nov. 2019.

ZAPATER, Maíra Cardoso. **Violência contra mulheres, violência doméstica e violência de gênero: qual a diferença?** Texto extraído do site Justificando mentes inquietas pensam Direito. Postado em 10/03/2016 em <http://www.justificando.com/2016/03/10/violencia-contra-mulheres-violencia->

[domestica-e-violencia-de-genero-qual-a-diferenca/](#) Acesso em: 10/03/2018 e 12/07/2019.

ZUGMAN, D. K. **Programa de atendimento a mulheres abrigadas por violência de parceiro íntimo**. Dissertação (Mestrado). 98 p. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba. 2013. Disponível em: <
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=200028> Acesso em 23 nov. 2019.